

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

JULIO CESAR DA COSTA SILVA

**O TERREMOTO DE LISBOA DE 1755 E A TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE SEBASTIÃO DE CARVALHO E MELO**

VITÓRIA

2016

JULIO CESAR DA COSTA SILVA

**O TERREMOTO DE LISBOA DE 1755 E A TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE SEBASTIÃO DE CARVALHO E MELO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dra. Patrícia M. S. Merlo.

VITÓRIA
2016

JULIO CESAR DA COSTA SILVA

**O Terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de
Sebastião José de Carvalho e Melo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia M. S. Merlo
Orientadora

Profa. Dra. Raquel Bello Vázques
Examinador externo

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos
Examinador Interno

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares
Examinador Interno

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Silva, Julio Cesar da Costa, 1989-

S586t O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo / Julio Cesar da Costa Silva. – 2016.

151 f.

Orientador: Patrícia Maria da Silva Merlo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782. 2. Modernidade. 3. Iluminismo – Portugal. 4. Portugal - História. I. Merlo, Patrícia M. S. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Dedico essa Dissertação à Deus, que me abençoou durante toda a caminhada e a minha família, por todo apoio nos momentos difíceis

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e todos os espíritos de luz que foram indispensáveis para a feitura deste trabalho.

Agradeço a minha família, Durval Sant'ana da Silva, Gilcemar da Costa Silva e Penha Cristina da Costa Silva, pilares da minha existência e que me apoiaram a cada dia desta nova fase.

Presto homenagens aos meus amigos Aline Stein, João Paulo Hoppe, Lucas Mendonça, Luís Renato, Pedro Malheiros, Randriely Merscher e diversos outros que, cada um do seu jeito único e especial me acompanharam em mais essa etapa de vida.

Agradeço aos meus colegas de pesquisa Ana Lúcia Abenassif, Fernando Santa Clara, Guilherme Marchiori, Jansen Gusmão e todos os demais que contribuíram com muitos comentários, incentivos e broncas.

Gostaria de Agradecer aos professores doutores Adriana Pereira Campos, Geraldo Antonio Soares, Raquel Bello Vázquez por dedicarem um pouco de seu tempo a leitura e pelas excelentes contribuições na execução deste trabalho.

Dedico homenagens aos diversos funcionários do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, sempre competentes e dedicados em seu serviço.

Por fim, dedico um agradecimento especial à minha orientadora Patrícia M. S. Merlo, que foi indispensável em todos os momentos desta dissertação. Pelas horas gastas, pelo auxílio com o acervo bibliográfico, pela dedicação única que oferece aos seus alunos, pelos conselhos e por tudo. Agradeço, principalmente, por você ir muito além de uma orientadora e ter se tornado minha segunda mãe.

RESUMO

Ao analisarmos a História Moderna portuguesa, particularmente o século XVIII, duas coisas são destacáveis pelos pesquisadores que se debruçam sobre o assunto: Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e o Terremoto de Lisboa de 1755. Ambos são apontados como responsáveis, em alguma medida, por mudanças nos rumos desta nação. Neste trabalho, pretendemos demonstrar a ascensão de Carvalho e Melo até tornar-se figura central na política lusitana e procuraremos conhecer as ideias políticas por trás das ações do ministro a partir da análise de seu *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do Terremoto do 1º de Novembro de 1755*. Para tanto, buscamos recompor a trajetória de Carvalho e Melo, observando quem foram os principais indivíduos e ideias políticas que o influenciaram e como o primeiro ministro, a partir do sismo, percebeu o terreno propício para mudanças diversas.

Palavras-Chave: História de Portugal; Modernidade; Ilustração; Marquês de Pombal.

ABSTRACT

Two topics of Portuguese Modern History are of main interest to scholars, especially those studying the XVIII century: Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis de Pombal, and the 1755 Lisboa Earthquake. Both are pointed as the causes of changes in Portugal history. Here, we intend to demonstrate Carvalho e Melo's ascension until he became of the main characters of Lusitanian politics. Also, we will try to scrutinize the major political ideas behind his actions, analyzing one of his speeches, the *Discurso Político sobre as Vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua Desgraça por Ocasão do Terremoto do 1º de Novembro de 1755*. For this, we will retrace the path of Carvalho e Melo, highlighting the main individuals and political ideas of major influence on his ideology. Last, we aim to demonstrate how, starting with the 1755 Lisboa Earthquake, Sebastião José realized that a new Portugal could rise, stronger than before.

Keywords: History of Portugal; Modernity; Enlightenment; Marquis of Pombal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – AS VÉSPERAS DO CAOS: O CONTEXTO LUSO E A TRAJETÓRIA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO ATÉ 1750 .	16
1.1 CONTEXTO PORTUGUÊS: QUESTÕES INICIAIS.....	16
1.1.2 A Ilustração Lusa	20
1.2 DE VOLTA AO CONTEXTO POLÍTICO: OS REINADOS DE D. JOÃO V E D. JOSÉ I.....	25
1.3 SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO: A ASCENSÃO À VIDA PÚBLICA.....	34
1.3.1 O início da vida pública.....	39
1.3.2 A proteção da família e a experiência em Londres	42
1.3.3 Aprender na prática: os anos em Viena e o novo casamento.....	46
1.3.4 O retorno a Lisboa	50
CAPÍTULO 2 – AS VOZES DA CATÁSTROFE: NARRATIVAS SOBRE O TERREMOTO DE LISBOA, 1755	54
2.1 QUESTÕES INICIAIS	54
2.2 O PRELÚDIO DO CAOS: 1750-1755	58
2.3 O FUROR DA TERRA: O TERREMOTO DE 1755.....	59
2.4 <i>ENTERRAR OS MORTOS, CUIDAR DOS VIVOS E FECHAR OS PORTOS – AS MEDIDAS IMEDIATAS NO PÓS-TERREMOTO</i>	63
2.5 O TERREMOTO COMO FLAGELO DIVINO – A NARRATIVA RELIGIOSA DE GABRIEL MALAGRIDA	76
2.7 <i>É PRECISO CONFESSAR QUE O MAL ESTÁ NA TERRA: VOLTAIRE E UMA VISÃO ILUSTRADA SOBRE O TERREMOTO DE 1755</i>	87

CAPÍTULO 3 – SOBRE AS VANTAGENS QUE O REINO DE PORTUGAL PODE TIRAR DA SUA DESGRAÇA: O TERREMOTO ENQUANTO JUSTIFICATIVA POLÍTICA	93
3.1 PRIMEIRAS DISCUSSÕES	93
3.2 PARA ALÉM DAS COMPETÊNCIAS – A APROXIMAÇÃO DE CARVALHO E MELO COM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO REINO	95
3.3 O REI ESCOLHE O SEU MINISTRO E A CORTE LAMENTA: O VALIMENTO DE CARVALHO E MELO E O CASO DO PORTO	99
3.4 SALVE O REI! O ATENTADO ARISTOCRÁTICO E O PROCESSO DOS TÁVORAS	104
3.4.1 A força da boataria: Os rumores sobre Carvalho e Melo e a opinião da Corte	105
3.4.2 Os Távoras conspiram contra o rei	107
3.5 RENASCER DAS PRÓPRIAS CINZAS: O DISCURSO POLÍTICO SOBRE AS VANTAGENS QUE PORTUGAL PODE TIRAR DO TERREMOTO DE 1755	115
3.5.1 Os primeiros balanços: Carvalho e Melo discursa sobre a política em Portugal	116
3.5.2 <i>Uma nação ambiciosa</i> : as complicadas relações entre Portugal e Inglaterra.....	121
3.5.3 <i>As riquezas imensas do Brazil</i> : reflexões no <i>Discurso</i> sobre o império ultramarino português.....	129
3.5.4 As sciências entram no plano – as reformas pombalinas e a reforma educacional.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Os estudos biográficos chamam a atenção dos homens há muitos e muitos séculos. Observar uma sequência de fatos tendo como norteador um indivíduo específico é sempre foi prática recorrente, seja para literatura ou para narrativas históricas. O pesquisador francês Pierre Bourdieu descreve o trabalho biográfico como uma espécie de simbiose entre o escritor e o indivíduo escolhido. Nas suas palavras,

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que "se entrega" a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.¹

Após muito tempo de atenção aos destinos coletivos, o indivíduo está atualmente outra vez presente nas reflexões históricas.² Como um dos desdobramentos dessa mudança, o gênero biográfico vem angariando espaços nos estudos voltados a um movimento de restauração do papel dos indivíduos na construção dos laços sociais, trazendo à tona a temporalidade onde se desenrolam as vidas humanas, sem rejeitar a influência do contexto maior em que os sujeitos estão inseridos.³ Tal mudança, coincide e se articula com as mutações mais amplas percebidas na sociedade contemporânea e em uma tendência, cada vez maior, a valorizar os espaços e experiências íntimas. Mas também com as transformações da própria disciplina histórica, que há algumas décadas vem

¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 184.

² AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**. Vitória, vol. 24, p. 157-172, 2010.p. 158.

³ BENSA, Alban. "Da microhistória a uma antropologia crítica". In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, (1998).

repensando sua constituição e incorporando outros e novos objetos, problemas e fontes.

Ao contrário das narrativas mais tradicionais, que priorizavam em demasiado o indivíduo notável e excepcional, fazendo uma história pessoal e linear dos grandes vultos, essa nova abordagem busca, atualmente, pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais elas se realizaram, como via de mão dupla.⁴ Nesse caso, ela pode desenvolver, além das interpretações sobre a época em que viveu certo personagem, outras perspectivas que revelem suas experiências pessoais. Por esse motivo, a história pessoal não tenta substituir outras formas de história, *nem é um substituto para o estudo do comportamento coletivo, instituições e comunidades, mas sim, seu complemento.*⁵

Uma das contribuições teóricas fundamentais a essa redescoberta veio da sociologia, notadamente por meio da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Suas considerações sobre a ilusão biográfica são fundamentais no sentido que questionam os excessos das abordagens individualistas, propondo reforçar os laços normativos e a importância do *habitus*. Também pertinente, a noção de trajetória permite, entre outras coisas, refletir sobre a vida como uma série de posições, experiências, deslocamentos e escolhas muitas vezes inconscientes, articulados a contextos e espaços sociais plurais, conflituosos e tensos, e não como *um todo, um conjunto coerente e orientado.*⁶

As abordagens mais atuais procuram, portanto, construir uma espécie de amálgama entre a história do sujeito e a dos que com ele interagem. Esquadrinhando a percepção de como esse sujeito age e reage à sociedade que o cerca. Em outras palavras, o foco voltou-se a análise da trajetória do indivíduo e das inter-relações que se inscrevem nesse contexto. Aqui entendemos a trajetória como:

⁴ SCHMIDT, Benito. (1997). "Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nr. 19, p. 15.

⁵ ZELDIN, Theodor. (1991). "História pessoal e história das emoções". **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 12, nr. 22/23, jun./dez, p. 64.

⁶ BOURDIEU, 2006, p. 190.

[...] uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...].⁷

Não há dúvidas que desafios se impõem ao pesquisador. Entre eles, limitar os excessos praticados pelas biografias tradicionais sem ignorar as especificidades das trajetórias pessoais. Outro é o da própria narrativa, que deve articular uma certa cronologia linear (todos nascem, crescem e morrem) com um percurso de vida que não é linear. Conforme alertou a historiadora italiana Simona Cerutti, um caminho para enfrentar tais novas dificuldades é buscar, metodologicamente, o cruzamento de vários níveis de análise, em que serão contempladas as categorias individuais e sociais e as relações entre indivíduos, para dar visibilidade aos diversos sistemas de representação. Em outras palavras, articular fontes e suportes de modo a inserir as trajetórias e memórias individuais em contextos mais amplos e menos movediços.⁸

Partindo dessa percepção metodológica, o presente estudo elegeu como objeto central reconstruir a trajetória de um ícone da historiografia portuguesa do Setecentos, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Interessa-nos, especialmente, analisar o período inicial de sua vida pública até o Grande Terremoto de 1755, quando ascendeu politicamente de maneira vertiginosa, ocupando um espaço de poder até então inexistente junto à Coroa. Num segundo momento, voltamos nossa reflexão à análise do projeto reformador pombalino tendo como fio condutor os apontamentos do ministro quando já havia sido agraciado com o título de Marquês (1769).

Na tentativa de conhecer mais detalhadamente nosso objeto, articulando fontes e suportes de modo a inserir as trajetórias e memórias individuais em contextos

⁷ BOURDIEU, 2006, p. 189.

⁸ CERUTTI, Simone. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, 1998, p. 173-201.

mais amplos, elegemos como corpo documental um conjunto que favorecesse uma melhor compreensão do período. O primeiro grupo diz respeito a biografia de Sebastião José de Carvalho Melo. Para o qual recorreremos, inicialmente, às cartas, despachos e editais escritos por nosso personagem. Sem se traduzirem em uma autobiografia, esses documentos revelam fragmentos de sua vida e de sua trajetória pessoal e política. Esse primeiro conjunto de fontes está reunido em uma publicação de 1861 da Livraria Universal de Lisboa, sob o título *Cartas e Outras Obras Selectas do Marquez de Pombal*.⁹ Trata-se de uma compilação de documentos, dispostos sem ordenação cronológica, disponível para consulta online pela Universidade de Coimbra.

O segundo corpo documental é composto por um conjunto de publicações produzidas no centenário da morte de Pombal, 1882. A primeira é uma biografia de Carvalho e Melo escrita pelo historiador e literato português Camilo Castelo Branco intitulada *Perfil do Marquez de Pombal*.¹⁰ Na sequência, recorreremos a uma biografia produzida por outro intelectual luso Francisco Lobo Correia de Barros, *Altos Feitos do Marquez de Pombal*¹¹, publicada também em 1882. A terceira fonte é um livro do Correio Guanabareense, datado de 1885, intitulado *Marquez de Pombal – Obra Comemorativa do Centenário de sua Morte*.¹² Trata-se de um trabalho coletivo, totalizando 784 páginas, assinado por diversos escritores de renome, incluindo Machado de Assis e Silvio Romero, entre outros.

O terceiro grupo de fontes referem-se ao contexto do Grande Terremoto de 1755 em Lisboa. Buscamos reunir um mix de visões a respeito do evento. As principais fontes analisadas nessa etapa são: as *Cartas e Outras Obras Selectas do Marquez de Pombal*, publicada em 1861, já comentada. O sermão proferido pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida, intitulado *Juízo da Verdadeira Causa do*

⁹ MELO, Sebastião. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Lisboa. Livraria Universal, 1861.

¹⁰ BRANCO, Camilo. **Perfil do Marquez de Pombal**. Porto: L.Couto & Ca., 1882, p. X

¹¹ BARROS, FRANCISCO L. C. de. **Altos Feitos do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

¹² CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. **O marquez de Pombal – Obra comemorativa do centenário de sua morte**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 20. Devemos destacar que Sebastião José de Carvalho e Melo faleceu em 1782 e, portanto, o centenário de sua morte teria sido em 1882. Entretanto, estamos aqui expondo a versão a qual tivemos acesso.

*Terramoto*¹³, publicado em 1756. Em seguida, o poema escrito por Voltaire *Poeme sur le désastre de Lisbonne*, composto por 180 versos, datado de 1755. E, por fim, as memórias de um sobrevivente da catástrofe, o comerciante franco-português Jácome Ratton, reeditadas e publicadas pelo filósofo e historiador Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, em 1920, sob o título de *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810*.¹⁴

Com o propósito de melhor organizar essa pesquisa, dividimos o trabalho em três partes. No primeiro capítulo intitulado **Às vésperas do caos: o contexto luso e a trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo até 1750**, em que destacaremos os primeiros passos de sua vida pública, pontuando sua relação com outros nobres do período, as tentativas de se aproximar da corte e o jogo de relações que possibilitam conhecer a teia por trás do poder político em Portugal no século XVIII. Procuramos, desse modo, recompor o cenário, atentando para os principais eventos da trajetória de Carvalho e Melo até o ano de 1750, quando se encontrava responsável pela Secretaria dos Negócios do Estrangeiro, um dos órgãos administrativos da Coroa portuguesa. *Pari passu*, esquadrihamos o contexto português da primeira metade do século XVIII para entender o cenário político no qual Sebastião José se encontrava inserido e, principalmente, analisar sua ascensão social, de um homem sem expressão na corte lusa a secretário de D. José I.

No segundo capítulo, **As vozes da catástrofe: narrativas sobre o terremoto de Lisboa, 1755**, voltamos nosso olhar a esse episódio traumático da história de Portugal. A hecatombe do dia 1º de novembro 1755 foi responsável pela destruição de grande parte da cidade de Lisboa. Pretendemos explorar o evento em duas etapas: na primeira, descrever o cataclismo e as ocorrências subsequentes a ele, sem perder de vista a atuação de Carvalho e Melo na condução das medidas iniciais para conter o pânico que assolou a capital

¹³ Disponível na biografia sobre o padre, Cf. MURY, Paulo. **História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus**. Lisboa: Ed. Mattos Moreira, 1875.

¹⁴ CARVALHO, Joaquim. **Recordações de Jacome Ratton** – sobre a ocorrência do seu tempo de maio de 1747 a setembro de 1810. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920.

portuguesa. Na segunda parte, apresentamos três visões contemporâneas ao evento: uma religiosa, representada pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida; uma memória produzida por um comerciante que sobreviveu à catástrofe, o franco-português Jacome Ratton; e, por fim, a visão ilustrada de um dos grandes pensadores do século XVIII, Voltaire, que rompe com as correntes otimistas que eram preponderantes na Europa do seu tempo, defendendo, a partir da catástrofe, a existência dolorosamente real do mal e do sofrimento como componentes sombrios e irredutíveis da experiência humana.

No último capítulo, ***Sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça: o terremoto enquanto justificativa política***, procuramos analisar a visão de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre a tragédia que destruiu Lisboa, criando, ao mesmo tempo, condições de reformar profundamente o Estado luso. Para tanto, apresentaremos de maneira sucinta sua trajetória de Secretário de Estado à Marquês de Pombal, e em seguida analisaremos o documento, intitulado *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do terramoto do 1º de novembro de 1755*, sem data oficial, mas encontrado em 1783 na biblioteca pessoal do desembargador de Gamboa, em Cabo Verde. Interessa-nos, enfim, perceber de que maneira nosso personagem utiliza o sismo enquanto argumento político para reformar o Reino e como, a partir dele, pode ser observado um ambiente propício para a execução das mudanças idealizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo.

CAPÍTULO 1 – AS VÉSPERAS DO CAOS: O CONTEXTO LUSO E A TRAJETÓRIA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO ATÉ 1750

1.1 CONTEXTO PORTUGUÊS: QUESTÕES INICIAIS

Os séculos que inauguraram a chamada Idade Moderna caracterizaram-se por uma modificação intelectual sobre a compreensão do homem e da realidade que o cerca. O indivíduo começava a se delinear e o Estado Moderno, também em vias de construção, agia diretamente sobre essas novas esferas. O próprio globo se altera, novos continentes e suas gentes foram introduzidos ao mundo europeu, suscitando outras questões, sejam de ordem prática, como colonizar as terras recém-conquistadas, ou de ordem filosófica-religiosa, por exemplo, se os índios tinham ou não alma, sendo a conversão dos ameríndios considerada por Francisco da Vitória como um ato livre e voluntário, concebido individualmente.¹⁵

O expansionismo europeu foi, também, um fator distintivo do alvorecer da Idade Moderna. No início do século XV, os reinos europeus protagonizados por Portugal começaram a se lançar para regiões além de seu território. As principais motivações eram a escassez de metais preciosos em suas minas e a grande necessidade de novas terras cultiváveis para abastecer a Europa de gêneros alimentícios, vitimada por crises e períodos de fome intensa.¹⁶

Por volta de 1419, começaram as viagens portuguesas no além mar. Primeiro nas conquistas de territórios adjacentes (p.e. as ilhas dos Açores) e, anos depois, a aquisição de territórios africanos costeiros até a tentativa de travessia para a Ásia. Longe de discutir a expansão de outros povos para o além-mar (já que os

¹⁵ ZERON, Carlos. A cidadania em Florença e Salamanca. In PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 109.

¹⁶ DELUMEAU, Jean. **Civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 37.

Vikings na baixa Idade Média chegaram da Europa até a Groenlândia, Marco Pólo visitou a Ásia, e outros diversos relatos podem ser encontrados), foi com os Ibéricos que a empreitada de viajar longas distâncias e retornar com segurança se tornaria algo comum.¹⁷

Por onde passavam, os portugueses construía bases e fortes para tratar dos marinheiros, alimentá-los de maneira mais saudável, consertar alguns danos que teriam acontecido aos navios para que fosse possível prosseguir viagem. Conforme a expansão marítima seguia avançando, vários postos, feitorias e fortalezas foram sendo construídas. A coroa passava, então, a conceder uma série de privilégios para os indivíduos associados a esse processo expansionista e constituía, assim, o desdobramento de uma cadeia de poder e redes hierárquicas, que se expandiam do Reino até as conquistas mais longínquas.¹⁸

Essa expansão portuguesa, pareceu ter encontrado certo limite apenas quando se chocou com o processo expansionista espanhol. Ao longo da época Moderna, os dois reinos coexistiram sob uma linha de tensão mútua. Provavelmente, o momento de maior vantagem espanhola teria sido a submissão da Coroa lusitana, concretizado em 1580 pelo monarca Felipe I.¹⁹ Tratando sobre o período inicial da União Ibérica, pondera o Padre Antônio Pereira Figueiredo, numa publicação do século XIX intitulada *Elogio dos Reis de Portugal*:

E logo sendo jurado Rei deste Reino nas Cortes de Tomar, jurou ele também, que guardaria ilesos todos os seus antigos direitos, e privilégios. No seguinte ano a 19 de junho deu sua entrada em Lisboa

¹⁷ As discussões sobre tal temática são muito amplas e tem diversas óticas. Podemos indicar como alguns exemplos desta discussão os seguintes trabalhos: BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa**. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998; BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; ALBUQUERQUE, Luís de (ed.). **Portugal no Mundo**. Lisboa: Alfa, v.IV, 1990; LOPES, Marília. Os descobrimentos portugueses e a Europa. **Mathesis**, n.9, p.233-241, 2000; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁸ GOUVÊA, Maria. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

¹⁹ BARATA, Maria do Rosário. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.112.

com grande pompa, e igual concurso de gente. Mas em breve começou o seu governo a ser não somente pesado, mas ainda aborrecido aos nossos; assim que pôs no Castelo da cidade guarnição castelhana, como pela crueldade que começou a exercitar contra os que davam por um Rei intruso.²⁰

Apesar disso, a historiografia atual tem avaliado a União Ibérica de maneira mais abrangente. Novos estudos vêm mostrando que esse período teria sido marcado por uma rede de interesses mútuos, costurados com habilidade pela corte dos Austrias, com o apoio português, ou seja, um período no qual as nobrezas de ambas as coroas, em alguma medida, conseguiram obter benefícios.²¹ Nesse cenário, a ausência de um Rei passou a ser vivenciada pela nobreza lusitana nos anos seguintes.

A situação começou a se alterar quando Gaspar de Gúzman (1587-1645, ministro de Filipe IV de Espanha) buscou adotar medidas que tinham como objetivo remodelar a relação entre Portugal e Espanha, submetendo, de fato, os lusitanos aos castelhanos, ocasião que gerou uma série de revoltas e culminou na Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668).²²

O novo reinado buscou, imediatamente, reorganizar as estruturas internas de poder e a consolidar a independência sob a liderança de D. João IV (governante de 1640 a 1656). Para tanto, precisava de apoio da nobreza, tanto para unir exércitos quanto para financiar estruturas administrativas, ou seja, a nova dinastia dos Bragança precisaria conviver com a constante “negociação de obrigações políticas” para perpetuar a realidade social.²³ Ao restaurar as cortes

²⁰ FIGUEIREDO, Antônio Pereira. **Elogio dos reis de Portugal**. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785., p. 187. O Monarca em Portugal ficou conhecido como “Felipe I” e na Espanha respondia pelo nome de “Felipe II”.

²¹ Cf. FRANÇA, Eduardo. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

²² MONTEIRO, Nuno. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750) in TENGARRINHA, 2000, p, 129.

²³ Cf. ALVAREZ, Fernando. **Portugal no tempo dos Filipes**: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000; Cf. VIANA JÚNIOR, Fernando. **Dos sabores fortes aos suaves**: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780. 2015. 194f. Dissertação. PPGHIS, Universidade Federal do Espírito Santo, p. 51-56; Cf.

em Lisboa, o monarca precisava habilmente dialogar com elas para, por meio de acordos mútuos, se manter no poder.

Assim, a Restauração Portuguesa implicou na afirmação da nobreza local, na estrutura de governo, ocupando, especialmente, as funções burocráticas. É o que o historiador Nuno Gonçalo Monteiro descreve como procedimento de “cristalização da elite aristocrática”²⁴, definindo esse processo como o responsável, em última análise, pela consolidação de algumas famílias em detrimento de outras e, paralelamente, impedindo a entrada de “novos nobres” nas discussões que se fechavam em Lisboa.

Além das modificações no interior de Portugal, a Restauração iniciada em 1640 coincidiu com um cenário de disputas intensas na Europa, que se expandiram para o além-mar. Em outras palavras, ocorreu um processo que a historiadora Maria do Rosário Barata denominou como “atlantização das atenções”, no qual as nações europeias passaram a disputar territórios coloniais alheios no Atlântico:

Mas também se tornava evidente a competição pelo Atlântico entre a França, a Holanda e a Inglaterra, que dita o acautelamento, por parte de Portugal, da situação nos seus territórios atlânticos, o esforço pela libertação do Brasil e de Angola e o combate perante o ataque dos holandeses e ingleses no Índico. É o tempo da organização dos “comboios” de acompanhamento às frotas mercantes, da discussão das vantagens e inconvenientes das companhias de comércio, da generalização da discussão em torno das medidas mercantilistas para lutar contra a concorrência estrangeira. É bem certo que o século XVII é o da “atlantização das atenções”.²⁵

Foi em meio a um cenário de disputas externas e de afirmação política interna que a monarquia portuguesa se consolidou no decurso dos primeiros séculos da modernidade. A crise econômica provocada pela desvalorização do açúcar, tabaco e algodão que marcou o século XVII, só foi suplantada na primeira

²⁴ MONTEIRO, Nuno. Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período Joanino. **Análise Social**, n. 35, 2001, p.961-987, p.966.

²⁵ BARATA, Maria. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, 2000, p.115.

metade do século XVIII quando começaram a ser notadas algumas modificações na política portuguesa²⁶.

Mas, foi, sem dúvida, com a descoberta das minas auríferas que a economia lusa se reergueu definitivamente. O que permitiu a D. João V, no transcurso da primeira metade do século XVIII, que lançasse mão de uma série de subsídios para reestabelecer a paz interna e em suas possessões, além de viabilizar investimentos culturais e toda uma sorte de reformas na administração do Reino.²⁷

Interessa-nos agora conhecer melhor essa conjuntura que delimita nosso recorte, iniciando no reinado de D. João V (1689-1750) e prosseguindo na gestão de seu filho D. José I (1714-1777). Cabe destacar que foi durante tais reinados que as ideias ilustradas ganharam corpo em Portugal. Foi também no decurso daqueles anos que o nosso personagem nasceu e construiu sua trajetória. Vejamos como as novidades trazidas no campo das ideias se amarram ao contexto do Reino, para, a partir dessa reflexão, acompanhar a trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo.

1.1.2 A Ilustração Lusa

Entre o final do século XVII e meados do século XVIII, a Europa vivenciou um movimento crítico do absolutismo, da sociedade estamental, dos consequentes privilégios da aristocracia e do clero, e das instituições de uma ordem política

²⁶ BARATA, Maria. In TENGARRINHA, 2000, p. 120. As modificações aqui mencionadas são, a título de exemplificação: O sucesso português na condução dos tratados entre Portugal e Espanha, como o Tratado de Utrech (1712-1715) e o de Madrid (1750). Que deram aos portugueses, dentre outras coisas, controle pleno da região amazônica do Brasil e redefiniram os limites coloniais na América. Assim, a colônia mais produtiva de Portugal teve um ganho territorial substancial, o que aumentaria a possibilidade de investimentos e lucros lusitanos. Além disso, o fortalecimento concedido por D. João V às embaixadas deveria servir para transformar Portugal em uma espécie de “mediador oficial”, trazendo-o para o centro das decisões europeias, mesmo que de maneira indireta, alianças comerciais com a Inglaterra, consolidando ainda mais uma “opção atlântica” adotada pelos lusitanos, na qual os portugueses passariam de maneira majoritária a focar todos os seus investimentos no Brasil.

²⁷ TENGARRINHA, 2000, p. 130.

considerada arcaica. A Ilustração tinha como escopo o avanço do espírito humano, do conhecimento, do progresso dos povos e da caminhada do gênero humano rumo a um indefectível percurso de aprimoramento – a que chamava perfectibilidade.²⁸ Assim, o homem refletindo por e sobre si mesmo buscava a resolução de suas mazelas, tanto quanto possíveis.

A despeito de suas características universalistas, a historiografia atual parte da assertiva de que as Luzes influenciaram cada nação de maneiras distintas.²⁹ As modificações na percepção da existência humana, a delimitação de fronteiras cada vez mais evidentes e um movimento de maior racionalização ganharam cores locais. Assim, apesar de diverso, como afirma o historiador francês Michel Vovelle “é possível identificar, para além das controvérsias, os elementos de um consenso mínimo comum, nos quais se exprime uma nova visão de mundo através de uma visão do Homem”.³⁰

É preciso fazer a ressalva de que, num mundo que caminhava para a secularização das suas estruturas administrativas e maior burocratização do aparato estatal, Portugal preferiu, no primeiro momento, uma tradição mais conservadora quando comparada a outros reinos europeus. É o que defende a historiadora Beatriz Domingues sobre as opções modernizantes europeias:

Muito mais do que algo completamente à parte ou exótico em relação à tradição europeia ocidental, foi uma outra leitura da mesma tradição. Foi como se, a partir da mesma pedra, tivessem sido esculpidas duas estátuas diferentes. A ibérica, mais tradicional, tentou manter, ainda que renovando, a imagem medieval do mundo [...]. Estou chamando essa diferente inclusão no mundo moderno de modernidade medieval.³¹

É interessante perceber que Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII sua cultura

²⁸ Cf. SOUZA, Maria. **Ilustração e história**. São Paulo: Fapesp, 2001.

²⁹ MERLO, Patrícia. A Obra de Luís Antônio Verney: aspectos da ilustração portuguesa. In **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/Ufes, 2013, p.4.

³⁰ VOVELLE, M. (Org.). **O homem do iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997, p.22.

³¹ DOMINGUES, Beatriz. O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano. **Revista da ANPOCS**. São Paulo, n.º 20, 195-216, novembro, 1997, p.200.

científica esteve atrelada ainda ao modelo aristotélico-tomista. Como já mencionado, no Renascimento ocorrem mudanças na forma de ser do homem, suas relações com a natureza e com os outros homens alteram-se drasticamente. As ideias e conceitos de Humanismo, Filantropia, Razão e Ciência surgem no século XV e XVI, na França, Alemanha e Inglaterra, mas ganham força e abrangência além-fronteiras no século XVIII.

O conhecimento deixou de ser exclusivo de um grupo exclusivamente ligado a igreja e entra em contato com o público interessado, homens de letras e com formação científica. Mas, Portugal, por sua vez, estava caminhando contra as perspectivas além-pirineus. As forças religiosas travaram intensa batalha contra a abertura do mundo científico e Portugal fechou-se para o resto da Europa. Predominou na Península Ibérica outra tradição científica ligada à modernização da tradição aristotélico-tomista da Idade Média.³²

Além dessa concepção particular de modernidade, a Ilustração lusitana foi marcada pela forte presença dos chamados *estrangeirados*, que seriam portugueses que viveram a maior parte de suas vidas em terras que não as portuguesas (ou até mesmo nativos das colônias, que não estariam em contato direto imediato com a Coroa) e que, por observarem Portugal externamente, elaboravam uma série de críticas acerca do momento vivido por seus conterrâneos, comparando-os a outras regiões. Segundo a pesquisadora Carlota Boto:

Os estrangeirados portugueses do século XVIII preocupavam-se com o atraso cultural do país. Consideravam que a situação do seu Portugal contemporâneo era de decadência: decadência perante os países mais avançados da Europa; decadência à luz dos rumos tomados pela colonização; decadência perante o poder que, um dia o país acreditou possuir...³³

³² DOMINGUES, 1997, p. 204.

³³ BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 282-299, 2010, p. 284.

A título de exemplo, escolhemos apresentar brevemente dois desses considerados estrangeirados. O primeiro é o oratoriano Luís Antônio Verney (1713-1792), teólogo e pedagogo que viveu a maior parte de sua vida na Itália. Ainda em Portugal, ele foi instruído nas primeiras letras e latim no Colégio de Santo Antão e prosseguiu seus estudos em Filosofia, Gramática Latina e “estudos inferiores” na Universidade de Évora, concluindo-os por volta de 1733. Em 1736 passou a viver em Roma, buscando sobreviver com seus estudos e benesses eclesiásticas solicitadas à Coroa lusitana.³⁴

Sua principal obra intitulada *Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1746, reunia um balanço sobre como eram realizados os estudos em Portugal. Segundo o autor Ivan Teixeira, o trabalho do oratoriano é, antes de tudo, uma espécie de compêndio crítico do ensino português da época, através do qual se esboçam noções de todas as áreas da cultura acadêmica.³⁵

Não cabe aqui indicar exatamente qual foi o alcance de sua obra, mas podemos seguramente afirmar que foi de impacto para a comunidade lusitana, sendo considerada inclusive inspiração para as reformas educacionais postas em prática pelo então Marquês de Pombal no ano de 1772.³⁶ Tal fato, demonstra que seu trabalho foi considerado importante pelos principais letrados de sua época, pelo menos em Portugal.

Paralelamente, podemos observar na obra de Verney uma das mais destacáveis características da Ilustração portuguesa, que é a forte influência da Igreja no processo ilustrado. Nesse contexto, a razão nada mais seria que uma ferramenta de análise das leis naturais, e a filosofia e a ciência seriam mecanismos de alcance do “bem”, questão muito mais moral do que racional.³⁷

³⁴ ANDRADE, António. **Verney e a projecção de sua obra**. Amadora: Biblioteca Breve, 1980, p.14.

³⁵ TEIXEIRA, Ivan. Ressonâncias de John Locke na ilustração portuguesa: Luís Antônio Verney e Francisco José Freire. **Revista USP**, São Paulo, v. 34, p. 108-124, junho/agosto – 1997, p. 119.

³⁶ MERLO, 2013, p. 7.

³⁷ Cf. KIRSCHNER, Tereza. **Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

O segundo exemplo que citaremos é de D. Luís da Cunha (1662-1749), ministro de grande destaque principalmente no período Joanino (1707-1750). Sobre ele, podemos afirmar que se formou em Direito Canônico na Universidade de Coimbra e com 20 anos fora nomeado desembargador do Tribunal da Relação do Porto³⁸, passando, depois, para o Tribunal da Relação de Lisboa e, no ano de 1696, embaixador português em Londres.³⁹ A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador na já citada Inglaterra e, durante a maior parte de sua vida, na França e, segundo a historiadora Júnia Furtado, apesar de ser figura que viveu a maioria de sua vida longe de Lisboa, Luís da Cunha manteve contato tão constante com D. João V que se tornou um dos principais pilares da política portuguesa de seu tempo.⁴⁰ A autora destaca ainda que Luís da Cunha esteve a par dos acontecimentos que culminaram no Tratado de Methuen e esteve presente nas negociações durante o Tratado de Utrecht e na demarcação de novos limites entre América portuguesa e espanhola⁴¹.

Após as negociações, Luís da Cunha partia em 1716 para Holanda. Em seguida, tornou-se embaixador em Madrid entre 1719-20, representou Portugal nos acordos de paz entre europeus no Congresso de Cambrai em 1720 na França. Em 1736, foi nomeado embaixador da corte de Lisboa em Paris, onde ficou até falecer no ano de 1749.⁴² Dentre os seus trabalhos, destacam-se “Memórias da Paz de Utrecht”, de 1715, “Instruções” (Inéditas) a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, de 1736, e a “Carta escrita ao Rei D. José I”, mais conhecida como Testamento Político, de 1748-49.⁴³ Neste último, faz uma série de recomendações e sugestões para o ainda infante D. José I para o novo

³⁸ O Tribunal da Relação do Porto foi um órgão criado por volta de 1582 e tinha por responsabilidade, *grosso modo*, receber e julgar apelações e processos das comarcas do norte de Portugal (atualmente as regiões de Beira, Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes).

³⁹ CUNHA, Luís. Testamento político. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/luisdacunha.pdf>>. Acesso em: 08 de Abril, 2015, p. 602.

⁴⁰ FURTADO, Júnia. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da sucessão espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'anville. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p. 66-83, jul-dez, 2011, p. 67.

⁴¹ FURTADO, 2011, p. 73.

⁴² OLIVEIRA, Ricardo de . Política, Diplomacia e o Império no Portugal da Primeira Metade do Século XVIII. **História. Questões e Debates**, Paraná, v. 19, n.36, p. 251-278, 2002, p. 264.

⁴³ OLIVEIRA, 2002, p. 265.

governo que se mostrava no horizonte, sugerindo inclusive quem deveria auxiliar o futuro monarca, como será descrito em outro momento.

Grosso modo, os dois personagens apresentados evidenciam outra característica interessante da ilustração lusitana. Ela é deflagrada com a absorção do ambiente europeu, que passava pelos seus enviados em outros territórios e eram lançadas em Portugal. Dito de outra maneira, os diversos *estrangeirados* observavam, liam e participavam do processo de ilustração de outras regiões europeias e enviavam à Corte indicações de como essas ideias podiam ser absorvidas em Portugal.

1.2 DE VOLTA AO CONTEXTO POLÍTICO: OS REINADOS DE D. JOÃO V E D. JOSÉ I

Como visto, as ideias ilustradas aportaram nas terras lusas no final do século XVII, todavia começam a florescer durante o reinado de D. João V (1706-1750). Sobre ele, podemos afirmar que:

Nascido a 22 de outubro de 1689, o filho de D. Pedro II e da sua segunda mulher, D. Maria Sofia de Neubourg, subiria ao trono, por falecimento do pai, contando ainda 17 anos, razão pela qual precisaria de esperar pelo primeiro de janeiro de 1707 para que se consumasse a aclamação solene. A tomada do ceptro acontecia numa altura particularmente delicada para o reino. Corria a guerra da sucessão espanhola em que eram pretendentes Filipe V e o arquiduque Carlos, aquele que contava com o apoio de D. Pedro II, aliado a ingleses e austríacos. D. João V aceitou dar continuidade ao compromisso do pai, mas, felizmente, um conflito cujo saldo estava a ser altamente desastroso para Portugal acabaria por terminar em paz, conservando o rei a soberania sobre as terras Amazónicas.⁴⁴

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, há muito tempo os historiadores se habituaram a encarar o longo reinado joanino como um tempo diverso e

⁴⁴ BORGES, Alexandre; ROSA, Hugo. **Histórias secretas de reis portugueses**. Lisboa: ed. Oficina do Livro, 2012, p. 46.

específico, muitas vezes, identificado com o da “monarquia absoluta”. Segundo o pesquisador, pelo menos duas dimensões decisivas parecem contribuir para essa caracterização: a última reunião das Cortes tradicionais⁴⁵, em 1697-1698, e a relativa estabilidade política da primeira metade dos Setecentos, especialmente por contraste com os anos agitados da guerra da Restauração. Nuno Gonçalo assevera que:

Sabemos desde logo que o período em análise foi atravessado por importantes, embora relativamente imperceptíveis, descontinuidades políticas. De facto, a regência e reinado de D. Pedro II caracterizam-se por um modelo de funcionamento da administração central que se prolongará ainda pelos primeiros anos do reinado de D. João V, mas que contrasta com o que foi adoptado desde, pelo menos, os anos 20 de Setecentos, quando o rei passou a despachar com os seus sucessivos secretários de Estado ou outras personagens, em larga medida à margem dos conselhos, ou melhor, do Conselho de Estado, que parece ter constituído o órgão central da administração em todo o período anterior.⁴⁶

Outra característica importante do período é a rota de aproximação cultural e política com o universo das demais cortes europeias, entre as quais Portugal procura se afirmar por meio da crescente abertura a um horizonte de ambições mais universais. Tal estratégia pode explicar a importância que estrangeiros assumiram na corte joanina, assim como a maior circulação de ideias. No campo do ensino da medicina, podemos citar que ocorreu a contratação de professores estrangeiros de renome, por iniciativa de D. João V.⁴⁷

⁴⁵ Os Conselhos de Estado são órgãos administrativos comuns aos regimes europeus até a modernidade. No caso português, ao que tudo indica, a criação dos Conselhos de Estado se deram por D. Sebastião por influência de seu tio castelhano Felipe II de Espanha. Deveriam ter uma dupla função: garantir a participação nobiliárquica no governo régio, assistindo-o sempre que necessário e, em contrapartida, assegurar a vigilância do Rei para que este garantisse a justiça e manutenção da tradição do Reino. Ao rei cabia a função de impedir que eventuais rugas dentro desse conselho que gerassem uma situação de desordem, ou seja, garantindo a harmonia entre cortesãos. Para mais informações sobre o Conselho de Estado português, sugerimos cf. GAMA, Maria Luísa. **O conselho de estado no Portugal restaurado** - Teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706). 2011. 235f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa.

⁴⁶ MONTEIRO, 2001, p. 967.

⁴⁷ Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, 5:2 (Jul./Dez. 2007), p. 149 -172.

Pari passu, intensificaram-se as relações diplomáticas com a Santa Sé e os investimentos eclesiásticos, em geral, que são recorrentemente apresentados como o seu elemento central. Buscava-se a conquista da paridade de tratamento com as outras grandes potências católicas no seu relacionamento com a Igreja, à semelhança do que ocorria antes de 1580. Um processo caro e arrastado no tempo:

Que passou pelo esforço em elevar a capela real à dignidade de igreja e basílica patriarcal, em que se empenhou o marquês de Fontes (obtida em 1716), pela atribuição da dignidade cardinalícia ao patriarca de Lisboa Ocidental (1737), pelo reconhecimento do direito de apresentação dos bispos pelo monarca português (1740) e, por fim, pela atribuição ao monarca português do título de rei fidelíssimo (1748).⁴⁸

O monarca inaugurou ainda novo período na vida cultural do país patrocinando as diversas Academias que se espalharam pelo reino, como foi o caso da Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720. Além disso, ele apoiou a Congregação do Oratório, fundada em Roma no ano de 1565, e alcançando Portugal em 1659.⁴⁹ Esta ordem se dedicava principalmente ao ensino, aplicando princípios experimentalistas nos métodos de estudos. Na Congregação destacaram-se dois franceses, o padre Rafael Bluteau e o padre Le Grand.⁵⁰

No plano econômico todos os dispêndios só foram possíveis graças ao ouro brasileiro, marco do período que possibilitou grande número de reformas. Num primeiro momento, a preocupação era com o que o ouro poderia ocasionar com as finanças portuguesas. Uma das principais vozes era a do funcionário régio Alexandre Gusmão (1695-1753). Na opinião dele, a descoberta das minas acabou por arruinar e empobrecer os portugueses, pois impediria o Reino de

⁴⁸ MONTEIRO, 2001, p.981.

⁴⁹ MARQUES, Adílio. **O Iluminismo no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Separe, 2012, p. 46.

⁵⁰ Cf. HEYNEMANN, Cláudia. O tribunal das letras: Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 191-208, jul/dez, 2003.

investir no comércio e o seu “mal-uso” encaminharia o produto sua decadência e conseqüente escassez.⁵¹

Não obstante, para além do gasto supostamente irresponsável, alerta o pesquisador Antônio Filipe Pimentel, especialista em história da arte que

[...] em Portugal como em toda a Europa do Barroco, é sempre a constatação do valor eminentemente simbólico e político da ostentação do luxo que se verifica, enquanto sinónimo da majestade de um poder que se materializa sob as espécies sensíveis, ao mesmo tempo que se revela capaz de renovar em permanência as suas manifestações.⁵²

Ainda segundo o estudioso, o que de fato emerge em fins do século XVII, marcado pela alcunha de Portugal Restaurado, é certa sofisticação advinda do crescente círculo estrangeirado e por meio de importantes ligações internacionais e progressivamente consumidor de produtos europeus, dentro do qual, o próprio Rei se educa e vai, pouco a pouco, desenhando o que virá a ser o seu projeto de poder.

O retrato de um monarca amplamente aparelhado, com palácios banhados em metais preciosos era, antes de qualquer coisa, a principal propaganda de D. João V. Demonstrava-se primeiramente a independência régia perante aos impostos pagos pelos súditos. Em segundo lugar, construía-se em âmbito internacional a imagem de uma nação em franca prosperidade, com confiança em sua soberania, tornando-se praticamente um instrumento retórico e diplomático. As obras, os bustos, os textos encomendados obedeciam a um projeto declarado de D. João V, seguido modestamente por seu filho D. José I, movimento seguido pelos representantes mais importantes da corte lisboeta.⁵³

Pode-se ainda destacar que durante o reinado de D. João V a figura do rei ganhou importância e maior proximidade com seus sucessivos secretários, a

⁵¹ TUMA, Sofia. **A neutralidade Portuguesa no século XVIII**: De Hugo Grócio à acção política e diplomática. 2010. 490f. Tese. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010, p. 237.

⁵² PIMENTEL, Antonio Filipe. Os Pintores de D. João V e a Invenção do Retrato da Corte. **Revista de história da arte**. nº 5, 2008, p.135.

⁵³ PIMENTEL, 2008, p. 144.

partir de então inseridos decisivamente no Conselho de Estado. Em grande parte do século XVII, foi deste local que emanava as decisões, que era tido como “lugar de poder” da Corte lusitana. Aqui, entenderemos esse conceito como algo que

designa uma população real que possui, de maneira palpável o que é chamado de "poder", entendendo por tal as relações de forças entre posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social - ou de capital - de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio de poder.⁵⁴

Ou seja, a Corte, as Secretarias então reformuladas, juntamente com os Conselhos de Estado e os demais órgãos administrativos, tornaram-se armas de luta constante por prestígio, fato comum as monarquias modernas europeias. As disputas nobiliárquicas eram para alcançar e, tanto quanto possíveis, monopolizar as decisões e despachos, movimento do qual, como visto acima, o próprio rei participava ativamente.

Os Secretários de Estado eram, *grosso modo*, funcionários públicos à serviço da Coroa que, em geral, tinham funções de auxílio administrativo do reino e cujas nomeações para ocupação destes cargos eram de exclusividade do monarca. No caso português, as Secretarias de Estado se encontram ligadas a uma centralização de poder caracterizada, em especial no momento de transição entre o reinado de D. Pedro II (1683-1706) e o reinado de D. João V (1707-1750).

A partir das secretarias, os cargos de auxiliares do Rei passaram a ter regulamentações concretas sobre suas funções e dimensões, respeitando um momento ilustrado que buscava uma racionalização das estruturas burocrático-administrativas entre o final do século XVII e o século XVIII.

Cabe ainda destacar que foi D. João V quem definiu as áreas de atuação das Secretarias de Estado⁵⁵, a saber: Secretaria dos Negócios Interiores do Reino,

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 28-29.

⁵⁵ Para maiores informações, sugerimos o seguinte trabalho: Cf. COSTA, André. **Os secretários e o Estado do Rei**: luta de corte e poder político sécs. XVI-XVII. 2008. 319f. Dissertação. FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

entregue a Pedro da Mota e Silva, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a Marco Antônio de Azevedo Coutinho e a Secretaria da Marinha, a Antônio Guedes Pereira.⁵⁶

Os últimos anos do governo joanino foram marcados pela debilidade da saúde real. Em 1742, D. João V, foi acometido por sério ataque de paralisia que abriu caminho para o agravamento de seu estado, do qual nunca se recuperou. Nos anos seguintes, a rainha D. Maria Ana de Áustria governou como regente até a morte de seu marido, em 1750. E a ascensão de seu filho, D. José I, ocorreu em setembro do mesmo ano.

A subida de D. José I ao trono luso foi, de certa forma, artimanha do destino. Conta-nos Nuno Gonçalo Monteiro que seus pais, D. João V e D. Maria Ana⁵⁷ contraíram matrimônio em 1708. Apesar disso, o primeiro rebento só nasceria em 19 de outubro de 1711:

[...] a ausência de descendência ao fim de mais de dois anos [de matrimônio] foi sério motivo de preocupação, tendo levado D. João V a fazer o célebre voto de edificar um mosteiro capuchinho em honra de Santo Antônio se nascessem os desejados frutos de seu enlace. O Convento de Mafra, obra emblemática do seu reinado veio a perpetuar o êxito finalmente alcançado a 4 de dezembro de 1711 com o nascimento de D. Maria Bárbara, futura rainha de Espanha. Apenas dez meses depois, a 19 de outubro de 1712, nasceu o primeiro filho varão de D. João V, batizado com o nome de Pedro, como seu avô, sugerindo que essa seria a regra que a Casa Real portuguesa pretendia adotar[...] A 6 de Junho de 1714 [...] nasceu enfim D. José, nome sem tradições na onomástica da Casa Real portuguesa, atribuído provavelmente como invocação do imperador D. José da Áustria, seu tio, recentemente falecido (1711). Só em outubro do mesmo ano, por morte do irmão primogênito, D. Pedro, D. José se tornou o presuntivo sucessor da coroa portuguesa.⁵⁸

Aos 36 anos, D. José I herdou um cenário sob forte influência de seu pai. Contudo, a relativa calma da primeira metade do século XVIII deu lugar a

⁵⁶ FIGUEIREDO, 1785, p. 251

⁵⁷ É preciso destacar aqui que D. João V e seu filho D. José I casaram-se com mulheres com o mesmo primeiro nome. Assim, quando formos nos referir à esposa de D. João V, mãe de D. José (Maria Ana de Áustria) o faremos desta forma, separadamente. Quando formos tratar da esposa do monarca que assumiu o trono após 1750 (Mariana Vitória de Bourbon), o faremos desta maneira, juntos.

⁵⁸ MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p.19.

novos conflitos. Segundo a historiadora Maria do Rosário Themudo Barata, em Portugal, assim como na França, na Áustria e na Espanha, nos anos de 1750 debatia-se a necessidade de reformulações políticas. Nesse contexto, ocorreu a questão central da importância das reformas de estado nos regimes europeus. Deste modo,

no conjunto de revoluções setecentistas a que pertence a Revolução Industrial e a acima referida: o Tratado de Versalhes de 1756 consagra a aliança entre a França e a Áustria (as duas potências continentais tradicionais opositoras na época moderna) a que se juntam, no segundo Tratado de Versalhes, a Rússia e a Suécia. Perante estas potências unem-se a Inglaterra e a Prússia, nos Tratados de Westminster. Era o começo da Guerra dos Sete Anos, contra o Império Ultramarino inglês.⁵⁹

Tal conjuntura evidenciava uma situação desconfortável com a qual o Império Português precisaria conviver. Se durante o período joanino os lusitanos conseguiram permanecer militarmente afastados dos conflitos europeus, o novo equilíbrio de forças exigia uma tomada de posição. Por conta das conexões oriundas de casamentos Portugal e Espanha encontravam-se próximos. D. José I era casado com D. Mariana da Espanha e sua irmã, D. Bárbara, com Fernando VI, que reinou de 1746 até 1759.⁶⁰

Entretanto, as relações familiares não eram as únicas a pender na balança das alianças. Portugal desenvolveu, ao longo dos anos subsequentes à Restauração de 1640, relações econômicas muito estreitas com a Grã-Bretanha, importante parceria comercial, especialmente, para as estratégias inglesas no Atlântico, aproximação que se iniciou muito mais por um momento *anti-habsburgo* do que por parcerias entre os dois reinos.⁶¹

⁵⁹ BARATA, Maria do Rosário. in TENGARRINHA, José. 2000, p. 121.

⁶⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim. Formas de arte efêmera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, I série, vol. III, p. 95-108, 2004, p. 96.

⁶¹ BATISTA, Felipe. **Os Tratados de Methuen de 1703**: Guerra, portos, panos e vinhos. 2014. 127f. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 36-37.

Portugal, com um território imperial relativamente estruturado, lucrativo e ligado a outras coroas por relações familiares ou por acordos comerciais, adquirira ao longo da segunda metade do séc. XVIII relativa importância como mediador nos conflitos europeus.

No plano interno, D. José I gozou de alguns anos de tranquilidade, assim como seu pai procurou construir uma imagem aliada aos costumes civilizados e ao refinamento. Por volta de 1752, deu início àquela que seria sua grande obra de divulgação: a Real Casa da Ópera, também conhecida como Ópera do Tejo. De fato, o verdadeiro centro de atividade dos primeiros anos do governo de D. José I foi sua construção:

[...] localizada à nascente do Paço da Ribeira, com o qual tinha comunicação [...] segundo uma fonte do fim do reinado, “El-rei encarregou João Pedro Ludovice, seu arquiteto, de fazer a planta de uma Casa magnífica para estas representações, o que executou depois mandando El-rei o Risco a Itália, e vindo de lá outras diversas, escolheu a que melhor lhe pareceu. Que executou com grandeza tal que diziam os que tinham viajado a Europa não terem visto Teatro de semelhante gosto e riqueza.⁶²

Conforme o pesquisador Miguel Figueira de Faria, foi grande a preocupação do rei com tal encomenda:

Esta construção seria a mais emblemática e significativa obra arquitetônica do início do seu reinado. [...] pela sua beleza e grandiosidade ficou na memória coletiva como o mais belo teatro da Europa, acabando por se tornar um edifício mítico da capital portuguesa.⁶³

Todavia, os anos de festejos, de caça e boa música tiveram duração efêmera. Em 1755, eclodiu no mar e alcançou a costa portuguesa um terremoto que

⁶² MONTEIRO, 2006, p. 80-81.

⁶³ FARIA, Miguel. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio** - História de um espaço urbano. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012, p.95.

destruiu quase que completamente a cidade Lisboa⁶⁴. Nas palavras de Mary Del Priore:

Sete minutos. Os mais longos da vida de muitos que sobreviveram, mas sete minutos do primeiro abalo, seguido de fortes vibrações, à calmaria que sobrevém às tempestades. A precisão na cronometragem desses horrendos segundos veio dos relógios britânicos que tinham inaugurado em 1676 o Observatório de Greenwich, espécie de gigantesco relógio lunar capaz de dar as horas das capitais europeias. Depois desses fatídicos sete minutos, impunha-se pôr ordem em meio ao caos.⁶⁵

Tal catástrofe exigiu do monarca grande empenho, não apenas para reconstruir a capital, mas também na reposição de produtos e no ressarcimento dos comerciantes que faliram como consequência de tal evento. Grande parte dos testemunhos produzidos sobre o sismo contabilizava as baixas, especialmente materiais. Num cenário de grave destruição é compreensível a preocupação com os bens, uma vez que alguns desses homens foram à ruína, ou tiveram que se reerguer economicamente em face às perdas sofridas. Ademais, era preciso ter ciência dos números para que se reorganizasse a atividade econômica em Portugal.

Todavia, nem só de economia vivem os homens, sobretudo em um período fortemente marcado pela sacralidade. A população lisboeta, essencialmente católica, esperava dos membros da Igreja palavras de conforto. Tal consolo seria ainda mais importante se viesse do mais alto poder católico, o papado. Por isso, D. José I pediu ao núncio de Lisboa que se comunicasse constantemente com a Santa Sé, requisitando tais palavras e ações. A resposta papal, porém, demorou a vir. Bento XIV celebrou a missa em ação de graças com o alto clero que o acompanhava no Vaticano somente no final de dezembro de 1755, o que não foi bem visto por D. José I. Em contrapartida os bispos e Arcebispos de Lisboa promoveram inúmeras procissões, missas e jejuns. Instituíram um santo

⁶⁴ CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). **Camões** - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, 2003, p. 214.

⁶⁵ DEL PRIORE, Mary. **O mal sobre a terra**: uma história do terremoto de Lisboa. Rio de Janeiro: ed. Toopbooks, 2003, p. 144-145.

padroeiro contra os terremotos, São Francisco de Borja, e uma oração para que a população rezasse pedindo a Deus que não ocorressem mais sismos.⁶⁶

Foram inúmeras as versões e interpretações acerca do Terremoto de primeiro de novembro. Voltaremos com mais atenção ao tema num momento posterior. Por hora, vejamos como nosso personagem, Sebastião José de Carvalho e Melo se envolveu nesse enredo.

1.3 SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO: A ASCENSÃO À VIDA PÚBLICA

Muitos foram os trabalhos produzidos sobre a vida pública de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo seu último título alcançado em 1770, o Marquês de Pombal. De contemporâneos aos escritores atuais, muitos tentaram reconstruir a peculiar trajetória acerca da vida do ministro. Sobre essas diversas narrativas, o historiador britânico Kenneth Maxell nos alerta que “os historiadores portugueses, como os contemporâneos de Pombal, permaneceram divididos quanto aos seus méritos e à importância de suas reformas”.⁶⁷

De maneira sucinta, podemos afirmar que as primeiras obras de caráter biográfico foram produzidas por volta de 1882, quando se passavam cem anos de sua morte. A primeira que destacaremos é a do escritor e romancista português Camilo Castelo Branco (1825-1890), intitulada “O Perfil do Marquês de Pombal”. Neste trabalho, o autor se apresentou como feroz crítico das atitudes tomadas pelo ministro Sebastião José, justificando que censura advinha dos fatos:

⁶⁶ FERRO, Carolina. **Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia**: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa (1755-1757). 2009. 200f. Dissertação. PPGH, Universidade Federal Fluminense, p. 43.

⁶⁷ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 168.

[...] a verdade é assim que se escreve. Fatos, com documentos na mão. Busquei a biografia d'um homem feroz, e não me esqueci de assinalar o maior número de acessórios e contingências que o fizeram tão cruel. Se ele podia ser melhor e fazer mais do que fez, diga-o a crítica; escusa, porém, de me observar que poderia ser pior, por que eu, *quod absurdum*, não creio⁶⁸.

Em postura contrária, podemos apresentar o trabalho lançado em 1885, encomendado pelo Clube de Regatas Guanabareense. Dentre os que assinam a obra como colaboradores, destacaremos o escritor e jornalista português José Maria Latino Coelho (1825-1891), um dos maiores expoentes da cultura nacional, Joaquim Machado de Assis (1839-1908) e o político e cientista social português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), um dos grandes expoentes lusitanos da época. A construção de Carvalho e Melo para esse trabalho é completamente diferente, como veremos abaixo:

Se fora dado a um só homem efetuar pelo talismã da sua vontade uma completa revolução, tê-la-ia certamente realizado. Abriu os caminhos ao pensamento e à instrução, promoveu e glorificou o trabalho nacional. Contribuiu e disciplinou a força defensiva do país. Ora, um povo que sabe pensar, trabalhar e combater – as três funções características da humanidade – é um povo que, digno e merecedor de sua independência, pode viver e progredir, satisfeito de seu lar [...].⁶⁹

Na primeira década do século XX surgiu outro trabalho que ficaria para a vanguarda das pesquisas sobre o Marquês de Pombal. Trata-se do trabalho do historiador lisboeta João Lúcio de Azevedo (1855-1933), “O Marquês de Pombal e a sua época”, publicado em 1909. Essa obra apresenta uma visão aparentemente mais balanceada sobre a figura do ilustre ministro atribuindo por vezes a Carvalho e Melo um espírito sequioso de novas ideias, que nem sempre

⁶⁸ CASTELO BRANCO, 1882, p. X. O prefácio deste livro encontra-se ordenado por números romanos e, após as considerações iniciais, a numeração é reiniciada e ordenada de maneira cardinal. Decidimos então respeitar o modo com o qual a numeração está apresentada no documento.

⁶⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 20. Os colaboradores são apresentados em uma página do documento que não possui numeração, mas que equivaleria à folha de rosto.

conseguia absorver os melhores princípios que suas experiências poderiam fornecer.⁷⁰

Seguiram-se dessas obras toda uma sorte de trabalhos sobre Sebastião José de Carvalho e Melo, tentando reinterpretar sempre que possível a já ilustre figura do ministro mais importante do rei D. José I. Para citar alguns cronologicamente, podemos apresentar o trabalho de Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide (o Visconde de Carnaxide) intitulado “O Brasil na administração pombalina (economia e política externa) de 1750”, seguido da obra do escritor lusitano Mario Domingues intitulado “Marquês de Pombal – O Homem e a sua época” (trabalho homônimo ao de João Lúcio de Azevedo) em 1955 e na década seguinte, podemos citar o trabalho de Teixeira Soares intitulado “O Marquês de Pombal” (1961).

Na década de 1980, podemos destacar a obra do português Joaquim Veríssimo Serrão, “O Marques de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista” (1982), o trabalho do historiador brasileiro Francisco Falcon intitulado “A época pombalina: política, economia e monarquia ilustrada” (1982). Na década seguinte, podemos destacar o trabalho da escritora Augustina Bessa-Luís de nome “Sebastião José” (1990). E em paralelo a essas grandes publicações, temos um número incontável de teses e dissertações (incluindo esta) que versam sobre a figura de Carvalho e Melo e buscam explorar as nuances de sua relação com a política lusitana do século XVIII e com D. José I, campo ainda vasto e longe de se esgotar.

Os estudos mais atuais, especialmente os do historiador Nuno Gonçalo Monteiro, fazem uma pequena virada. Ao trabalharem o período, ou até mesmo se valerem da figura de Sebastião José para análise, observam a relação dessa figura com o monarca e, principalmente o lugar que Carvalho e Melo ocupava e como ele afetou os seus arredores. Na verdade, Nuno Gonçalo demonstra como o governo de D. José I apresentou particularidades em relação ao de seu pai, D. João V que manifestou uma tentativa de centralização muito mais declarada. Os estudos se encaminharam para reflexões sobre a institucionalização e burocratização das funções reformuladas por D. João V, na tentativa de atribuir

⁷⁰ AZEVEDO, João. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004, p.19.

caráter menos centralizador e mais burocrático ao sistema administrativo em voga.⁷¹ É a partir do pequeno quadro historiográfico traçado, que procuramos compreender a trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo, o fidalgo sem títulos que se tornaria o Marquês de Pombal.

Sobre a data de seu nascimento, parece não haver controvérsia nas fontes. Foi no dia 13 de maio de 1699, na cidade de Lisboa, que Tereza Luiza de Mendonça e Melo, mulher de Manuel de Carvalho e Ataíde, deu à luz àquele que seria seu filho mais conhecido: Sebastião José de Carvalho e Melo. Era uma família numerosa de doze irmãos. Pouco se sabe sobre a ordem dos nascimentos, apenas que dois outros irmãos seriam fieis colaboradores do Regime Pombalino: Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) e Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça (1702-1770).⁷²

De maneira geral, as informações sobre a família de Pombal são bastante escassas. Seu pai, Manuel de Carvalho, é descrito como um homem da fidalguia, mas, de pequena fortuna e prestígio. Havia servido nas armadas da costa e depois se tornado capitão de cavalos, cargo de menor patente no exército luso. Sendo assim, possuía um morgado na Rua Formosa, em Lisboa. Sua mãe, Tereza Luiza de Mendonça e Melo, vinha dos morgados de Souto de El-rei, era filha de João de Almada e Melo, Alcaide-mor de Palmela, atual distrito de Setúbal na região de Lisboa. Com a morte de seu marido, Tereza casou-se novamente, anos depois, com um magistrado da Casa de Suplicação.⁷³

A primeira menção nobiliárquica atribuída à família de Carvalho e Melo é conferida a seu avô, Sebastião de Carvalho. Na sequência seu tio, Paulo de Carvalho e Ataíde, que se tornou lente da Universidade de Coimbra e cônego da Capela Real. Vejamos o relato:

⁷¹ MONTEIRO, 2006, p. 226-228.

⁷² CORREIA, 2003, p. 211. Francisco Xavier foi governador do Grão-Pará em 1751 até 1759 e Secretário da Marinha e do Ultramar entre 1760 e 69. O Segundo, Paulo Antônio de Carvalho e Mendonça, foi um cardeal e secretário pessoal da rainha Mariana de Vitória e Bourbon, esposa de D. José I e tornou-se Inquisidor-Mor de Portugal após 1760.

⁷³ AZEVEDO, 2004, p. 18. O capitão de cavalos era um nobre que deveria, do próprio bolso, preparar e aparelhar cavalos para si e sua tropa, que geralmente contavam com poucas dezenas de cavaleiros.

D'este novo Sebastião e de sua esposa D. Leonor Maria de Ataíde, filha de Gonçalo da Costa Coutinho, governador de Avieiro, procederam além de outros filhos, Manuel de Carvalho e Ataíde [...], e Paulo de Carvalho, que foi lente na Universidade de Coimbra e depois conego da Capella Real. Pode, pois, afirmar-se com verdade que a família de Pombal só começou a ter ilustração e valimento, principalmente como nobreza de toga, desde o terceiro avô do estadista. Antes deste, se a estirpe não era inteiramente plebeia, [...] era ao menos historicamente obscura e sem valia na corte e nos grandes ofícios da república.⁷⁴

Se sobre a infância existem tantas discontinuidades, os anos subsequentes são também marcados por informações interrompidas. É o caso, por exemplo, do relato apresentado por Camilo Castelo Branco que justifica a difícil relação entre o Marquês e a família dos Távoras⁷⁵ por tratarem o secretário como um mestiço, visto que era “neto do padre Sebastião da Mata Escura e da preta escrava Martha Fernandes”.⁷⁶ Tal relato também aparece no trabalho de Mario Domingues, que afirma que Carvalho e Melo tinha como “avoengos remotos um padre, Sebastião da Mata-Escura e uma mulher preta, talvez escrava, chamada Martha Fernandes”.⁷⁷ No entanto, não encontramos maiores indícios que possam atestar a veracidade de tais notícias.

Sobre a formação escolar de Sebastião de Carvalho e Melo, há novas lacunas e informações dispersas no tocante às fontes. Ao que tudo indica, teria frequentado o ensino regular em Lisboa, e seguiu para Coimbra com a finalidade de cursar direito. Nessa direção, aponta João Lúcio de Azevedo: “sabe-se que fez o curso de leis em Coimbra e passou a mocidade naquela província absorvido em pleitos para desembaraçar o patrimônio comprometido [...]”.⁷⁸ O próprio Ministro, quando já era embaixador na Corte de Viena, recordando os

⁷⁴ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 23-24. O trecho começa dizendo “deste novo Sebastião” - pois Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, é o terceiro com o nome “Sebastião” na linhagem. Seu Bisavô também possuía o mesmo nome.

⁷⁵ Tradicional família nobre de Portugal, que foi culpada pelo atentado lesa-majestade contra D. José I, em 1758.

⁷⁶ CASTELO BRANCO, 1882, p. 14.

⁷⁷ DOMINGUES, Mário. **O Marquês de Pombal**: o homem de sua época. Lisboa: Romano Torres, 1955, p. 28.

⁷⁸ AZEVEDO, 2004, p. 18.

díficeis anos de sua mocidade comenta em uma carta escrita a Frei Gaspar da Encarnação:

Observo que, ao tempo que tinha pouco mais de 20 anos de idade, quando no interior de minha família houve algumas aparências de dissenção, se lembrará V. Ex.^a de que eu por fugir às controvérsias, me degradei voluntariamente para o campo de Coimbra, preferindo, por mais de sete anos a broa de milho de Soure à mesa de meu tio.⁷⁹

Francisco Correia vai um pouco além, quando afirma que Carvalho e Melo “foi a Coimbra a fim de se formar em direito. Em breve, porém, renunciou este projeto.”⁸⁰ Mário Domingues, por sua vez, assegura que “quase de certeza não frequentou a Universidade de Coimbra [...]. Mas, não há dúvida, de que revelava bastante conhecimento em História e perfeitas noções de Direito.”⁸¹

Observando mais de perto a cronologia da vida do jovem Sebastião José, é possível inferir que tenha regressado de Coimbra antes de concluir os estudos jurídicos em razão da morte de seu pai em 1720. E estaria com 21 anos, quando assumiu a pequena propriedade da família.⁸²

1.3.1 O início da vida pública

Por volta de 1723, interessou-se por uma senhora de nome Thereza de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, filha dos condes de Arcos e única herdeira dos Almadás. A informação mais evidenciada pelas fontes é que a família, por se tratar de uma das mais tradicionais de Lisboa, não aprovava as intenções de

⁷⁹ Carta escrita pelo próprio Sebastião José, datada de 31 de maio de 1746 e transcrita por AZEVEDO, 2004, p. 69.

⁸⁰ BARROS, Francisco Lobo. **Altos Feitos do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p.1.

⁸¹ DOMINGUES, 1955, p. 29.

⁸² MAXWELL, 1996, p.3.

Carvalho e Melo, e por isso se posicionou absolutamente contra a união matrimonial:

A família de D. Thereza opôs-se formalmente a este enlace. Semelhante aliança, no modo de ver d'eles, era uma deshonra, mas não obstante, todos os embaraços, uma noite, a graciosa viúva, auxiliada por um lençol, fugia por uma das janelas do Palácio dos condes d'Almada, no Largo de S. Domingos e caía nos braços do seu eleito.⁸³

Em perspectiva semelhante, Camilo Castelo Branco descreve:

Por este tempo, cortejava ele [Sebastião José] uma galante viúva, d. Thereza de Noronha e Almada, sobrinha do Conde dos Arcos. Concorriam n'elle o prestígio da valentia e a gentileza pessoal. Levou de assalto o coração da viúva e fugiu com ella para Soure, repellido pelo tio Paulo e ameaçado pela vingança dos Noronha. Casou e esteve sete anos na província, odiado e obscurecido, *comendo a broa de milho de Soure*.⁸⁴

Entretanto, a versão apresentada por Mario Domingues apresenta explicação distinta e menos romanesca:

D. Teresa Maria de Noronha e Almada, mais velha que Sebastião de Carvalho dez anos, contanto, pois, trinta e quatro, já era viúva de Antônio Mendonça Furtado, de quem tivera uma filha que morrera de tenra idade, quando aceitou casar-se com o futuro Marquês de Pombal. Seus pais, D. Bernardo de Noronha e D. Maria Antônia de Almada, também tinham falecido muito tempo antes. Seus tios, D. Marcos de Noronha e D. Maria Josefa de Távora, Condes dos Arcos, não poderiam, evidentemente, exercer qualquer autoridade sobre uma senhora de trinta e quatro anos e viúva. Ela tinha, pois, a liberdade de casar-se com quem lhe aprouvesse. E assim sucedeu, de fato.⁸⁵

Para além das proibições ou quimeras acerca do enlace, o crucial é perceber que Carvalho e Melo, com 24 anos, contraiu de fato matrimônio com Thereza

⁸³ BARROS, 1882, p. 3.

⁸⁴ CASTELO BRANCO, 1882, p.43.

⁸⁵ DOMINGUES, 1955, p. 33.

Maria de Noronha e Almada, 34 anos, que era de uma das famílias mais tradicionais da Corte lusa, apesar de pertencer a uma família de nobreza recente, como visto. Não encontramos dados sobre a vida matrimonial do casal, apenas a informação de que não tiveram filhos. Tal união pode ser indício de uma tentativa de ascensão social, contudo, também não temos fontes suficientes para afirmá-lo.

Posteriormente, Sebastião José ingressou como praça em Soure, estava com 27 anos. Como seu pai já havia servido anteriormente, sua participação no exército provavelmente foi vista como natural. Contudo, sua “carreira” militar foi demasiadamente rápida e teria terminado de maneira desgostosa para Sebastião José, que em seguida buscou outras maneiras de estabelecer-se como um fidalgo na Corte. Sobre esse período localizamos o seguinte fragmento:

Assentou praça de soldado num regimento, que seria provavelmente de cavalaria. Em breve, dizem, foi promovido a cabo de esquadra e nesta [...] continuou por algum tempo, com a esperança de subir talvez a capitão, porque não era então raro o elevar-se de salto a maiores postos, quem tinha na corte benignos e poderosos valedores. Alguns referem que Sebastião de Carvalho, fiando-se nestas intercessões esperava ser mui cedo oficial, e que havendo em 1735, por ocasião de reccrear-se a guerra com Hespanha, uma grande promoção, e não sendo nela contemplado, se desgostará profundamente [...].⁸⁶

Cabe aqui esclarecer que Sebastião José poderia ter recorrido à influência de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde (1679 – 1737), que gozava de razoável prestígio na Corte de D. João V. Ele era sacerdote e professor na Universidade de Coimbra, tornando-se posteriormente arcebispo do patriarcado de Lisboa, o que lhe garantiu uma rede considerável de contatos, que foi seguramente desfrutada por Pombal.⁸⁷ Talvez, o tio não o tenha ajudado em sua carreira militar em função do desagrado com o matrimônio com d. Thereza. Contudo, não se furtaria de beneficiar o sobrinho em outras ocasiões, como na indicação para compor a mesa da Real Academia de História em 1733.⁸⁸

⁸⁶ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 26.

⁸⁷ MAXWELL, 1996, p. 2.

⁸⁸ CORREIA, 2003, p. 213.

O apoio de Paulo de Carvalho e Ataíde mostrou-se decisivo para a inserção de Sebastião José nos círculos políticos da alta Corte. O primeiro passo foi apresentá-lo ao Cardeal da Mota (1685-1747)⁸⁹, o ministro mais influente de D. João V.⁹⁰ De fato, a aproximação com seu tio colocou Sebastião José mais perto do epicentro das decisões, o que facilitaria alcançar postos políticos que porventura estivessem em vacância. Para mais, sobre tal proteção, o risco de ser rechaçado pelos nobres que se opuseram ao episódio com os condes dos Arcos, na época de seu casamento com D. Maria Thereza, era significativamente menor.

1.3.2 A proteção da família e a experiência em Londres

Paulo de Carvalho faleceu em 1737, deixando para o sobrinho muito mais do que 504 mil cruzados e algumas propriedades.⁹¹ Graças a sua influência, Carvalho e Melo alcançou lugar na política da Coroa, o que aproveitou de maneira incontestável. Inclusive, sua primeira função oficial foi obtida por designação do Cardeal da Mota, amigo pessoal de seu tio. Essa prática é comum em determinados escalões sociais do período, como esclarecem Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro em seu estudo sobre Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII:

Assim, se no século XVIII a aristocracia tendeu a monopolizar os principais cargos políticos e com eles as principais distinções, há que reconhecer o potencial de mobilidade social conferido pelo desempenho de funções políticas de carácter mais técnico como é o caso dos ofícios judiciais e administrativos nos conselhos e secretarias de Estado, dos postos diplomáticos e dos cargos militares. Por avaliar, com dados empíricos mais consistentes, estão as relações estabelecidas entre estes membros dos segmentos inferiores da nobreza com a aristocracia e o papel desempenhado por essas

⁸⁹ Foi de fato uma das figuras de maior influência no governo joanino, tendo sido seu secretário pessoal desde que tornou-se ministro régio 1736, posição que o próprio Pombal obteve com D. José I, posteriormente. Para mais detalhes, Cf. GARCIA, José Manuel. **Dicionário Essencial de História de Portugal**. Bacarena: Editorial Presença, 2010, p. 217.

⁹⁰ CORREIA, 1882, p. 4.

⁹¹ AZEVEDO, 2004, p.18.

conexões na consolidação e preservação do próprio poder da elite aristocrática.⁹²

Por certo, aproveitando da mobilidade social conferida pelo acesso a um cargo diplomático, Carvalho e Melo foi enviado para servir na Inglaterra:

Em 1738, Dom João V reorganizou seu governo em um sistema de secretários de estado, e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que havia sido embaixador na França (1721-1728) e na Inglaterra (1735-1738), foi chamado de Londres para ocupar a posição de ministro dos assuntos exteriores e da guerra. Pombal e Azevedo Coutinho eram primos, embora Pombal sempre se referisse ao seu ilustre parente como “tio”, e Azevedo Coutinho, por seu lado, enviou Pombal a Londres para substituí-lo.⁹³

A essa altura, sem a proteção do tio falecido, Sebastião José recorreu a um primo, Marcos Antônio de Azevedo Coutinho, que havia feito carreira diplomática e estava retornando à corte joanina para assumir como Ministro de Assuntos Exteriores e de Guerra em 1736.⁹⁴

É interessante perceber que Carvalho e Melo não tinha qualquer experiência em tratos diplomáticos, o que gerou desconforto em alguns nobres da corte, indivíduos que se achavam muito mais capazes que esse “fidalgote”.⁹⁵ Apesar das críticas, deixando sua esposa em Lisboa, viajou para as terras bretãs e foi recebido em audiência pública no dia 29 de novembro de 1738, pouco mais de um mês após sua chegada.⁹⁶

Marco Antônio, apesar do eminente retorno a Lisboa, alongou ainda sua permanência em Londres, instruindo Sebastião José a respeito das negociações

⁹² CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010, p.49.

⁹³ MAXWELL, 1996, p.4.

⁹⁴ KOROBTCHENKO, Julia. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, p. 36.

⁹⁵ CASTELO BRANCO, 1882, p. 43.

⁹⁶ CORREIA, 2001, p. 213.

e trâmites diplomáticos. O historiador João de Azevedo, ao analisar o primeiro ano de Carvalho e Melo em Londres, comenta que

O novo diplomata não assumiu imediatamente a gestão da embaixada. Marco Antônio demorou-se até Junho do ano imediato tanto pelo interesse da política, podemos supor, como por afeição ao sobrinho, cujo início guiava na carreira [...]. O vezeiro expediente da embaixada, o maneiio das negociações em curso, as novidades particulares da corte de Londres nada ofereciam que a agudeza do recém-chegado não pudesse, no primeiro instante, aprender. Não foi ele, portanto, devemos crê-lo, bisonho praticante, senão atilado e eficiente auxiliar.⁹⁷

No que diz respeito a sua vida matrimonial, o que se sabe é que desde a partida para Londres, sua mulher retirou-se para o Mosteiro de Santos, talvez em virtude de sua frágil saúde.⁹⁸ O casal não voltaria a se reencontrar, tendo d. Thereza falecido no início de 1739, menos de um ano depois de iniciada a missão diplomática.⁹⁹ Os anos seguintes não dão notícias de envolvimento amorosos.

Carvalho e Melo teria aproveitado sua estadia na corte britânica para redigir os seus primeiros escritos de teor econômico, dedicados a analisar a forma de se fazer comércio na Inglaterra, tirando daí reflexões sobre como Portugal deveria proceder em seus negócios.¹⁰⁰ Em muitos desses textos, Sebastião José demonstrava possuir ampla visão sobre as relações econômicas entre Portugal e Inglaterra e chamava a atenção para os problemas decorrentes de acordos celebrados entre os dois países, por serem desfavoráveis ao reino luso. Em suas palavras:

Os ingleses eram no mesmo tempo os patrões, e os feitores dos viveres neste paiz. Tinham invadido tudo, nenhum negocio se fazia senão pelo seu canal. Depois de ganhar a corte de Londres a superioridade sobre este Estado, e de se derramar, por assim dizer, a

⁹⁷ AZEVEDO, 2004, p.19.

⁹⁸ DOMINGUES, 1955, p. 38.

⁹⁹ BARROS, 1882, p. 5.

¹⁰⁰ BARRETO, José. (org.). **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986. O livro resultou de uma compilação de cartas contendo informações e reflexões coletadas e descritas pelo próprio Carvalho e Melo, escritas no período que se encontrava como diplomata na Inglaterra.

Grã-Bretanha neste reino, os portugueses não eram mais, que ociosas testemunhas do grande commercio, que entre elles se fazia.¹⁰¹

Sobre a missão diplomática propriamente, Carvalho e Melo havia recebido os seguintes objetivos do Sua Majestade: conseguir apoio militar substancial na Índia, cujas possessões restantes estavam sendo atacadas por locais; observar atentamente as intenções britânicas na expansão da influência no rio Prata, na colônia de Sacramento e o interesse inglês do estabelecimento em regiões do atual Uruguai; negociar algumas vantagens para os vinhos portugueses junto ao Parlamento, uma vez que esses eram há muito consumidos na Inglaterra.¹⁰²

Apesar do seu empenho, os vinhos nunca foram incluídos na pauta do Parlamento britânico e o apoio às colônias na Índia não se efetivou, como solicitado. Já a colônia de Sacramento foi motivo de impasse entre Portugal e Espanha por mais alguns anos, tendo os ingleses apoiado discretamente os lusos nas negociações.¹⁰³ Se no campo das obrigações políticas, Carvalho e Melo não alcançou grandes êxitos, no campo pessoal ele aproveitou ao máximo as oportunidades para compreender as origens da superioridade comercial e militar da Grã-Bretanha e a fraqueza econômica e política a que Portugal se encontrava submetida.

Os indícios parecem sugerir que Sebastião José nunca foi grande admirador dos ingleses. Mesmo em sua biblioteca pessoal, dentre os livros adquiridos quase não figuravam exemplares em inglês, preferindo quase sempre a versão francesa, língua que dominava. De fato, nem mesmo o idioma inglês foi incorporado pelo diplomata.¹⁰⁴ Apesar disso, não se pode ignorar a importância dessa experiência em sua formação política, especialmente quando se tornou secretário Real, em 1750.

¹⁰¹ MELO, Sebastião José. Discurso Político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar sua desgraça por ocasião do terremoto de 1º de novembro de 1755. s/d in. MELO, Sebastião José. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Lisboa. Livraria Universal, 1861, Tomo II, p. 105.

¹⁰² MAXWELL, 1996, p. 6.

¹⁰³ CASTELLO BRANCO, 1882, p. 42.

¹⁰⁴ CASTELO BRANCO, 1882, p.42.

Seu primeiro momento na política se encerraria, entretanto, sem que possamos precisar uma data limítrofe. Com o que temos em mãos, podemos afirmar que o dia 13 de abril de 1745 marcaria o último registro de atividades na corte britânica orientadas por Carvalho e Melo. O cargo ficaria à mercê de novas forças até meados de 1747, quando ocorreu a nomeação de Antônio Freire de Andrade Encerra-Bodes.¹⁰⁵

1.3.3 Aprender na prática: os anos em Viena e o novo casamento

Após a corte londrina, Sebastião José enfrentaria logo em seguida uma nova experiência política, dessa vez no continente. O ano de 1745 marcou o início da nova empreitada. Em dezembro de 1744 ele saiu de Lisboa em direção à corte austríaca, passando anteriormente em Londres para resolução de assuntos pendentes¹⁰⁶ e instalou-se em Viena no dia 17 de julho do ano seguinte, ainda sem caráter oficial.¹⁰⁷

O objetivo principal de Carvalho e Melo nessa empreitada era apenas observar o cenário político e desenvolver vínculos amigáveis entre a Coroa Portuguesa, representada pela rainha D. Maria Ana, a esposa austríaca de D. João V e a recém-ungida imperatriz do Sacro-Império Maria Teresa.

O contexto encontrado pelo enviado luso foi marcado pelo período final da Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), um dos diversos conflitos que ocorreram nos anos iniciais do governo de Maria Teresa. As agitações começaram em 1740 motivadas pelo falecimento de Carlos VI, Imperador do Sacro-Império. A razão estava no fato de o monarca e sua esposa terem tido apenas filhas, o que impossibilitaria a tradicional passagem da coroa do Monarca para seu filho varão, algo comum nos regimes da modernidade. Na tentativa de impedir um conflito pela possessão da Coroa, Carlos VI estabeleceu em 1713 a chamada “Pragmática Sanção”, uma espécie de lei incontestável, outorgada pelo

¹⁰⁵ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 41.

¹⁰⁶ DOMINGUES, 1955, p. 59

¹⁰⁷ CORREIA, 2001, p. 213.

monarca. Para o caso austríaco, duas eram as principais preocupações cuja Sanção buscou corrigir, que seriam, *grosso modo*, um ponto inicial que admitia a passagem da Coroa não apenas para o Varão, em caso de ausência do elemento masculino na linha sucessória, mulheres se habilitavam para assumir a coroa. Outro ponto importante seria o de que, independentemente do número de herdeiros que viessem após essa lei, o território imperial não poderia ser fragmentado e dividido entre os filhos.¹⁰⁸

Com a morte de Carlos VI, a única herdeira apta a assumir o trono em seu lugar era sua filha Maria Teresa, e assim foi realizado, respeitando a “Pragmática Sanção”. Entretanto, ainda em 1740, vários reinos reclamaram o direito a posse da Coroa austríaca em detrimento da Sanção estipulada por Carlos VI. Foi um momento de instabilidade nas alianças políticas europeias: Prússia e Inglaterra se aliavam de um lado e França e Áustria se postavam do outro. Isso é o que descreve o pesquisador da Universidade de Coimbra Ludwig Scheidl, ao informar que a imperatriz teve de encarar conflitos internacionais tais como

[...] a guerra com a Prússia pela posse da Silésia (1740-1742), a Guerra de Sucessão ao trono austríaco (1741-1748) e ainda a Segunda Guerra da Silésia (1744-45). É neste conturbado período de guerras na Europa central com o envolvimento, através de um complexo sistema de alianças, nomeadamente da França, Rússia, Inglaterra e Holanda, e no Império dos Reinos da Baviera, Saxônia e Prússia, que a diplomacia portuguesa envia esforços de mediação.¹⁰⁹

Para além dos conflitos internacionais, Maria Teresa teria de encarar também um desconforto com a própria Igreja Católica. A Santa Sé estaria incomodada, principalmente, com a influência política que o império germânico exercia sobre boa parte da Península Itálica.¹¹⁰ Essa disputa teria se intensificado, especialmente, quando Maria Teresa buscou a nomeação de Mario Melini ao cardinalato, pois ele era favorável às pretensões governamentais da imperatriz.

¹⁰⁸ BARATA, Maria do Rosário. in TENGARRINHA, José. 2000, p.119.

¹⁰⁹ SCHEIDL, Ludwig. Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1744-1749). **Revista de História das Ideias**. Lisboa. Vol.4, p. 19-27, 1982, p. 20.

¹¹⁰ DOMINGUES, 1955, p. 60.

No entanto, pouco tempo antes, o papa Bento XIV promovera a cardeais Lanti e Monti, partidários da Casa dos Bourbons que eram adversários políticos de Maria Teresa, alegando, portanto, que não poderia realizar em tão curto período de tempo outra nomeação, descumprindo inclusive uma promessa que havia feito tanto a Carlos VI enquanto vivo e para própria Maria Teresa.¹¹¹ A negação de Roma à imperatriz vienense aumentou o clima de embaraço entre a Santa Sé e a Maria Teresa.

Se, por um lado, o Vaticano se afastava de Viena, por outro, apresentava laços robustos com os lusos e, assim, quando o impasse entre religiosos e vienenses se iniciava, o Papa buscou apoio junto ao monarca português.¹¹² Após o pedido de Roma, a Coroa lusitana enviou cartas para a rainha austríaca solicitando a permissão para intermediar os conflitos com o Vaticano, que respondeu em maio de 1744 de maneira positiva, mesmo que ela possuísse, de certo modo, uma descrença no papado¹¹³.

Esse foi o cenário encontrado por Sebastião José na corte vienense. Enquanto na Inglaterra, ele atuou como diplomata, na Áustria, seu objetivo na corte era, efetivamente, a mediação. Era antes de tudo um *Emissário*, o que tornava sua missão muito mais política do que diplomática. A função de diplomata ficou a cargo de Manuel Pereira de Sampaio, que estava em Roma. A relação entre os dois enviados não foi das mais amistosas, resultando em franco enfrentamento em algumas ocasiões.¹¹⁴

Não obstante, apesar da oposição de Manuel Pereira de Sampaio, a habilidade política de Carvalho e Melo foi essencial para conseguir bons contatos na Áustria. Entre os novos parceiros, destaca-se Manuel Teles da Silva (c. 1697 – s/d)¹¹⁵, que teria sido a primeira indicação de Manuel Pereira de Sampaio à

¹¹¹ DOMINGUES, 1955, p. 61. No texto, o autor chama o papa de “Benedito XIV”.

¹¹² BARROS, 1882, p. 5.

¹¹³ DOMINGUES, 1955, p.63.

¹¹⁴ SOARES, Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília, ed: UnB, 1983 p. 78.

¹¹⁵ Não possuímos registros com as datas de nascimento e morte. Entretanto, autores como Kenneth Maxwel, admitem que o conde e o infante D. Manuel (irmão de D. José I) tinham idades próximas, se não idênticas, quando partiram juntos para enfrentar os turcos, o que aproxima a data de nascimento de ambos, pelo menos.

função mediadora.¹¹⁶ Sua importância na corte austríaca era destacável. Filho de Fernão Teles da Silva, o Conde de Tarouca, ele viajou com o infante D. Manuel (1697-1766, irmão de D. João V) em 1715, para diversas batalhas, estabelecendo-se por fim na Áustria, onde prestou diversos serviços para Carlos VI e depois de acumular toda uma sorte de honrarias, tornou-se súdito tão confiável que viria a se tornar confidente da imperatriz Maria Teresa.¹¹⁷ Graças a esse novo padrinho, Carvalho e Melo, que não tinha força diplomática, tornou-se mais próximo da monarca do que Manuel Pereira de Sampaio.

Apesar de ter alcançado respeito na corte austríaca, a missão para a qual fora enviado era quase insolúvel. Assim, Sebastião José adotou como estratégia esperar que o conflito se resolvesse por si só. A ideia era conferir a Portugal o caráter de um “espectador de luxo”.¹¹⁸

Se do ponto de vista político a situação não progrediu como esperado, no plano pessoal, a Áustria reservava surpresas ao emissário. Em 1745, durante um festejo na corte vienense, conheceu a condessa Leonor Ernestina Daun, sobrinha do Marechal Heinrich Richard, o conde de Daun, importante figura na Guerra de Sucessão Austríaca e que gozava de grande prestígio com a imperatriz Maria Teresa.¹¹⁹ No ano seguinte, uniram-se em matrimônio, convidando para padrinho o já citado Silva Teles.¹²⁰ Sem entrar no mérito do amor que uniu o casal, no plano político tal enlace resultou em grande simpatia por parte da rainha portuguesa e da imperatriz austríaca. Segundo o historiador João Lúcio de Azevedo, o matrimônio chegou em boa hora e a condessa mostrou-se *uma fiel e apaixonada companheira* para o futuro ministro português. Nas palavras de Azevedo:

[...] a desproporção das idades e dos sentimentos não impediu a ventura desta união. [...] A despeito dele podemos acreditar que foi Leonor Daun a esposa modelo, tão dedicada e fiel nas horas de amargura, como estimável, e digna de sua alta posição, na época das

¹¹⁶ TEIXEIRA, 1983, p. 80.

¹¹⁷ MAXWELL, 1996, p. 8.

¹¹⁸ DOMINUGES, 1955, p. 67.

¹¹⁹ CORREIA, 2001, p. 213.

¹²⁰ TEIXEIRA, 1983, p.80.

prosperidades. O que para si ganhou em bem-estar e segurança do futuro [...]. O afeto recíproco dos cônjuges prontos desabrochou em prole, da qual os primeiros rebentos, um filho e uma filha, tiveram entre outros nomes, recebidos no batismo, o primogênito, rapaz, o de Adão, e a menina, o de Eva.¹²¹

Destarte, fortalecido politicamente, com uma companheira que agradava a monarquia austríaca e a portuguesa e gozando da amizade de Manuel Telles, Carvalho e Melo solicitou autorização para retornar para Portugal, sobretudo, porque sua missão lhe custara caro, esgotando seus recursos pessoais.¹²² Recebeu a permissão para sair de Viena em 1748, mas apenas partiu em setembro do ano seguinte, chegando a Lisboa em dezembro.¹²³

1.3.4 O retorno a Lisboa

Ao retornar a Portugal em 1749, Carvalho e Melo percebeu o quão prejudicial havia sido ficar tanto tempo longe de Lisboa. Foi somente no ano seguinte, com o falecimento de D. João V e ascensão de seu filho D. José I ao trono, que seu nome voltou a ser alvo de especulação. Era preciso encontrar homens preparados para auxiliarem na administração do reino português. Mesmo porque, tanto Marco Antonio de Azevedo e Coutinho, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, quanto Antonio Guedes Pereira, o secretário de estado da Marinha e domínios ultramarinos haviam falecido, deixando o caminho aberto para a indicação de novos nomes àquelas funções.¹²⁴

Nesse contexto, a nomeação de Carvalho e Melo ganhou apoio de alguns personagens decisivos. O primeiro, da própria rainha, D. Maria Ana, mãe de D. José I. É o que nos realça o pesquisador Francisco Lobo de Barros Correia,

¹²¹ AZEVEDO, 2004, p. 65.

¹²² AZEVEDO, 2004, p. 83.

¹²³ DOMINGUES, 1955, p. 80.

¹²⁴ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 49.

Em 30 de Julho de 1750, faleceu o rei D. João V[...]. Segundo as leis do reino, o corpo do rei não podia ser entregue para as exéquias, senão por um secretário d'Estado com todas as formalidades d'um ato público. Pedro da Motta era então o único que tinha este título, mas o mau estado de saúde [...] levaram-no a suplicar ao novo rei o quisesse dispensar d'esta cerimônia. A rainha aproveitando habilmente esta circunstância, propôs Carvalho a seu filho para este importante cargo.

¹²⁵

O apoio da rainha de Portugal, de origem austríaca devia-se, em parte, à estadia de Sebastião José na corte de Maria Teresa e ao prestígio adquirido enquanto emissário. Pesava a favor da nomeação de Carvalho e Melo, também, as palavras de um dos mais fiéis funcionários do reino português nos tempos de D. João V, D. Luís da Cunha. Tratava-se de uma figura que tivera excelentes relações com Marco Antônio de Azevedo e Coutinho, a quem chamava de “filho”.¹²⁶ Como visto, Marco Antônio, tio de Carvalho e Melo, foi um de seus principais mentores, como demonstra o fluxo de troca de cartas entre ambos.¹²⁷ Desse modo, é possível que, em algum momento, Azevedo e Coutinho tenham recomendado o sobrinho para Luís da Cunha, especialmente, em sua missão na Áustria.

O motivo de tal hipótese é a indicação do nome de Carvalho e Melo no *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, escrito em 1747, verdadeiro inventário político dos anos de serviços prestados à coroa portuguesa e dedicado a D. José I, que dentre outras coisas, sugeria a composição ideal para as secretarias criadas por D. João V, em 1736:

[...] será preciso prover uma e outra secretaria, para as quais tomarei o atrevimento de lhe indicar dois ministros, pelo conhecimento que tenho deles e dos seus talentos; a saber: para a do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da nação; e para a da Marinha Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, porque tem um juízo prático e expeditivo, e serviu muitos anos ao Conselho Ultramarino [...] e desta sorte gratificaria V. A. com muita vantagem os serviços destes ministros, os quais viveriam em boa inteligência com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marco Antônio de Azevedo

¹²⁵ BARROS, 1882, p.8.

¹²⁶ AZEVEDO, 2004, p. 96.

¹²⁷ Cf. BARRETO, 1986.

Coutinho, porque o primeiro é seu parente e o segundo sempre foi seu íntimo amigo.¹²⁸

Entretanto, apesar da aprovação da Rainha-mãe e da indicação de D. Luís da Cunha, Carvalho e Melo sofreu franca oposição de segmentos mais tradicionais da corte lusa.

Ainda vacilante, D. José I decidiu em três de agosto de 1750, dois dias depois a sua ascensão ao trono, nomear Sebastião José de Carvalho e Melo para o cargo deixado por seu tio, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra¹²⁹, mantendo perto de si nomes mais afinados com nobreza tradicional. A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino continuou sobre a tutela de Pedro da Motta e Silva, que fora ministro com D. João V. E para a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos convidou o abade Diogo de Mendonça Corte-Real, cujo pai também serviu durante o período joanino.¹³⁰

Além do já citado Manuel Pereira de Sampaio, que atuou como representação da oposição contra Carvalho e Melo na Corte Portuguesa, Alexandre Gusmão (1695-1753) passou a figurar como um dos opositores do futuro ministro de D. José I. O luso-brasileiro que, em grande parte tomado por um sentimento de desprestígio ao receber a notícia de que Carvalho e Melo teria sido nomeado Secretário de Estado e ele, esquecido pelo novo governo depois de tantos anos de serviços prestados à Coroa. Gusmão, inclusive escreveu para o Conde de Assumar que estava “Encoleirado” com a situação.

Outro exemplo de oposição à Carvalho e Melo era o de Frei Gaspar da Encarnação (1715-1752), porém de maneira mais indireta. Na verdade, o novo monarca estaria interessado em afastar o grupo de aliados de Frei Gaspar dos centros de poder. Para tanto, teria escolhido calmamente um indivíduo que

¹²⁸ CUNHA, Luís. Testamento político. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/luisdacunha.pdf> >. Acesso em: 08 de Abril, 2015, p. 606-607.

¹²⁹ MONTEIRO, 2006, p. 68.

¹³⁰ GUANABARENSE, 1885, p. 54.

servisse de antagonista para Gaspar, que enquanto perdia influência na corte hostilizava Sebastião José¹³¹

Assumiu, em 1750, o posto pelo qual trabalhou arduamente em cortes estrangeiras e, assim como demais membros da nobreza, não parecia ter pretensão de deixá-lo, a não ser que fosse pelo seu falecimento. Como dito anteriormente, os anos iniciais do governo de D. José I caminharam a passos modestos, mas progressivos. A política de secretarias reformulada por seu pai parecia ser um dos alicerces das pretensões josefinas em controlar o jogo político de Portugal. Nesse cenário, Carvalho e Melo passaria por uma prova de fogo para as capacidades adquiridas ao longo de sua vivência política. O ponto alto foi o terremoto de 1755, quando ele, em um cenário de confusão e desorientação portuguesa, tornar-se-ia o principal homem do Rei.

Assim, é possível afirmar que a trajetória de Sebastião José, suas experiências enquanto ministro estrangeiro, a convivência com oposição de indivíduos mais expressivos na corte lusitana que o próprio recém nomeado ministro contribuíram significativamente para a formação política de Carvalho e Melo. De fato, retomando as ideias sobre trajetória expostas no começo desta sessão, as relações político-sociais vivenciadas pelo secretário foram responsáveis pela maneira com a qual Carvalho e Melo passou a enxergar Portugal, fruto da experiência vivida ao participar da vida pública.

¹³¹ MONTEIRO, 2008, p. 68-70; CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p.52

CAPÍTULO 2 – AS VOZES DA CATÁSTROFE: NARRATIVAS SOBRE O TERREMOTO DE LISBOA, 1755.

2.1 QUESTÕES INICIAIS

Em meados do século XVIII, Portugal era governado por D. José I, que buscava ampliar as políticas de seu pai e seguir com a remodelação das estruturas políticas como analisado no capítulo anterior. Entretanto, o dia 1º de novembro de 1755 marcaria o destino do Reino e a memória europeia do período.

O Grande Terremoto que atingiu Portugal, o norte da África, a Espanha e alguns pontos da França, deixou em Lisboa um rastro de destruição e desolação sem precedentes. Por outro lado, a tragédia se converteu em um impulso na carreira política de Sebastião José de Carvalho e Melo,¹³² cuja atuação durante o processo revelou-se decisiva. Isso é o que aponta a pesquisadora Vanda Anastácio, ao afirmar que em parte pelo reconhecimento das boas ações administrativas após o evento, em momento de desarticulação e caos social, Carvalho e Melo foi transferido da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo que teria assumido em 1750 por nomeação de D. José I, para a Secretaria dos Negócios do Reino,¹³³ tornando-se o principal responsável pelos despachos reais.

Não há dúvidas do impacto causado pelo terremoto, cujo número de mortos ainda não se sabe com exatidão, oscilando em torno de um terço da população

¹³² Nos trabalhos, que se dedicam a comentar a vida de Sebastião José de Carvalho e Melo, é comum se referirem ao terremoto como evento que impulsionou a carreira política do ministro, geralmente, destacando sua eficiência na gestão da crise instaurada. Como exemplos desses trabalhos, podemos citar: Cf. MAXWELL, 1996; Cf. BOXER, 2002; Cf. DOMINGUES, 1995; Cf. TEIXEIRA, 1983.

¹³³ ANASTÁCIO, Vanda. Viver em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal: uma breve panorâmica. In. VALE, Teresa Leonor. **A cidade pombalina**: História, Urbanismo e Arquitetura. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009, p. 18

de Lisboa.¹³⁴ Tamanha destruição resultou em comoção intensa, tanto em Portugal quanto no restante da Europa. Sobre essa temática, o historiador Edward Paice esclarece que

O número exato de pessoas que morreram em consequência do terremoto [...] nunca será conhecido. No período imediatamente posterior, algumas testemunhas oculares traumatizadas superestimaram as mortes [...]. Embora as informações iniciais que chegam às capitais da Europa sugerissem que 100 mil pessoas haviam morrido, em dezembro já se sabia que esta cifra era alta demais [...] O cônsul genovês, o núncio papal e Miguel Pedegache (correspondente suíço-português da publicação *Journal Étranger* que era amigo íntimo de Pombal) calculavam que um décimo da população da cidade havia morrido, isto é, de 20 a 25 mil almas.¹³⁵

Passado o impacto dos primeiros dias, teve início os esforços de reconstrução, *pari passu*, cresceram as versões a respeito das razões do cataclismo. Muitos pensadores se empenharam em apresentar justificativas para o terrível evento. De clérigos a filósofos, cada um sob perspectiva peculiar.

Partindo desse cenário, pretendemos trabalhar este capítulo em duas etapas. No primeiro momento, o foco estará na descrição dos eventos que se sucederam ao terremoto e as principais medidas tomadas pelo monarca D. José I na tentativa de resolução dos problemas mais urgentes decorrentes da crise que se estabeleceu. Para tanto, partiremos da documentação oficial a saber: alguns editais e despachos presentes no documento *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*, assinadas pelo próprio Sebastião José e publicadas oficialmente em 1861. Nos interessa, em particular, o Tomo I, no qual se encontram alguns dos ofícios referentes ao sismo lusitano de 1755.

¹³⁴ O Número de mortos oriundos dos eventos do dia 1 de novembro de 1755 são motivos ainda de muita contestação por parte dos autores, grande parte porque muitos estrangeiros estavam na capital lusitana para fazer comércio e não contabilizavam oficialmente como a população local. Além disso, era comum os registros de nascimentos de uma região serem responsabilidade das igrejas locais. E como muitas delas foram completamente destruídas ou arderam em chamas, muitos dos documentos se perderam, transformando o número total de mortos em uma eterna incógnita.

¹³⁵ PAICE, Edward. **A Ira de Deus**. A incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010, p. 193.

Na segunda parte, buscaremos apresentar três narrativas sobre o terremoto produzidas no contexto do evento. Nosso objetivo, por esse expediente, é abordar as diferentes interpretações a respeito do evento de 1755. Inicialmente, a visão religiosa tão enraizada na cultura lusa, aqui representada pelo sermão *Juízo da verdadeira causa do terramoto*, redigido pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida, datado de 1756. Em seguida, as impressões de um morador de Lisboa que sobreviveu ao caos, o francês naturalizado português Jacome Ratton, que registrou em *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências de seu tempo, no período compreendido entre maio de 1747 a setembro de 1810*, organizadas em 1920 pelo enciclopedista Joaquim de Carvalho (1861-1920). Por fim, o famoso poema *Poème sur le désastre de Lisbonne*, escrito por Voltaire no mesmo ano do terremoto, apresentando suas interpretações filosóficas sobre o episódio, tão características das Luzes.

Cabe, contudo, considerar que Sebastião José de Carvalho e Melo continuará a figurar em nossas reflexões. Ora como homem de ação política, representante do rei, ora de forma indireta, nas críticas dirigidas à sociedade lusa do período e na sua maneira de pensar. É importante destacar ainda que a visão específica de Carvalho e Melo sobre o evento e sua análise sobre as providências tomadas serão abordadas separadamente no capítulo três.

No que diz respeito à abordagem metodológica, tomamos como referência a proposta do historiador Roger Chartier, para quem as narrativas e discursos resultam do conflito e cruzamento entre fatos históricos e fatos relatados, complementados pelos vestígios encontrados:

[...] se elaborar os dados colocados na intriga como vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida a controle das realidades que os produziram. O conhecimento histórico e assim inscrito num paradigma do saber que não é o das leis matemáticas nem tão pouco o dos relatos verosímeis. A encenação em forma de intriga deve ser entendida como a operação de conhecimento, que não é da ordem da retórica, mas que considera fulcral a possível inteligibilidade do fenômeno histórico, na sua realidade esbatida, a partir do cruzamento dos seus vestígios acessíveis.¹³⁶

¹³⁶ CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 82-83.

A partir dessa perspectiva, assume-se que a narrativa histórica resulta do trabalho do historiador, tornando-se ela mesma um relato. Visto que é parte da representação de um discurso, organizada de maneira particular pelos seus autores que se tornam responsáveis por tais enunciações.

Nesse aspecto, devemos destacar que nossa preocupação não é a análise do conteúdo propriamente. Mas, especialmente, a observação do discurso enquanto ferramenta de análise de posições que não necessariamente estariam transpostas para o papel como o autor pretendia. Conforme propõe a pesquisadora Laurence Bardin:

O discurso não é a transposição cristalina de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal [...]. O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, incoerências e imperfeições.¹³⁷

Assim, buscaremos observar como tais narrativas revelam os lugares sociais e as representações as quais seus autores se filiam. Nessa perspectiva, tomamos como diretrizes as orientações de Pierre Bourdieu ao alertar que as produções simbólicas dos discursos compõem campos distintos, mas que devem ser analisados de forma relacional:

Define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem as instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo de oposições e das distinções.¹³⁸

Apresentadas essas questões iniciais, passaremos a partir desse ponto a breve descrição do evento e das providências que se seguiram.

¹³⁷ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 218.

¹³⁸ BOURDIEU, 2003, p. 179.

2.2 O PRELÚDIO DO CAOS: 1750-1755

Os primeiros anos do governo Josefino configuraram-se como um momento de reformulação do Reino, como apontadas no capítulo anterior. No século XVIII, os lusitanos eram vistos, ao mesmo tempo, como senhores de grande riqueza e de gastos excessivos, mas donos de indústrias modestas.¹³⁹

A solução para tal desarranjo seria a implementação imediata de uma organização financeira mais racional, garantindo a exploração das riquezas de forma mais eficiente, especialmente, sobre o Brasil. Nesse contexto, D. José I baixou decretos para melhorar a administração de sua principal colônia. Em 1751, sob a tutela de Carvalho e Melo, a coroa começou a intervir no comércio da colônia, como comenta o historiador João Lúcio de Azevedo:

Nesse momento interveio Carvalho, para quem o ensinamento colhido na Inglaterra não fora baldado. Vira talvez ali como a instintiva observação das leis econômicas, por um governo inteligente, facilitava a expansão do comércio, livre de peias. Não podia o ministro entender e muito menos aceitar, este princípio de absoluta liberdade, a que por temperamento era infenso [...]; mas dele tomava o bastante para reconhecer que, desobstruídos os canais de exportação e consumo, os produtos circulariam [...] Foi isso o que realizou com os decretos de 16 e 27 de janeiro de 1751, pelos quais diminuiu e tornou menos dispendiosa a formalidade dos despachos; facilitou no porto as baldeações, reduziu os direitos da entrada e concedeu abatimento de metade aos que se destinassem para fora do país. Com isto se estimulou o mercado, e a exportação, favorecida, em breve fez desaparecer o excesso de produtos acumulados, que trazia ruína.¹⁴⁰

Como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, as atribuições relativas ao Brasil estavam a cargo de Carvalho e Melo. Cuidando de perto do comércio das colônias, ele procurou agir de maneira enérgica, sobretudo, na tentativa de reestabelecer os monopólios comerciais asiáticos que eram, em grande parte, influenciados pelos britânicos.¹⁴¹ Em 1752, instaurou-se no Rio de Janeiro, o

¹³⁹ DOMINGUES, 1955, p. 85.

¹⁴⁰ AZEVEDO, 2004, p. 114.

¹⁴¹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1882, p. 67.

Primeiro Tribunal da Relação para atender as necessidades judiciais da parte sul do Brasil de maneira mais eficaz.¹⁴²

Ainda à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em uma de suas últimas atitudes no cargo em 1755, Sebastião José insistiu para que o monarca D. José I reestabelecesse, a “Junta de Comércio” com sede em Lisboa. Seu objetivo era combater os contrabandistas ultramarinos, controlando a saída de frotas, intensificando o controle fiscal das mercadorias que saíssem dos portos das colônias, em particular o tabaco e o açúcar.¹⁴³

Entretanto, o cenário político lusitano estava preste a se desarticular. No dia 1º de novembro de 1755, eclodiu um devastador terremoto em Lisboa, cujas proporções ninguém estava preparado para enfrentar.

2.3 O FUROR DA TERRA: O TERREMOTO DE 1755

O historiador Nuno Gonçalo Monteiro descreve como começou aquele fatídico dia de Todos os Santos, a partir do relato do padre Pereira de Figueiredo, contemporâneo do evento:

Sabe-se que naquele dia, um sábado, algures entre as 9 e meia e as 10 horas da manhã, começou o território de Lisboa a tremer de sorte que dentro de pouco tempo se sentiu abalar a terra por vários modos. [...] No princípio foi mais brando o abalo. Mas pouco depois crescendo cada vez mais o tremor, começaram primeiramente a estalar os forros e sobrados, logo a despegarem-se os rebocos, depois a abaterem-se com grande estampido as abóbadas, caindo ou abrindo-se por último as mesmas paredes e torres. [...] alguns sete minutos durou o temor de terra, o mais formidável que jamais viram os Portugueses. A este se seguiram outros quadros, mais pequenos na duração, mas iguais na força [...].¹⁴⁴

¹⁴² CORREIA, 2003, p. 214. Apesar de ter sido instaurada no ano de 1752, o decreto foi emitido no ano anterior.

¹⁴³ FALCON, Francisco. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, 2000, p. 156.

¹⁴⁴ MONTEIRO, 2006, p. 102.

Em meio ao caos, o tremor não foi o único horror enfrentado pelos desafortunados cidadãos de Lisboa, que vivenciaram momentos de terror intenso. De acordo com o historiador João Lúcio de Azevedo, outros eventos nefastos se sucederam ao terremoto:

O horror das chamas, dos ais e tormentos. Fuga desordenada, com atropelos fatais e o tropeçar contínuo, em pedras e cadáveres. Muitos correm para o rio. As águas, sacudidas como em apertado vaso, transbordam em arranco imprevisto, trazendo consigo barcos, vidas e toda espécie de despojos. Duzentas mil pessoas vagueiam loucas; e aqui, além de entre a poeira dos desabamentos, erguem-se para o firmamento azul, negros rolos de fumo e os rubros lampejos dos incêndios. Por toda a parte ruínas.¹⁴⁵

Numa abordagem mais contemporânea, o historiador britânico Edward Paice discute o desenrolar daquele dia em Lisboa pela ótica de um comerciante inglês contemporâneo ao evento, trazendo à tona um quadro ainda mais detalhado. Segundo o pesquisador, o terremoto teria se iniciado na Ilha da Madeira, onde os efeitos foram bem menos intensos que no continente e duraram menos que um minuto.¹⁴⁶ De lá propagou-se para Lisboa, e, em seguida, atingiu a cidade de Porto, prosseguindo para o continente com menor intensidade. Em suas palavras,

por toda a Espanha, relógios pararam, sinos começaram a badalar e a água dos poços subiu ou baixou enquanto o terremoto atravessava o país. [...] A força do tremor só se reduziu marcadamente quando chegou ao Nordeste. Em Madri, onde o terremoto durou cinco ou seis minutos, relatou-se depois que “todo mundo de início pensou que estava sofrendo um ataque de tontura”.¹⁴⁷

E prossegue afirmando que o tremor ainda teria sido sentido

no norte da Europa [...] nas cidades de Toulouse e Bourdeaux e nas regiões da Bretanha e da Normandia, na França; nos Alpes e em outras áreas do Norte da Itália; em Hamburgo e mais de 150 quilômetros para

¹⁴⁵ AZEVEDO, 2004, p. 152.

¹⁴⁶ PAICE, 2010, p. 107.

¹⁴⁷ PAICE, 2010, p. 109.

o leste da cidade, na Alemanha e até em Cork, na Irlanda. Nas terras centrais da Grã-Bretanha, o terremoto não foi “perceptível” [...].¹⁴⁸

O terremoto de 1755, portanto, atingiu o continente europeu não se restringindo a Portugal, e o tremor pode ser sentido inclusive na costa africana, notadamente, no atual Marrocos.¹⁴⁹ Mas, foi na cidade de Lisboa que o flagelo se mostrou mais devastador. Ao contrário de outras regiões, a capital portuguesa foi assolada por outros desastres: um grande incêndio seguido por um maremoto. Tudo isso em poucos minutos.

É importante lembrar que o dia 1º de novembro corresponde à solenidade católica do “Dia de Todos os Santos”, marcada pela celebração de diversas missas de homenagens e penitências por parte dos devotos. Em um ambiente fortemente católico, como é o caso de Portugal, certamente haveria um grande número de velas acesas nesse dia, tanto para a iluminação das casas, quanto para as igrejas que estavam repletas de fiéis naquela manhã de 1755. Elas seriam um importante combustível para desastre:

Colunas de fumaça se elevavam do palácio do Marquês de Louriçal, no largo da Anunciada, e do Convento de São Domingos, no Rossio. Velas e candelabros que haviam sido derrubadas nas casas e nas igrejas tinham ateado fogo a tapeçaria e móveis. Insufladas por um vento forte que começou a soprar do nordeste e do leste, as chamas se espalharam rapidamente e se misturaram com outras deliberadamente provocadas por saqueadores. Mesmo em circunstâncias normais, apagar um incêndio no labirinto de ruas estreitas [...] seria um trabalho difícil; agora, com todas as ruas bloqueadas [...] nenhuma tentativa foi tomada para deter o avanço do fogo. Logo a temperatura começou a subir no Rossio, e por toda a Baixa o ar se tornou acre e sufocante.¹⁵⁰

A terra tremeu de forma violenta, ao mesmo tempo em que o fogo se alastrou por amplas regiões da capital lusa. Os sobreviventes buscaram fugir para uma

¹⁴⁸ PAICE, 2010, p. 110.

¹⁴⁹ PAICE, 2010, p. 115.

¹⁵⁰ PAICE, 2010, p. 120-121. Tanto “Rossio” quanto “Baixa” são locais situados em Lisboa. O Rossio ao qual se refere o texto atualmente é conhecido como “Praça de D. Pedro IV” ou “Praça do Rossio” e a “Baixa” é conhecida como “Baixa de Lisboa” ou “Baixa Pombalina”, devido às reformas e edificações implementadas pelo Marquês de Pombal.

região aberta, para não serem soterrados pelos escombros. Foi quando a terceira catástrofe sobreveio. Conforme a historiadora Mary Del Priore,

O manso mar embraveceu, esbravejou, rugiu pela foz do Tejo e como um imenso lençol de tafetá cinzento abateu-se sobre as praias [...]. Os navios perto da margem e que numa maré baixa tocam no fundo ficaram, num instante, a flutuar, num minuto ou dois deixados em seco e de novos postos a flutuar, sendo arremessados uns contra os outros [...] Muitos morreram arrastados e afogados na ressaca. Um grande número de embarcações afundou ou se estraçalhou [...].¹⁵¹

A família Real encontrava-se em Belém, uma freguesia de Lisboa, onde haviam edificações compradas desde 1726 e utilizadas esporadicamente durante o reinado de D. João V. A rainha Mariana Vitória elegeu esse lugar como seu refúgio, por conta disso D. José I lá se encontrava desde fins de maio de 1755, juntamente com os filhos do casal.¹⁵² O historiador K. Maxwell relata que eles jamais tornariam a dormir no Paço da Ribeira que foi abaixo, tamanho o impacto causado pelo desastre.¹⁵³

Aquele dia, que pareceu não ter fim, encerrou-se sob o signo da desolação. Fosse pelas perdas materiais incontáveis ou pelo abalo psicológico advindo de tamanha destruição. O fato é que em apenas alguns minutos, cerca de 75% do produto interno português havia desaparecido e o que havia sobrado encontrava-se em constante risco de saque por parte dos sobreviventes.¹⁵⁴

Mesmo após a catástrofe, a memória do terror vivido continuou presente no imaginário da população de Lisboa. Sobre essa sensação amedrontadora, a

¹⁵¹ DEL PRIORE, 2003, p. 118.

¹⁵² MONTEIRO, 2006, p. 106. O autor lusitano descreve o cenário do cotidiano real, tendo por base uma carta escrita por D. Mariana Vitória a sua mãe, em dezembro do mesmo ano. Diz: "Como os abalos continuam não há meio de regressas às casas; aquelas que temos aqui em Belém tiveram muito poucos estragos. Deus seja louvado, mas com tudo isso é necessário fazer algumas reparações [...] Para responder à pergunta que fazeis a honra de me perguntar minha querida mãe tenho a honra de vos dizer que o Rei quer fazer um pequeno palácio de madeira próximo da nossa casa de Belém onde nós passamos os verões em Lisboa [...] Alguns dizem ao Rei para ir para Mafra onde o palácio nada sofreu, mas ele não quer porque ele não julga apropriado na presente situação afastar-se tanto de Lisboa e também porque tem medo de se meter numa construção tão grande e tão alta; portanto creio que ficaremos ainda por muito tempo sob as tendas, elas são muito boas mas com tudo isso o frio faz-se sentir muito".

¹⁵³ MAXWELL, 1996, p. 24.

¹⁵⁴ MONTEIRO, 2006, p. 104.

psicóloga lusitana Maria Luísa Lima elenca os principais fatores que ajudaram a ampliar o cenário de insegurança:

Os habitantes de Lisboa [...] viram seus lugares de segurança perdidos (a casa, os símbolos do poder temporal e espiritual - a Basílica Patriarcal, o Palácio da Inquisição e o Paço da Ribeira - E espaços habitualmente associados ao refúgio - igrejas, o castelo, o novo cais) e tiveram de viver muito tempo com a ameaça (as réplicas sucederam-se durante mais de um ano, as marés estiveram "desconcertadas" durante meses e as ruínas e os cheiros eram uma lembrança constante do terramoto).¹⁵⁵

De fato, as consequências do terremoto não foram apenas de ordem econômica, social e demográfica. O terrível trauma deixado na memória, nas ideias e nos sentimentos foram igualmente devastadores.¹⁵⁶ Contudo, era preciso encontrar forças em meio ao caos, e providências políticas se mostravam emergenciais.

2.4 ENTERRAR OS MORTOS, CUIDAR DOS VIVOS E FECHAR OS PORTOS – AS MEDIDAS IMEDIATAS NO PÓS-TERREMOTO

No dia seguinte ao desastre, dois de novembro, Portugal acordou em estado de choque. Como uma imensa necrópole, a cidade era o símbolo daquilo que mais se temia no Dezoito - a peste e a fome. Repletas de cadáveres e escombros, cheirava a enxofre e fezes.¹⁵⁷ De Belém, onde se encontrava a Família real, saíram as primeiras providências que deveriam ser tomadas.¹⁵⁸

Pedro da Mota, contudo, responsável pela Secretaria de Estado do Reino, encarregada direta da execução das providências emergenciais, não se encontrava em condições de saúde para fazer cumprir nenhum decreto,

¹⁵⁵ LIMA, Maria Luísa. Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755. In. **Análise Social**. Lisboa, vol. XLIII, 7-28, 2008, p. 9.

¹⁵⁶ DEL PRIORE, 2003, p.149.

¹⁵⁷ DEL PRIORE, 2003, p.174.

¹⁵⁸ MONTEIRO, 2006, p.106.

deixando o cenário ainda mais caótico.¹⁵⁹ O que se agravou com sua morte, em quatro de novembro, em função de complicações respiratórias provocadas pelo sismo.¹⁶⁰

No entanto, D. José I precisava agir em socorro de seus súditos. É importante perceber que a vacância advinda com a morte de Pedro da Mota converteu-se em uma oportunidade de ganho político para Carvalho e Melo. Apesar de ainda oficialmente responder por um cargo que o deixaria responsável por outros afazeres, ele acabou por ocupar esse lugar de poder, de onde passaria a atuar como uma espécie de primeiro-ministro.

O pesquisador Mário Domingues comenta que a partir desse instante, o monarca teria se tornado extremamente supersticioso e que passou a observar o ministro como “um anjo enviado por Deus para, neste momento de desespero amparar não apenas o seu governo, mas toda nação lusitana”.¹⁶¹ Apesar disso, fosse por superstição ou confiança profissional, o fato é que Carvalho e Melo e D. José I tornaram-se complementares, principalmente, porque o ministro renovava o ânimo do monarca, levando-o a agir mesmo diante de sua própria confusão. Entre as primeiras providências estava o socorro a toda gente soterrada por escombros, ordens expressas para que se eliminassem os animais que poderiam atacar a população e amparo imediato aos feridos.¹⁶²

Na sequência, foi preciso lidar com os corpos, coibir e punir saqueadores, fornecer alimentos e prover alguma segurança aos sobreviventes. Eram muitas frentes, mas Carvalho e Melo as assumiu, de modo que todas fossem tidas como prioritárias.¹⁶³ É possível que tais atitudes tenham pesado na consolidação da

¹⁵⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1882, p. 88.

¹⁶⁰ PINTO CARDOSO, Arnaldo. **O Terrível Terramoto da Cidade que Foi Lisboa:** Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivos Secretos do Vaticano). 1.^a ed. Óbidos: Alêtheia Editores, 2013. p. 38.

¹⁶¹ DOMINGUES, 1955, p. 169.

¹⁶² DEL PRIORE, 2003, p. 139.

¹⁶³ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1882, p.89.

Ainda sobre o evento, o pesquisador lusitano Mario Domingues descreve em cores vivas a atuação de Carvalho e Melo horas depois do episódio. Vejamos: “Embrenhou-se, então, nas ruínas, e, durante muitos dias, viveu estoicamente entre elas, dentro da sua carruagem, que transformara em gabinete de trabalho e tenda de campanha. Ali redigia decretos e ordens, dava despacho, recebia e expedia correios constantes, dia e noite, quase sem dormir, nem se alimentar. Durante as primeiras vinte e quatro horas, só bebeu uma tija de caldo, levada pela

confiança do monarca em seu representante. Parte da historiografia resume esse momento a partir de um diálogo entre D. José I e seu secretário sobre as providências necessárias, de quem teria ouvido: “enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos”.¹⁶⁴ Em carta de Sebastião José, no dia 2 de novembro de 1755, para o Duque Regedor,¹⁶⁵ encontra-se essa mesma instrução:

Para o duque Regedor dar sepultura aos mortos.

Ill.mo e Ex.mo Sr.

S. M. manda remeter a v. ex. aminutados os avisos inclusos, para que v. ex.^a os distribua com a maior brevidade pelos desembargadores dos agravos, e casa da supplicação, que julgar mais capazes: encarregando v.ex.^a a cada um delles um dos bairros dessa cidade, e subordinando-lhe não só os ministros ordinários dos mesmos bairros, mas também os mais bacharéis, que forem necessários para se vencer dividido tão lastimoso trabalho, de sorte que se faça com a maior brevidade possível. [...]

Deus guarde a v. Ex.^a.

Paço de Belém a 2 de novembro de 1755.¹⁶⁶

Tendo dito ou não a frase, o fato é que as providências sugeridas e o modo de agir de Carvalho e Melo, pragmático e eficaz, revelou-se essencial na conjuntura enfrentada. Observando atentamente as documentações e os despachos do período é possível perceber que um conjunto de ações simultâneas foram

própria esposa, que tivera que trepar, descer, tropeçar nos escombros que cercavam o veículo onde seu marido fizera residência. Era como um general corajoso em plena batalha” (DOMINGUES, 1955, p. 170-171).

¹⁶⁴ DOMINGUES, 1955, p. 168; AZEVEDO, 2004, p.154. Entretanto, outros autores questionam tal frase, afirmando que na verdade ela teria sido dita pelo general Pedro de Almeida (1688-1756), o marquês de Alorna. Cf. BARROS, 1882, p. 26; CASTELO BRANCO, 1882, p. 110. DEL PRIORE, 2003, p. 142.

¹⁶⁵ A carta foi endereçada a D. Diogo de Noronha, o Marquês de Marialva, como nos revela MONTEIRO, 2006, p. 108.

¹⁶⁶ MELO, 1861, p. 258-259. Cartas transcritas em formato e língua o mais próximo possível dos originais. As cartas não serão, ao longo do trabalho dispostas de maneira cronológica, pois aparecem ao longo do documento compiladas de modo a impossibilitar tal execução. Em outras palavras, elas foram compiladas de maneira aparentemente aleatória e não estão sequer agrupadas por temática, sendo assim necessário o trabalho de verifica-las individualmente.

tomadas com vistas a enfrentar o caos: o cuidado com os mortos, a fome e reorganização mínima da cidade.¹⁶⁷

Quanto aos mortos, a primeira providência teria a ver com a decomposição desses corpos (tanto os humanos, quanto os de animais), que poderiam propagar uma série de doenças, o que aumentaria em muito o número dos afetados pelo sismo.¹⁶⁸ Realmente, o medo da peste era constante e guiaria as primeiras ações do governo. A tal respeito, Sebastião José enviou a seguinte ordem:

AVISO

Ao eminentíssimo, e reverendíssimo cardeal patriarca, pedindo-se-lhe o seu parecer sobre o lugar para a sepultura dos mortos

Ex.mo e Rv. Mo Sr.

S.m. manda remetter a eminência às copias das ordens, que acabo de expedir ao duque Regedor. Nellas verá V. eminência, que falta a eleição das sepulturas, que senão podem retardar sem outro gravíssimo perigo. Lembra mandarem-se abrir fossos de grande altura, onde se lancem os cadáveres, como se praticou em diferentes paizes, quando foram castigados com o flagello da peste [...]: Nesta consternação lembra também destinar batelões ou barcos grandes, os quais, fazendo-se primeiro os necessários assentos dos óbitos, e cumprindo-se com o mais, que a piedade christa pratica em similhaes casos, levem os corpos a algumas léguas fora da barra, e os lancem no mar, com pesos, que os conservem no fundo ale se consumirem, como se pratica com os que fallecem a bordo dos navios[...] Sobre o que tudo espera s. m. o parecer de V; eminência para se expedirem as reaes ordens. Deus guarde a v. eminência. Paço de Belém, a 2 de novembro de 1755.

*Sebastião José de Carvalho e Mello.*¹⁶⁹

Desse modo, conforme os entulhos iam saindo da vista dos cidadãos e os corpos iam aparecendo, seu sepultamento ia acontecendo. Uma consequência dessa ação foi a impossibilidade da contagem exata do número de mortos pelo

¹⁶⁷ DEL PRIORE, 2003, p. 174; DEL PRIORE, 2003, p. 180 e DEL PRIORE, 2003, p.197. Devemos destacar que, como será visto ao longo do capítulo, as ações foram de maneira geral simultâneas entre si. A disposição delas de maneira separada trata-se meramente de uma ferramenta de escrita, e não de uma separação cronológica.

¹⁶⁸ MIDÕES, Miguel. Comunicação de crise no terramoto de 1755. **Biblioteca online de ciências da comunicação**. 2009, p. 8. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-comunicacao-da-crise-no-terramoto.pdf>>. Acesso em: 30 Jul. 2015.

¹⁶⁹ MELO, 1861, p. 146.

terremoto. Além disso, muitas das paróquias que eram responsáveis pelo “censo” da cidade haviam sido completamente destruídas e seus registros liquidados. Outro complicador é que não se tinha, ao certo, a identificação de estrangeiros que estavam na região.¹⁷⁰

Havia por parte da igreja grande resistência às ordens referentes ao sepultamento, de maneira especial, o lançamento dos corpos ao mar, pois a sepultura era considerada a segunda casa do homem, e privá-los de um abrigo condizente seria condenar suas almas a tornarem-se eternamente errantes.¹⁷¹ Mas, dos próprios escombros para onde Carvalho e Melo prontamente partiu buscando observar melhor a situação¹⁷², parecia não haver nenhuma outra solução condizente para que os vivos não sofressem novos flagelos. Foi assim que no dia 5 de novembro de 1755, a ordem real se expandiu para os demais prelados de Lisboa, ampliando ainda o pedido para que, dentro do alcance das paróquias fossem “socorridas as necessidades, que requerem o mais pronto remédio”, o que passaria não apenas pelo atendimento dos enfermos, como também, por fornecer abrigo aos que tudo perderam.¹⁷³

A segunda medida urgente era conter a fome. Ora, o cais de Lisboa fora completamente destruído pelo maremoto, bem como armazéns e outras casas de grãos que se localizavam perto dos portos, tornando a situação portuguesa ainda mais complicada.¹⁷⁴ Nesse cenário, as poucas opções de mantimentos que restaram sofreram um aumento substancial de preço e uma tentativa de protecionismo por parte dos comerciantes.¹⁷⁵ Era necessária uma intervenção por parte da coroa para que os alimentos fossem levados dos galpões ou navios que se encontravam e entregues à população necessitada, o que viria a acalmar um pouco o clamor.

¹⁷⁰ CATALÁN, Rócio. Voltaire - Voltaire: una reflexión filosófico-literaria sobre el terremoto de Lisboa de 1755. **Revista de Filología Románica**, vol. 26. p.187-204, 2009, p. 192. Tradução nossa.

¹⁷¹ DEL PRIORE, 2003, p. 176.

¹⁷² MONTEIRO, 2006, p. 107.

¹⁷³ MELO, 1861, p. 152-153. Há uma gama de outras cartas que ampliam os pedidos para outras paróquias. Decidimos deixar esta apenas a título de exemplo.

¹⁷⁴ MIDÕES, 2009, p. 4.

¹⁷⁵ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 92.

Nesse contexto, Sebastião José buscou arrecadar mantimentos como pode. Pediu a todos os ministros que enviassem a farinha e comestíveis existentes em Lisboa¹⁷⁶, solicitando um levantamento dos mantimentos disponíveis nos arredores do Tejo e ordenando que fossem entregues a Fernão Teles da Silva, o Marquês de Alegrete¹⁷⁷, encarregado de organizar a coleta e catalogação desses itens.¹⁷⁸ Em seguida, tais suprimentos deveriam ser enviados aos armazéns, bem como aqueles que se encontravam nos navios ancorados nos arredores de Portugal.¹⁷⁹ Por fim, requisitou ao Marques de Alegrete a relação de todos os mantimentos para o Terreiro do Paço¹⁸⁰, para que pudessem ser redistribuídos aos bairros e regiões afetados, de acordo com suas necessidades.¹⁸¹ Apesar da crise, a tentativa era de centralizar as decisões o quanto possível, em um local que já era comum aos portugueses, e ao qual poderiam recorrer em caso de grande necessidade.

Não obstante, em tamanho momento de colapso, a distribuição nem sempre cumpria as expectativas de cada bairro, iniciando um cenário de descontentamento por parte dos cidadãos e até mesmo de contrabando dos navios que ainda não haviam ancorado. Ciente de tal contexto, no dia 22 de novembro de 1755, Carvalho e Melo enviou ao desembargador e conselheiro da Fazenda, Francisco Xavier Porcille, uma carta pedindo providências assim que possíveis:

AVISO

Para o desembargador Francisco Xavier: Porcille fazer impedir as travessias dos mantimentos.

Sendo presente a s. m. que de bordo dos navios se estão continuamente fazendo travessias dos mantimentos contra as leis divinas, e humanas, e sem arrecadação dos direitos, que se devem

¹⁷⁶ MELO, 1861, p. 164.

¹⁷⁷ ALEGRETE. In. DICIONÁRIO histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. s/d. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/alegrete4m.html>>. Acesso em: 5 de Ago. 2015. À época, era presidente da câmara de Lisboa, um dos nobres mais confiáveis de D. José I.

¹⁷⁸ MELO, 1861, p. 50.

¹⁷⁹ MELO, 1861, p. 69-71.

¹⁸⁰ O Terreiro do Paço corresponde atualmente a Praça do Comércio de Lisboa, local que já fazia parte da história lusitana por vários séculos e que estava localizado no epicentro da destruição.

¹⁸¹ MELO, 1861, p. 74.

pagar dos ditos mantimentos, e que os guardas, que estão nos ditos navios, não impedem a execução : e o mesmo senhor servido ordenar que v. m. ce faça ir todos os navios, que trouxeram comestíveis, para a Ribeira de Lisboa, e que a bordo delles se não vendam os ditos comestíveis, sem ser por ordem dos vereadores, que se acham encarregados da repartição dos mesmos mantimentos, e do juiz do povo daquela repartição[...]

Deus guarde a v. m. ce. Paço de Belém, a 22 de novembro de 1755.

Sebastião José de Carvalho e Mello.¹⁸²

Somaram-se ao esforço luso a solidariedade de algumas coroas estrangeiras que enviaram auxílio. A Inglaterra, por exemplo, enviou cerca de 100 mil libras (votadas e aprovadas pelo parlamento), roupas, ferramentas e outros itens para os portos portugueses¹⁸³, que foram encaminhados a outros portos e vieram por terra, uma vez que Lisboa encontrava-se com o cais principal destruído. A prática adotada foi a mesma descrita previamente: os mantimentos foram enviados a armazéns e distribuídos conforme as necessidades de cada bairro.

No que diz respeito ao dinheiro estrangeiro doado em auxílio (principalmente o inglês), D. José I considerou mais prudente implantar uma espécie de auxílio às pessoas com esse dinheiro. Fosse por piedade¹⁸⁴ ou planejamento econômico, a ideia era que as pessoas continuassem com alguma moeda que pudesse comprar os itens estocados nos armazéns para que os comerciantes, pouco a pouco, fossem se restabelecendo e tivessem a possibilidade de comprar novos víveres.

Carvalho e Melo, por sua vez, buscou regular os preços dos bens vendidos em Lisboa, em virtude de uma onda grande de inflação que ocorreu nos primeiros dias após o terremoto e que impedia os sobreviventes de adquirirem qualquer coisa. Dificultando até mesmo a Coroa de comprar mantimentos para redistribuição. A tônica de preocupação pode ser vista na carta de Carvalho e Melo ao Marquês de Alegrete, datada de 10 de novembro de 1755:

¹⁸² MELO, 1861, p. 108.

¹⁸³ AZEVEDO, 2004, p. 154-155.

¹⁸⁴ DEL PRIORE, 2003, p. 181.

AVISO

Para o marquez de Alegrete manear fixar editaes para que as padeiras, tendeiros, artífices, e homens de ganhar, não excedam os preços do mez de outubro próximo passado

Ill.mo e Ex.º Sr.

Chegando á noticia de s. m.; que as padeiras, tendeiros, artífices, e homens de ganhar, abusando impiamente da calamidade actual, teem extorquido ao povo preços exorbitantes pelos géneros de indispensável necessidade, que lhe vendem, e pelos serviços que lhe fazem, obrando em tudo o referido contra a lei de Deus e do reino, e contra a providencia com que o mesmo senhor tem ordenado, que em nada se alterassem os preços correntes no mez de outubro próximo passado. [...] É o mesmo senhor servido, que v. ex.a com toda a brevidade possível, e antes que a impiedade de semelhantes homens faça maior extorsão, mande fixar editaes em todos os arraiaes dos subúrbios de Lisboa, e lançar nelles pregões, pelos quaes estabeleça, que todos, e cada um dos sobreditos, que excederem os preços do mez de outubro próximo passado. [...] a quem se fizerem as extorsões serão condemnados a trabalharem com ferros por tempo de quatro mezes nas obras dos desentulhos da cidade, não excedendo a extorsão de dez tostões, e que dahi para cima crescerá a pena corporal a mesma proporção.

Deus guarde a v. ex.º Paço de Belém, a 10 de novembro de 1755.

Sebastião José de Carvalho e Mello.¹⁸⁵

A preocupação ainda era estendida às embarcações que se encontravam em águas portuguesas:

EDITAL

Manda el-rei nosso senhor, que todos os barcos, e navios, que trouxerem pão, legumes, arroz, manteiga, farinhas, pescados seccos, peixe fresco, e mais mantimentos vão ancorar, e portar desde a ponte da casa da Índia até o Cães da Pedra; e que toda a pessoa, que quizer comprar os referidos géneros, concorra ás sobreditas praias, e praças a ellas adjacentes, para onde o mesmo senhor tem mandado dois desembargadores vereadores do senado da camará a repartirem os mesmos géneros, taxados pelos preços communs, que valeram no mez de outubro próximo precedente.

Paço de Belém, a 4 de novembro de 1755.

Sebastião José de Carvalho e Mello.¹⁸⁶

¹⁸⁵ MELO, 1861, p. 28.

¹⁸⁶ MELO, 1861, p.273.

Um olhar mais atento às medidas adotadas revela o cunho prático, emergencial e centralizador, cuja finalidade era a restituição da tranquilidade pública, assim como a confiança no monarca por parte de seus súditos. Nesse sentido, a decisão de Sebastião José de Carvalho e Melo de despachar diretamente do epicentro dos problemas, resultou no aumento de sua popularidade entre os cidadãos que passavam entre as ruas destruídas nos arredores do Tejo.¹⁸⁷

Os meses seguintes ao terremoto foram marcados pelo grande número de despachos e medidas adotadas por D. José I na gestão dessa crise. Contudo, Lisboa voltaria a tremer no dia 8 de novembro, 11 e 21 de dezembro daquele ano¹⁸⁸. Apesar de menor intensidade, mesmo assim, esses pequenos tremores contribuíram para deixar o cenário ainda mais complicado. Muitos se encontravam desabrigados, famintos e confusos em meio a tamanho caos e eram constantes as tentativas de fuga de Lisboa ou até mesmo de Portugal¹⁸⁹. De tal modo, era necessário que o Estado se mostrasse capaz de manter o controle e a ordem.

Nessa perspectiva, Carvalho e Melo requisitou ao marquês de Alegrete que mandasse a capital quantos homens fossem possíveis para auxiliar na ordem e proteção da capital:

AVISO

Para o marquez de Alegrete, participando-lhe o estarem promptas as tropas, troço, artilheiros, e dinheiro para socorro da necessidade publica.

Ill.mo e Ex.mo Sr.

S. m. esperando de v. ex.a que haja socorrido a geral calamidade desta corte com tudo o que coubesse no possível, me manda participar a v. ex.a que o marquez Estribeiro mor, o marquez de Abrantes, e o tenente general de artilheria, teem ordem para concorrerem com as tropas, troço, artilheiros, e materiaes, para tudo que fôr necessário para o possível remédio das muitas infelicidades, de que Lisboa se acha consternada [...]. Deus guarde a v. ex.a

Paço de Belém, 1.º de novembro de 1755.

¹⁸⁷ DOMINGUES, 1955, p. 173.

¹⁸⁸ DOMINGUES, 1955, p. 173.

¹⁸⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 89.

Por isso, destacamentos militares se deslocaram de seus postos de origem e se dedicaram à proteção de Lisboa. Regimentos de Setúbal e Cascais (no atual distrito de Lisboa), Peniche (atualmente em Leiria, norte de Lisboa) e também os dragões de Évora (leste de Portugal, região fronteira com Espanha) foram enviados para a capital para atender a população desamparada.¹⁹¹ A questão não parecia ser a de que outras regiões sofreram menos com o sismo que a capital, mas sim de que a reestruturação da capital forçaria, de maneira gradual e crescente, a ordem em seu entorno.

O historiador Edward Paice relata o cenário caótico vivido nos primeiros dias, através de cartas enviadas por Lorde Drumlaring para seus familiares para Inglaterra, dizendo que “o lugar onde ficava Lisboa” ou “do lugar que *era*, mas *não é mais*, Lisboa”, ou afirmavam que “Lisboa está inteiramente destruída” e que “Lisboa não existe mais”¹⁹². As palavras do britânico descrevem os danos materiais, porém, poderiam ser aplicadas com alguma segurança ao cotidiano que se seguiu ao terremoto. Roubos, assassinatos e crimes diversos tornaram-se comuns no dia a dia local.¹⁹³

Na tentativa de controlar a população, a primeira medida adotada por D. José I foi a instauração de doze magistrados para cuidar das regiões de Lisboa, como foi solicitado por Sebastião José de Carvalho e Melo, no trecho a seguir:

AVISO

Circular aos doze desembargadores, que se ordenou ao duque Regedor nomeasse para os doze bairros de Lisboa.

S. M. é servido, que logo que v. m.ce receber este, dividindo a sua lastimosa comissão com os ministros, e bacharéis, que no seu bairro achar mais capazes da real confiança em um tão urgente negocio, passe a ocorrer ao desentulho das casas, que se acham em ruínas, de

¹⁹⁰ MELO, 1861, p. 159-160.

¹⁹¹ BARROS, 1882, p. 27. “Dragões de Évora” foi o nome dado a um grupo militar português de infantaria que se movimentavam com cavalos e se transformaram, ao longo do século XVIII em um destacamento de cavalaria.

¹⁹² PAICE, 2010, p. 159.

¹⁹³ AZEVEDO, 2004, p.155-156.

sorte que delias se possam extrahir os cadáveres para se sepultarem, antes que a sua corrupção em toda a cidade produza outra calamidade [...] Ao marquez Estribeiro mor se tem avisado para coadjuvar a v. m. ce com as tropas, que couberem no possível por ora, tendo-se mandado vir maior numero delias da provincia do Alemtejo, Cascaes, Peniche, e Setúbal. Também s. m. ce manda advertir av. m. ce, que no modo, em que o permittir uma tao grande calamidade, fa-ce entendido, que no caso de ser necessária coacção, não deve exceptuar pessoa alguma, porque nao admite excepções um caso de tão grande necessidade publica. Ao marquez Estribeiro mor se tem avisado para coadjuvar a v. m. ce com as tropas, que couberem no possível por ora, tendo-se mandado vir maior numero delias da provincia do Alemtejo, Cascaes, Peniche, e Setúbal. faça estabelecer no seu bairro um logar fechado, ou guardado com sentinellas, no qual se ajuntem todos os mantimentos, que se forem achando nas ruínas [...]. Deus guarde a v. m. ce.

Paço de Belém, a 2 de novembro de 1755.

*Sebastião de Carvalho e Mello.*¹⁹⁴

Como visto acima, o pedido era para que os doze magistérios ajudassem na organização das pessoas e mantimentos, ou seja, para melhor administrar o momento de crise. Para tanto, seriam também responsáveis pela manutenção da ordem pública, gestão das tropas que chegavam a Lisboa, a proteção dos armazéns contra os saques¹⁹⁵ e a punição dos que tentavam, sob alguma forma, tirar proveito da situação. A busca pelo restabelecimento do quadro de segurança pública tornou quase que uma obsessão de Sebastião José e os outros magistérios¹⁹⁶, como exemplifica o decreto seguinte:

DECRETO

Para que as pessoas comprehendidas nos roubos commeliidos depois da manhã do dia primeiro de novembro i fossem autuadas em processos simplesmente verbaes, e as sentenças executadas no mesmo dia, em que se proferissem.

Sendo-me presente, que na cidade de Lisboa, e suas visinhanças se teem commettido depois da manhã do dia primeiro do corrente execrandos, e sacrílegos roubos, profanando-se os templos, assaltando-se as casas, e violentando-se nas ruas as pessoas, que por eilas procuravam salvar-se das ruinas dos edificios, com geral escândalo, não só da piedade christã, mas até da humanidade : e considerando, que similhantes delictos, pela sua torpeza, fazendo-se indignos do favor dos meios ordinários, requerem antes indispensavelmente um prompto, e severo castigo, que faça cessar

¹⁹⁴ MELO, 1861, p. 260-261.

¹⁹⁵ MELO, 1861, p. 270.

¹⁹⁶ DEL PRIORE, 2003, p.185.

logo tão horroroso escândalo : sou servido, que todas as pessoas, que houverem sido, e forem comprehendidas nos sobreditos crimes, sendo atuadas em processos simplesmente verbaes, pelos quaes conste de mero facto, que com effeito são réos dos referidos delictos, sejam logo successivamente remetidas com os ditos processos verbaes á ordem do duque Regedor da casa da supplicação.[...] O mesmo duque Regedor o tenha assim entendido, e faça executar.

Belém, a 4 de novembro de 1755.

*Sebastião José de Carvalho e Mello.*¹⁹⁷

A ideia que perpassa tais medidas é o restabelecimento do bem comum. Para isso, era preciso que o Estado se imiscuisse na vida cotidiana, assim como os soldados entranhavam os escombros:

DECRETO

Para os corregedores dos bairros de Lisboa, cada um em seus districtos, examinarem as vidas, costumes, e ministérios de todos os seus habitantes; prenderem, e atuarem os ociosos, impondo aos culpados a pena de trabalharem com Braga nas obras publicas desta cidade

Sendo-me presente, que na cidade de Lisboa, e suas visinhanças, grassa um grande numero de homens vadios, que não buscando os meios de subsistirem pelo seu honesto, e louvável trabalho, vivem viciosamente na ociosidade á custa de terceiros, com transgressão das leis Divinas e humanas[...]: sou servido excitar a inviolável, e exacta observância dos regimentos, e leis estabelecidas para a policia dos bairros da mesma cidade; ordenando, que todos os corregedores, e juizes do crime, cada um nos seus respectivos districtos, examine logo prompta e cuidadosamente, com preferencia a qualquer outro negocio, as vidas, costumes, e ministérios de todos os habitantes dos seus respectivos bairros, e dos vagabundos, e mendigos, que nelles forem achados com idade, e saúde capaz de trabalharem: e que todas as pessoas, que forem achadas na culpável ociosidade acima referida, sejam presas, e atuadas em processos simplesmente verbaes, por onde conste da verdade dos factos, e os mesmos processos remetidos á ordem do duque Regedor da casa da supplicação, o qual nomeará logo para elles os juizes certos que lhe parecer ; e estes os sentenciarão também verbalmente, impondo aos réos a pena de trabalharem com Braga nas obras da mesma cidade. [...] não é da minha real, e pia intenção injuriar os homens, mas sim desterrar dos povos, que Deus me confiou, a ociosidade, e os delictos, que delia se seguem: sou outrosim servido, que as sobreditas penas, e sentenças, que forem impostas, não irroguem infâmia, nem possam ser allegadas em juizo, nem fora delle, para inhabilidade alguma, qualquer que ella seja. O duque Regedor da casa da supplicação o tenha assim entendido e faça executar não obstante quaesquer leis, regimento assentos, ou costumes contrários, que todos hei por derogados somente para este effeito, ficando aliás sempre em seu vigor.

¹⁹⁷ MELO, 1861, p. 275

Belém, a 4 de novembro de 1755.

*Sebastião José de Carvalho e Mello.*¹⁹⁸

Por fim, entre as medidas imediatas destacam-se aquelas relativas à evasão de pessoas da região afetada. Para garantir a possibilidade de reconstrução sob as ruínas da antiga capital, era necessário assegurar que a população não cedesse a um momento de desespero e fugisse de Lisboa¹⁹⁹, viabilizando a segurança pública, para que os que ali estivessem pudessem retomar suas vidas.

Todavia, para garantir o início da revitalização da capital, era necessário que houvesse mão de obra capaz de remover os numerosos escombros e cuidar dos feridos. Foi por esse motivo que Sebastião José de Carvalho e Mello mandou afixar um edital no dia 3 de novembro de 1755, proibindo a saída de qualquer pessoa ou mantimento sem autorização:

EDITAL

*Para os commautlanles das torres impedirem a sahida deste porto a todas as embarcações.*²⁰⁰

Manda el-rei nosso senhor aos oíliciaes cammandantes de todas as fortalezas, que não deixem sahir deste porto, nem passar para a banda de alem, navios, ou barcos alguns, sob pena de morte Belém, a 3 de novembro de 1755.

*Sebastião José de Carvalho e Mello*²⁰¹

Para além do edital, incapaz de garantir que a população não emigrasse, o monarca empreendeu grande esforço em distribuir remédios e designar

¹⁹⁸ MELO, 1861, p. 277.

¹⁹⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 89.

²⁰⁰ É indispensável que para esclarecimento do texto se amplifiquem todas as circunstancias, que concorrem para que o leitor fique ao facto dos acontecimentos que se seguiram, precederam, e acompanharam tão estrondoso successo. O edital acima impresso foi publicado para evitar a extraordinária emigração dos habitantes da Capital, por causa do terremoto. Foi então que o marquez de Pombal fez emanar a sábia providencia que poz termo a semelhante fuga, que produziu males incalculáveis; pois que da falta de povoação (base primordial de todas as fontes de prosperidade publica) se originaria irreparável damno. (Nota e edital presentes originalmente em MELO, 1861, p. 263.)

²⁰¹ MELO, 1861, p. 263.

profissionais para cuidar dos feridos, demonstrando de maneira taxativa seus esforços em conter o caos.²⁰²

Os mais importantes funcionários régios estiveram diretamente envolvidos nessa empreitada. O Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho, que cuidava de fazer os despachos e das orientações sobre as ações a serem tomadas. Já o Duque Regedor das Justiças, D. Diogo de Noronha, responsável pelas forças militares que, em sua dupla função garantiria a segurança pública e auxiliaria no transporte de bens, pessoas e entulhos para dentro ou fora da cidade. Por fim, Fernão Teles da Silva, responsável por gerir administrativamente Lisboa, principalmente, controlando o número de mantimentos disponíveis nas diversas localidades.²⁰³

Nenhum desses homens agia sem a tutela de D. José I., contudo, é importante destacar que, em alguma medida, todos respondiam àquele que despachava diariamente com o monarca, ou seja, se reportavam ao funcionário mais próximo do rei, e este, de fato, era Sebastião José. É o que destaca o estudioso Mário Domingues ao observar que o secretário teria agido de maneira rápida e eficaz, fosse para improvisar abrigos para dezenas de milhares de pessoas, sepultar os mortos ou mesmo vestir os nus. A prontidão e o pragmatismo que caracterizaram seus atos frente ao cataclismo tornaram-se o fermento que fez crescer seu prestígio perante o rei e a corte lusa.²⁰⁴

2.5 O TERREMOTO COMO FLAGELO DIVINO – A NARRATIVA RELIGIOSA DE GABRIEL MALAGRIDA

Findado o dia 1º de novembro de 1755, a população atônita ainda não havia compreendido completamente o que tinha a acometido. O povo convivia com a morte, a fome, a insegurança, e diversas histórias sobre estragos eram

²⁰² DEL PRIORE, 2003, p. 185.

²⁰³ MONTEIRO, 2006, p. 108.

²⁰⁴ DOMINGUES, 1955, p. 176.

divulgadas a partir de Lisboa para todo o mundo. Em um século no qual os intelectuais portugueses passavam por uma espécie de “crise mental”²⁰⁵, começaram a surgir as primeiras buscas por respostas às origens daquele flagelo que recaiu sobre Portugal.

Entretanto, como mencionado no capítulo anterior, a intelectualidade portuguesa se cobria de uma particularidade que permeou até mesmo a produção ilustrada desse país. As primeiras explicações para o evento partiriam dos “intelectuais ecléticos”²⁰⁶ e emanariam para os demais estamentos da sociedade. Aliás, muitos daqueles religiosos que estavam entre o povo viam o terremoto de outra maneira.

Para eles, a tragédia de 1755 era uma resposta divina aos pecados dos quais Portugal havia se deixado seduzir. *Grosso modo*, a cidade teria sido completamente destruída como punição pela luxúria dos cortesãos, assim como a soberba e a ostentação representadas nos grandes edifícios que adornavam o Reino.²⁰⁷

Os numerosos sacerdotes que se empenhavam em auxiliar os fiéis não tardaram a propagar a ideia de que se tratava de uma nova Sodoma e Gomorra, o que avivou o sentimento de culpa dentre os fiéis. Segundo a historiadora Mary Del Priore,

[...]o Deus vingador que destruíra Sodoma e Gomorra demonstrava mais uma vez a sua cólera perante os pecados do homem. A Europa recordava a orgulhosa Lisboa que dominara o comércio mundial e via-se agora castigada pelo mau uso que fizera de sua riqueza. Em Portugal [...] sucederam-se os atos de desagravo e as procissões [...]. O sentimento de culpa pelo acontecido era generalizado: “o povo ficou estúpido de espanto. Julgaram uns que o castigo fosse particular da sua pessoa ou da sua família e quedaram-se de joelhos, mãos cruzadas no peito, cabeça inclinada como réus num patíbulo”.²⁰⁸

²⁰⁵ CARVALHO, Flávio Rey. **Um iluminismo português?** A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008, p. 14.

²⁰⁶ SILVA, Iverson. **Verney e a ilustração católica:** Uma modernidade singular. 2008. 94f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008, p. 20.

²⁰⁷ MARQUES, João. A acção da Igreja no terramoto de 1755 – ministério espiritual e pregação. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p.219-329, 2006, p. 228.

²⁰⁸ DEL PRIORE, 2003, p. 150.

Em meio a tal conjuntura, vários sacerdotes se puseram em campo para semear a palavra de Deus, pregando que apenas a penitência poderia tornar-se empecilho para um novo golpe divino.²⁰⁹ Devemos, contudo, destacar que esse cenário profético não nasceu com o sismo. O historiador luso José Eduardo Franco relata que o descontentamento dos religiosos em relação às práticas adotadas pela coroa naquele período vinha de uma série de questões anteriores, que minavam gradativamente a influência política-religiosa até outrora controlada. Conforme o autor, “o sismo não deixou de ser aproveitado como um sugestivo pretexto para os pregadores jesuítas [...] criticarem os caminhos políticos que vinham sendo trilhados pela corte nos últimos cinco anos”.²¹⁰

As vozes católicas em Portugal pareciam ter entrado em uníssono nas palavras de um importante religioso da época, o padre jesuíta Gabriel Malagrida. Voltaremos nosso olhar a sua interpretação do Terremoto de 1755, analisando o manuscrito *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, escrito em 1756.

Influente entre os jesuítas lusitanos, Gabriel Malagrida era italiano e nasceu em Menaggio no dia cinco de dezembro de 1689 e faleceu em 21 de setembro de 1761 em Lisboa, condenado pela Inquisição Portuguesa.²¹¹ Ingressou na companhia de Jesus em 27 de setembro de 1711, dedicando-se às missões jesuíticas até 1749, quando foi acolhido pela corte de D. João V como uma espécie de santo. Fixou residência em Lisboa, onde estava quando houve o Terremoto de 1º de novembro de 1755.²¹² Ainda sob forte impacto das mortes no cataclismo, começou a escrever um sermão, cujo manuscrito foi publicado em outubro do ano seguinte²¹³. Em suas palavras:

²⁰⁹ DEL PRIORE, 2003, p. 157.

²¹⁰ FRANCO, José, O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p. 147-218, 2006, p. 153.

²¹¹ GARCIA, 2010, p. 190.

²¹² MALAGRIDA. In. DICIONÁRIO histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. s/d. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/malagrida.html>>. Acesso em 8 de Ago. 2015.

²¹³ MONTEIRO, 2006, p. 111.

Os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos thesouros, os que as trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrellas, não são vapores ou exalações, não são phenomenos, não são contingências ou causas naturaes; mas são unicamente os nossos intoleráveis peccados²¹⁴.

Dessa maneira, o jesuíta afirmava categoricamente que o terremoto não poderia ser explicado por outro meio, que não pela Providência. Reafirmando essa perspectiva escatológica, Malagrida tributa àqueles que buscavam explicações baseadas na ciência para a catástrofe a alcunha de ateus.²¹⁵ Entretanto, ao longo de seu sermão o, luso-italiano deu um passo atrás e admitiu como explicação dos desastres a sucessão de eventos que pareceram ficar apenas no ambiente científico, conquanto, ainda assim, nada mais seriam do que a atuação divina em pura atuação:

[...] vejamos se podemos entender nos melhor na explicação dos termos. Quem pôde duvidar que também concorressem ou podessem concorrer as causas naturaes? O ponto é, se Deos se valeo ou não valeo d'ellas para castigo das nossas culpas, que já passavam a medida por elle determinada. Explico-me com uma comparação bem clara: eu, arrebatado da cólera, desembainho a espada, e mato com effeito a quem-me fez o agravo ; se se pergunta a causa immediata d'esta morte, foi a espada; porém a mediata fui eu.²¹⁶

Pintando um cenário com cores ainda mais turvas, Malagrida pondera para o fato de que a nação parecia entregar-se completamente ao lado profano da vida, enquanto renegava os deveres religiosos. A sequência de pecados sem a aparência de nenhum arrependimento, penitência ou oração, não poderia levar a nenhum outro resultado além da danação:

²¹⁴ MURY, Paulo. **História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus**. Lisboa: Ed. Mattos Moreira, 1875, p. 9.

²¹⁵ MURY, 1875, p. 11.

²¹⁶ MURY, 1875, p. 18.

Os theatros, as musicas, as danças mais immodestas, as comedias as mais obscenas, os divertimentos, as assistências aos touros, sendo tanto o concurso, que enchiam as praças e as ruas todas; e nas egrejas, nas festas sagradas, nos sermões, nas missões apostólicas, por mais fervorosas' que fossem, não apparecia uma alma! Era a maior lastima ver n'aquelles espectáculos profanos, ainda pessoas mais insignes em sciencia, eloquência e virtude!²¹⁷

Devemos destacar, sobretudo, que a crítica lançada pelo sacerdote é direcionada majoritariamente ao reinado Josefino, pois, como vimos no capítulo anterior, mesmo que houvesse um grande incentivo às artes por parte de D. João V, verificou-se igualmente uma intensa preocupação com edificações religiosas, a se destacar o Convento de Mafra erigido em seu reinado. Em contrapartida, D. José I teria se dedicado, ao menos em seus primeiros anos de governo, à construção da Ópera do Tejo, um imenso teatro que, inaugurado em março e completamente destruído em novembro de 1755, serviu de alimento para as palavras do jesuíta.

Para o clérigo italiano, a situação agravava-se mais ao se comparar o que se passava em Lisboa, epicentro da devastação, e outras regiões que não foram tão afetadas pelo terremoto:

Ouçõ dizer que nas cidades vizinhas, aonde a ruína não foi tão grande, fizeram e ainda fazem maravilhas, de penitencias, pés descalços, cruces, açoutes, jejuns a pão e agua, e outras mortificações infinitas, e cá, onde a perda e o extermínio, nada ou quasi nada vemos de tão justos e indispensáveis disvellos; de sorte que se admiram as outras cidades, de tão pouca demonstração, que fez a corte de Lisboa, publica de penitencia; porém confesso ingenuamente, que eu absolveria toda esta corte de tão louvável tarefa de ocellta ou publica penitencia, com tanto que todos tizessem a Deos, para alguma satisfação, o sacrificio de se retirarem, por seis dias sequer, na casa dos exercícios²¹⁸, para ponderar com melhor desafogo e maior luz, o que é e o que nos traz de infinitas misérias.²¹⁹

²¹⁷ MURY, 1875, p. 14.

²¹⁸ A referência que temos é que a Casa do Exercício era um local de meditação, que não havia morada fixa. Foi instaurada por Inácio de Loyola em sua obra *Exercitia spiritualia* publicada em 1548. *Grosso modo*, a obra diz que, assim como um corpo necessita de exercícios e cuidados para se manter saudável, a alma também precisava e para ela, os exercícios seriam a meditação, orações silenciosas e cantadas. A referência de Malagrida é a essa prática de reclusão e meditação, e os seis dias sugeridos, provavelmente, fazem alusão aos seis dias de trabalho do Senhor na criação do universo.

²¹⁹ MURY, 1875, p. 21.

Desgraçada, porém, com alguma possibilidade de salvação, assim era a Lisboa descrita por Gabriel Malagrida. Destacamos, entretanto, que mesmo que as palavras do italiano fossem contra o pragmatismo racional que parecia imperar nos momentos pós terremoto, a coroa lusa incentivou a celebração de inúmeras missas, como relata a obra “Diário dos sucessos de Lisboa, desde o terremoto até o extermínio dos Jesuítas”, de autoria desconhecida.²²⁰ O manuscrito descreve que “determinaram-se preces por todo o reino para aplacar a Deus justamente irado contra os pecados dos homens. O rei nosso senhor e o Senado fazem votos solenes”.²²¹

Compete também considerar o impacto do sermão de Malagrida, que usufruía de grande prestígio entre os portugueses pelos seus 30 anos de serviços missionários em solo brasileiro e 10 anos de serviços prestados à coroa em Lisboa.²²² Sob tal perspectiva, é possível imaginar o alcance de sua pregação atingindo desde as mais humildes barracas até a de D. José I.²²³ Todavia, apesar da reputação, o manuscrito não chegaria ao Paço com tanto prestígio. O historiador João Lúcio de Azevedo afirma que a recepção, principalmente, por parte do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo foi bem aquém do esperado pela Companhia de Jesus. De acordo com ele,

a juízo dele [Carvalho e Melo] não passava o jesuíta de um falso vidente, embusteiro e audaz. O escrito, que o Santo Ofício aprovara, ofensivo à razão, também o era ao Governo [...]. O mistagogo [sacerdote] aparecia-lhe um jacantoso [arrogante] inimigo, atrás do qual toda a Companhia de Jesus avançava. Cumpria-lhe reprimir o ataque pessoal, que via na publicação, e para isso, recorrendo ao nuncio, obteve que Malagrida fosse desterrado para Setúbal, de onde só tinha de voltar a caminho da prisão e do cadafalso.²²⁴

²²⁰ Cf. FRANCO, 2006. Neste trabalho, o autor afirma que este manuscrito teria sido traduzido por Matias Pereira de Azevedo Pinto, um padre da câmara do infante D. Manuel, irmão de D. José I., Entretanto, não há no documento original nenhuma referência de autoria alguma, portanto decidimos por bem deixar em aberto. Podemos apenas afirmar que o documento teria sido escrito entre 1759 e 1769, pois há a referência à Sebastião José de Carvalho e Melo como “Conde de Oeiras”, título concedido a ele apenas em 1759.

²²¹ FRANCO, 2006, p. 155.

²²² MURY, 1875, p. 27.

²²³ AZEVEDO, 2004, p. 166.

²²⁴ AZEVEDO, 2004, p. 167.

Foi assim, em um cenário de práticas régias e a crítica clerical que o Portugal pós-terremoto se encontrou. É possível dizer que a animosidade entre Carvalho e Melo e a Companhia de Jesus teriam ganhado, de fato, fôlego a partir deste momento, e foram crescendo. A desaprovação da Igreja em muitas das ações do Rei expostas no *Juízo* fez com que D. José expulsasse o Padre Malagrida para Setúbal naquele mesmo ano (1756), onde ficou recluso até 1761, data na qual foi julgado por incentivo ao atentado do monarca D. José I e executado.²²⁵

2.6 ENTRE OS ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS DA MINHA VIDA: A NARRATIVA DE JÁCOME RATTON SOBRE O TERREMOTO DE 1755

Conforme comentado, o terremoto que atingiu Portugal em 1755 surtiu efeitos em diversas outras partes do globo. Os relatos dos sobreviventes colaboram para construir uma narrativa em diferentes perspectivas sobre o evento. É a partir desse ponto de vista que voltaremos nossa atenção para o depoimento do comerciante francês Jácome Ratton, morador de Lisboa em 1755 e sobrevivente da catástrofe.

Nascido em julho de 1736, na cidade Monestier de Briançone na França, e falecido em 1822 em Lisboa, Jácome Ratton era filho único de Jácome Ratton e Francisca Bellon, ambos franceses. Chegou a Portugal no ano de 1747, onde terminou sua educação e, a partir daquele momento, sua família passou a estabelecer conexões e expandir seus negócios em solo lusitano.²²⁶ Com toda sua educação voltada ao comércio, assim como a de seu pai, foi, além disso, deputado do Tribunal Supremo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; fidalgo cavaleiro da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo.²²⁷

²²⁵ DOMINGUES, 1950, p. 224. O assunto será retomado em um momento posterior deste trabalho.

²²⁶ GARCIA, 2010, p. 246.

²²⁷ As informações sobre Ratton podem ser obtidas de maneira mais detalhada em: AMARAL, Manutel. Ratton (Jácome). Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/ratton_jac.html>. Acesso em 02 ago. 2015.

Ao longo de sua vida, o comerciante dedicou-se a registrar suas memórias num manuscrito intitulado *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810*. O livro foi reeditado e publicado pelo historiador Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, em 1920. É a partir dessa edição que procuramos apresentar as impressões de Ratton. Que, segundo descreve, procurou relatar “o que via e o que ouvia, quando saía à rua”.²²⁸ Por tal expediente, traremos à luz uma perspectiva mais próxima do evento.

Na apresentação feita pelo historiador Joaquim de Carvalho a edição de 1920, ele pondera que

Jacome Ratton é um homem honrado, de um bom senso burguês que pode fazer sorrir, mas que encanta pela franqueza com que se mostra, numa linguagem clara, apesar das suas irregularidades gramaticais. É um adorador do Marquês, mas vai dizendo que o seu grande valor, como ministro, foi saber rodear-se de competência se aproveitá-las [...].²²⁹

O historiador luso procura justificar a admiração do comerciante por Carvalho e Melo, em grande parte, pela predisposição do ministro em investir no comércio e indústrias portuguesas, área na qual Ratton dedicou-se ao longo de toda a vida, fosse por meio da instalação de novas indústrias ou auxiliando na consolidação daquelas que já existiam.²³⁰

Em seus mais de sessenta anos vivendo em Portugal²³¹, Jacome Ratton conviveu, entre os séculos XVIII e XIX, com diversas mudanças na sociedade lusa. Contudo, nada se assemelhou ao Terremoto de 1755, ao qual sobreviveu apesar de estar no epicentro do caos:

²²⁸ CARVALHO, Joaquim. **Recordações de Jacome Ratton** – sobre a ocorrência do seu tempo de maio de 1747 à setembro de 1810. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920, p. VI.

A numeração romana aqui escrita é a mesma impressa no documento e corresponde ao prefácio escrito pelo próprio Joaquim de Carvalho. Ao término do mesmo, a paginação é reiniciada e prossegue normalmente com numeração cardinal.

²²⁹ CARVALHO, 1920, p. VII.

²³⁰ CARVALHO, 1920, p. XI

²³¹ CARVALHO, 1920, p. 1.

Entre os acontecimentos extraordinários da minha vida não devo omitir a meus filhos o que passei na ocasião do memorável terremoto de Lisboa [...] me achar na dita hora nas agoas furtadas das minhas casas, mostrando a hum comprador huma partida de papel, que nos tinha vindo avariado, e ali se tinha posto a enxugar. Ao sentir o primeiro abalo me ocorrerão muitas reflexões tendentes a salvar a minha vida, e não ficar sepultado debaixo das ruínas da própria casa, mas tomei o partido de subir ao telhado, nas vistas de que abatendo a casa eu ficasse sempre superior ás ruínas²³².

Ratton tinha na ocasião 19 anos, o que para a historiadora Mary Del Priore, pode ter justificado a resistência de seu corpo ao impacto de ser “jogado contra molhos de papel úmido antes de cair junto com o teto e as paredes que sustentavam a lucarna”.²³³ De fato, em suas memórias não há menção sobre ter sofrido algum dano físico. Mas, passado o impacto inicial, “resolvi descer as escadas e fugir para rua, a fim de buscar alguma parte aonde julgasse mais seguro”.²³⁴

Durante a fuga em busca de alguma segurança, Ratton descreveu em tons dramáticos o cenário encontrado:

[...] seguimos a rua dos Remulares por cima de entulhos, e muitos corpos mortos, até á beira-mar, aonde nos julgávamos mais seguros. Mas pouco depois de ali termos chegado, assim como muita gente, se gritou que o mar vinha sahindo furiosamente dos seus limites: facto que presenciámos, e que redobrou o nosso pavor, obrigando-nos a retroceder pelo mesmo caminho [...].logo que foi noite, apresentou á vista o mais horrível espectáculo das chamas que a devoravam cujo clarão allumeava, como se fosse dia, não só a mesma cidade, mas todos os seus contornos, não se ouvindo senão choros, lamentações, e choros entoando o Bemdito, Ladainhas, e Miserere. Por fortuna o ceo se conservava claro e sereno, e o terreno enxuto.²³⁵

É verdade que o desencadear de eventos catastróficos após o terremoto contribuíram para ampliar ainda mais o pânico generalizado. No entanto, assim

²³² CARVALHO, 1920, p. 18.

²³³ DEL PRIORE, p. 110. Lucarna é uma estrutura de algumas residências que se projeta para fora do telhado que tem por objetivo aumentar a entrada de luz ou melhorar a circulação de ar. Uma espécie de janela projetada para frente.

²³⁴ CARVALHO, 1920, p. 19.

²³⁵ CARVALHO, 1920, p. 19-20.

que a natureza pareceu acalmar-se, Ratton e sua família decidiram voltar a casa e tentar encontrar algo que pudesse ainda ser aproveitado:

Na madrugada do seguinte dia me convidou meu Pai para o acompanhar ás nossas casas, e ver se delias podíamos salvar alguma cousa, principalmente o precioso, livros, e papeis de maior importância. Não foi sem bastante trabalho, que nos saímos bem desta empresa; avistamos já em chamas a propriedade pegada com a nossa casa, restando-nos apenas tempo para tirar os artigos acima ditos, que mettemos em hum bahu, que meu Pai por huma banda, o eu por outra trouxemos, por entre chamas em que ardiaõ as ruas [...].Dali nos partimos com o bahu em huma besta de carga, que por fortuna appareceu, e nos dirigimos a huma quinta de pessoa de nossa amizade [...]aonde fomos bem recebidos, e alojados no jardim, debaixo de huma barraca feita de lençoens, e alastrada de colchoens, sobre os quaes dormiaõ promiscuamente, e sem se despir, tanto a gente de casa, como a de fora; porque ninguém se animava a dormir debaixo de telha.²³⁶

Diante daquele cenário de desolação, a família decidiu seguir para a região de Porto, onde ficaram sob os cuidados de seu tio e sócio, Jacome Bellon.²³⁷ Apesar de ser uma região menos afetada pelo cismo de 1755, logo perceberam que havia escassez de víveres, mas havia abundância de pão. Assim, passaram a comprar da região pães, com ajuda de seu tio, para vender em Lisboa, além de tal produto (que tinha seus preços fixados pela coroa), comercializaram diversos outros que conseguiram comprar vindos do Brasil.²³⁸ De tal modo, puderam, gradativamente, diminuir a dívida que haviam adquirido com os incêndios em suas propriedades e comércios. E, paralelamente, darem os primeiros passos para se reerguerem economicamente através do único ofício que sabiam: o comércio.

É interessante notar que a narrativa de Jácome Ratton não esconde sua admiração pelo ministro de D. José, Carvalho e Melo, chegando a afirmar que “*nenhum ministro soube mais respeitar e fazer respeitar as leis e a pessoa do Soberano do que o Conde de Oeyras*”²³⁹. O comerciante dedica especial atenção

²³⁶ CARVALHO, 1920, p. 21.

²³⁷ CARVALHO, 1920, p. 22.

²³⁸ CARVALHO, 1920, p. 23.

²³⁹ CARVALHO, 1920, p. 147.

ao investimento da coroa na reestruturação do comércio anglo-lusitano. Em suas palavras:

Todo o mundo sabe da muita influencia, que a Gram-Bretanha teve sempre no Ministério de Portugal, depois do tratado de Methuen; mas este Ministro soube com toda a delicadeza diminuir a dita influencia; pelo que não foi muito bem visto da generalidade daquela nação, que nunca dele pode tirar partido algum, mormente a respeito de novas concessões relativas a commercio, a pezar de todas as diligencias de Mr. Hay, Enviado Britannico em Lisboa, e dos Lords Tyrawley, e Kenhull, que para o mesmo fim forão enviados extraordinários a Portugal, e voltarão do mesmo modo que tinhaõ ido. Por tanto não admira, que os negociantes Inglezes dicessem muito mal deste Ministro; e que em Inglaterra se publicassem alguns escritos contra elle, e sua administração; visto que a prosperidade a que levou o commercio Portuguez foi hum golpe considerável nos interesses da Gram Bretanha..²⁴⁰

Ratton se beneficiou com a alteração do sistema comercial português posto em vigor por Carvalho e Melo, algo que pode explicar a exaltação ao monarca e sua admiração pelo seu ministro. Na verdade, o luso-francês expõe ao longo de suas memórias impressões a respeito da tragédia, bem como as tentativas empreendidas para sua superação e práticas da nova coroa como a instauração de uma série de fábricas monopolistas, controle das contas do Estado e incentivo à formação de comerciantes doutos, dentre outras situações que o favoreceram²⁴¹.

Durante o regime de D. José, instaurou no ano de 1764, uma fábrica de chitas (tecidos), uma de papel, e duas fábricas de chapéus finos. No reinado de D. Maria I e D. João VI, fundou a Fábrica de Fiação de Algodões de Tomar (ou Real Fábrica de Fios, 1789). Além disso, desempenhou também o papel de Deputado da Junta de Comércio (1788). Com as invasões francesas de 1807, foi demitido

²⁴⁰ CARVALHO, 1920, p. 149-150.

²⁴¹ Cf. CARVALHO, 1920, p. 136-151; 156-211. O assunto das reformas pombalinas será abordado com mais clareza no capítulo seguinte.

de seu cargo e preso até 1810, conseguiu exílio na Inglaterra em 1816 e retornou à Portugal, onde veio a falecer entre 1821 e 1822.²⁴²

2.7 É PRECISO CONFESSAR QUE O MAL ESTÁ NA TERRA: VOLTAIRE E UMA VISÃO ILUSTRADA SOBRE O TERREMOTO DE 1755

Como visto até aqui, o terrível evento ocorrido naquele 1º de novembro foi passível de toda sorte de interpretações, cada uma com suas particularidades. A visão religiosa, analisada a partir dos escritos de Gabriel Malagrida, atribuía aos homens e seus pecados a responsabilidade pelo cataclismo. Ou seja, o homem teria sido causador direto da ira divina, quando passou a ceder as suas perversões.

Mas, se essa catástrofe foi um castigo de Deus, porque teria ocorrido em um dia santo quando os devotos rezavam de maneira tão fervorosa? Qual o motivo da divina providência permitir que a tragédia destruísse quase todos os monumentos religiosos de Lisboa, ao passo que as ruas que concentravam o maior número de prostíbulos terem sobrevivido quase incólumes?²⁴³

Sem dúvida, para a maioria da população tais questionamentos não estavam na ordem do dia. Mas, entre os círculos ilustrados, o terremoto tornou-se alvo de reflexões. O racionalismo característico do movimento das Luzes voltou sua atenção ao entendimento da catástrofe e a tentativa de apresentar sua própria leitura sobre o fato. É nesse contexto que se inscrevem os debates entre importantes filósofos da época como Leibniz²⁴⁴, Voltaire e Rousseau.²⁴⁵ Dada a impossibilidade de cobrir todo o debate, assim como elegemos Malagrida como

²⁴² RATTON, Jacomé. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/ratton_jac.html&num=1&strip=1&vwsrsrc=0> Acesso em: 14 out. 2015.

²⁴³ BECKER, Edvaldo; BECKER, Michele. Contribuições de Rousseau ao entendimento dos desastres socioambientais contemporâneos. **Trans/formação**, Marília, v.37, n.2, p. 111-126, mai/ago., 2014, p. 112.

²⁴⁴ Cf. MUÑOZ, Evaristo. Leibniz damnificado por el terremoto de Lisboa. **Cuadernos Dieciochistas**, Salamanca, n.6, p. 187-201, 2005.

²⁴⁵ CF BECKER; BECKER, 2014.

representante do discurso religioso, do ponto de vista filosófico, o eleito foi Voltaire.

Dispensando grandes apresentações, François Marie Arouet, conhecido como Voltaire, nasceu no dia 21 de novembro de 1694 e faleceu no dia 30 de maio de 1778. Um dos mais influentes escritores do século XVIII, conhecido como pensador e figura igualmente controversa, foi inclusive exilado da França por Felipe de Orleães, regente entre 1715-1723.²⁴⁶

O francês considerava insustentável aceitar a ideia de que até mesmo a tragédia de Lisboa teria vindo, em alguma medida, “para o bem”.²⁴⁷ Ainda no ano de 1755, começou a trabalhar na obra que se tornaria a resposta intelectual para a catástrofe, o seu *Poeme sur le désastre de Lisbonne* ou, *Poema sobre o desastre de Lisboa*, composto por 180 versos e cuja primeira publicação data de dezembro daquele ano.²⁴⁸

Voltaire começava seu poema mostrando a fragilidade dos homens frente aos acontecimentos em Portugal. Para na sequência apresentar seu incômodo frente aos que afirmavam que “estaria tudo bem”. Ao retratar o cenário de completa destruição deixado pelo terremoto, o filósofo não vê espaço para uma interpretação otimista sob qualquer ótica imediata:

Ô malheureux mortels! ô terre déplorable!
 Ô de tous les mortels assemblage effroyable!
 D’inutiles douleurs éternel entretien!
 Philosophes trompés qui criez : « Tout est bien » ;
 Accourez, contemplez ces ruines affreuses,
 Ces débris, ces lambeaux, ces cendres malheureuses,

²⁴⁶ Informações mais detalhadas podem ser encontradas em: FRANÇOIS MARIE AROUET (Voltaire). Disponível em <http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=825261>. Acesso em: 10 ago. 2015.

²⁴⁷ PAICE, 2010, p. 218.

²⁴⁸ CATALÁN, 2009, p. 196.

Ces femmes, ces enfants l'un sur l'autre entassés.²⁴⁹

Ao partir desse ponto, Voltaire começa a tentar entender quais seriam os questionamentos que pairavam sobre as cabeças dos sobreviventes, principalmente deixando entrever sua inquietação quanto à explicação religiosa que parecia predominar em Portugal:

Direz-vous : « C'est l'effet des éternelles lois
Qui d'un Dieu libre et bon nécessitent le choix ? »
Direz-vous, en voyant cet amas de victimes :
« Dieu s'est vengé, leur mort est le prix de leurs crimes ? »
Quel crime, quelle faute ont commis ces enfants
Sur le sein maternel écrasés et sanglants?²⁵⁰

Analisando o poema, o historiador Edward Paice argumenta que, em sua interpretação, Voltaire não estaria questionando a existência divina em si. A crítica se dirigia especialmente ao otimismo característico de período, defendido nas obras **Teodicéia**, publicada em 1710, por Gottfried Wilhelm Leibniz e **Ensaio sobre o homem** de Alexander Pope, publicada em 1733-34. Ambos defendiam que “este é o melhor dos mundos possíveis”. Mesmo que em alguns aspectos os autores se diferenciasssem, a perspectiva metafísica e a mensagem moral de ambas as posições eram as mesmas: o mal propriamente dito não existe, o que é visto como mal particular é um bem na economia do todo, um todo harmonioso

²⁴⁹ AROUET, François. **Poeme sur le désastre de Lisbonne**. Londres: las éditions de Londre, 2011, p.8. Disponível em: <http://livre.immateriel.fr/fr/read_book/9781909053182/#pct0> Acesso em 15 ago. 2015.

Tradução nossa: “Ó infelizes mortais! Ó Terra deplorável!

Ó espantoso conjunto de mortais!

De inúteis dores na eterna conversa

Filósofos iludidos que em vão gritais "tudo está bem",

Vinde pois contemplar estas espantosas ruínas!

Estes restos, estes farrapos, estas cinzas deploráveis”

²⁵⁰ AROUET, 2011, p. 8.

Tradução nossa:

Dirão vocês "Efeito tal de eternas leis se colha

que de um Deus livre e bom carecem de uma escolha?"

Direis vós, ao ver a pilha de mortos:

Deus está vingado; suas mortes os fizeram pagar por seus crimes?"

Que crime haviam cometidos estas crianças,

esmagadas e sangrando em seio maternal?

criado por um Deus bom e Todo-Poderoso; sendo assim, devemos nos conformar e não praguejar contra os céus, visto que essa é a posição no universo que nos cabe, e assim que deve ser, assim é o melhor. Essa era uma das principais perspectivas a respeito da questão do mal, a de que ele não correspondia a existente, mas tratava-se simplesmente da ausência do bem²⁵¹.

Portanto, apesar do peso da destruição vivida por Lisboa, aquele era o melhor cenário possível. A respeito da crítica de Voltaire a tal posicionamento, destaca Paice:

Voltaire aparentemente quis deixar claro que não estava questionando a existência da Divina Providência; seu argumento era que “nem tudo está ordenado de modo a promover nossa felicidade presente” [...]. Eram o fatalismo e a passividade implícitos na doutrina do “tudo está bem” que ele reprovava como “simplesmente um insulto ao sofrimento em nossas vidas”²⁵²

Nas palavras de Voltaire:

Ainsi du monde entier tous les membres gémissent:
Nés tous pour les tourments, l'un par l'autre ils périssent :
Et vous composerez dans ce chaos fatal
Des malheurs de chaque être un bonheur général !
Quel bonheur ! Ô mortel et faible et misérable.
Vous criez « Tout est bien » d'une voix lamentable,
L'univers vous dément, et votre propre cœur
Cent fois de votre esprit a réfuté l'erreur.
Éléments, animaux, humains, tout est en guerre.
Il le faut avouer, le mal est sur la terre.²⁵³

²⁵¹ AQUINO, Jefferson. Leibniz e a Teodicéia: O problema do mal e da liberdade humana. **Philosophica**, Lisboa, vol. 28, p. 49-66, 2006, p. 51.

²⁵² PAICE, 2010, p. 219.

²⁵³ ARQUET, 2011, p.12.

Tradução nossa: Assim do mundo inteiro seus membros gemem;
Nascidos para o tormento, uns por outros perecem
e vós arranjareis, nesse caos fatal,
do mal de cada ser, ventura universal!
Que ventura! Ó mortal, que és fraco e miserável!
Gritais: "Tudo está bem" e a vós é lamentável,
o mundo vos desmente e vosso coração
cem vezes vos refuta a errada concepção.
Humanos, animais, tudo está em guerra
É preciso confessar que o mal está na terra.

É interessante perceber que apesar da perspectiva pessimista, a presença divina é sempre exaltada por Voltaire. O questionamento do filósofo não é sobre a importância de Deus, já que d'Ele emana toda a criação e mesmo o sentido que a explica:

La nature est muette, on l'interroge en vain ;
 On a besoin d'un Dieu qui parle au genre humain.
 Il n'appartient qu'à lui d'expliquer son ouvrage,
 De consoler le faible, et d'éclairer le sage.
 L'homme, au doute, à l'erreur, abandonné sans lui,
 Cherche en vain des roseaux qui lui servent d'appui.²⁵⁴

Ao final do poema, Voltaire mais uma vez destaca a fragilidade humana frente à natureza e à Providência:

Je suis comme un docteur; hélas! je ne sais rien.
 Platon dit qu'autrefois l'homme avait eu des ailes,
 Un corps impénétrable aux atteintes mortelles ;
 La douleur, le trépas, n'approchaient point de lui.
 De cet état brillant qu'il diffère aujourd'hui!
 Il rampe, il souffre, il meurt ; tout ce qui naît expire;
 De la destruction la nature est l'empire.
 Un faible composé de nerfs et d'ossements
 Ne peut être insensible au choc des éléments ;
 Ce mélange de sang, de liqueurs, et de poudre,
 Puisqu'il fut assemblé, fut fait pour se dissoudre ;
 Et le sentiment prompt de ces nerfs délicats
 Fut soumis aux douleurs, ministres du trépas :

²⁵⁴ ARQUET, p. 2011, p. 14.

Tradução nossa:

À natureza muda, em vão se interroga;
 precisa-se de um Deus que ao gênero humano fale.
 Só ele poderá a sua obra explicar,
 ao fraco dar consolo e ao sábio iluminar.
 Sem ele, abandonado, erra, duvida e falha,
 o homem que busca em vão apoio numa palha.

C'est là ce que m'apprend la voix de la nature.²⁵⁵

O poema de Voltaire circulou em pouco tempo por toda a Europa.²⁵⁶ A obra parece revelar uma profunda e significativa consequência da catástrofe de Lisboa sentida no plano da mudança de mentalidades. Para Voltaire, o desaparecimento brutal de uma grande capital europeia, a morte de milhares de vítimas inocentes, a explosão cega das forças da Natureza, mostravam o erro das correntes otimistas²⁵⁷ que eram preponderantes na Europa do seu tempo.

Ao contrário dos otimistas, que insistiam na tese de que o mal e o sofrimento particulares contribuía para a completude e a harmonia de todo o universo, que em última instância resultara da melhor escolha que Deus pudera realizar, Voltaire defendia a existência dolorosamente real do mal e do sofrimento como componentes sombrios e irreduzíveis da experiência humana. Portanto, nenhuma teoria poderia consolar os lisboetas sofredores, ou dar-lhes uma razão válida para que, de entre todas as cidades do mundo, a desgraça os tivesse visitado com tamanha força.

Assim, enquanto os portugueses, aturdidos, faziam o trágico balanço e lançavam as mãos ao trabalho da reconstrução, o terremoto continuou a exercer o seu efeito de choque por entre as cortes, as academias e os centros culturais e científicos da iluminista e aristocrática Europa setecentista.

²⁵⁵ ARQUET, 2011, p. 15.

Tradução nossa:

Mesmo sendo um doutor, nada sei.

O homem, disse Platão, já teve asas; e mais:

Impenetrável corpo às agressões mortais

A morte, a dor, não vinham ao seu lado

Quão diferente ele é hoje neste brilhante estado!

Rasteja, sofre, morre; e assim quando se gera;

na destruição a natureza impera.

Frágil composto, já que de nervos e ossos é feito

e em qualquer colisão de elementos rotineira;

tal mistura de sangue e líquidos e pó,

para se dissolver se reuniu tão só;

e em seu pronto sentir os nervos delicados

se submetem à dor, ministra de finados:

da voz da natureza é quanto me asseguro.

²⁵⁶ CATALÁN, 2009, p. 197.

²⁵⁷ PAICE, 2010, p. 221.

CAPÍTULO 3 – SOBRE AS VANTAGENS QUE O REINO DE PORTUGAL PODE TIRAR DA SUA DESGRAÇA: O TERREMOTO ENQUANTO JUSTIFICATIVA POLÍTICA

3.1 PRIMEIRAS DISCUSSÕES

Até o momento, buscamos traçar as linhas que compuseram o cenário português em meados da primeira metade do século XVIII, quando um terrível cataclismo acabou por favorecer a emergência de novos parâmetros para a modernidade lusa.

Como visto, o terremoto de 1755 legou a Portugal muito além de prédios devastados e vidas perdidas. A destruição de portos e armazéns trouxe consigo o endividamento da maioria dos comerciantes da capital, cuja rede de negócios dependia, em grande parte, de mercadores ingleses que faziam negócios tanto com Portugal, quanto com sua colônia, o Brasil. A devastação, aliada ao congelamento de preços e ao recolhimento de víveres para armazéns comuns administrados pela Coroa, tornava difícil a recuperação dos comerciantes locais e, conseqüentemente, o pagamento de dívidas, ampliando ainda mais as conseqüências do desastre.²⁵⁸

Esses foram alguns dos complicadores com os quais o governo Josefino teve que lidar logo em seus primeiros anos. Era preciso mostrar vigor na tentativa gradual de resolver os problemas. Nesse contexto, o terremoto pode ser definido como um precipitador de reformas que tiveram de ser postas em prática de imediato.

O programa implementado por Carvalho e Melo buscava reerguer Lisboa, transformando-a em uma *verdadeira obra prima do planejamento urbanístico iluminista*.²⁵⁹ A questão, entretanto, não era meramente arquitetônica. A

²⁵⁸ BOXER, 2002, p. 193.

²⁵⁹ CANAVEIRA, Manuel. Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou. **Camões** - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, p. 128-140, 2003, p. 129.

reformulação pretendida por Sebastião José deveria ir ao âmago da sociedade. O historiador português José-Augusto França destaca que as reformas pombalinas abarcaram desde o ensino para os nobres, a estruturação econômica, todo um conjunto novo de legislações, o ensino de artes, a organização militar e a progressão social que se atrelava a uma nova percepção da sociedade.²⁶⁰

É sob esse contexto que buscamos refletir ao longo do capítulo. Para tanto, buscamos analisar a visão de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre a tragédia de Lisboa e como tal catástrofe poderia ser propícia para reformular profundamente o Estado luso. Para isso, apresentaremos uma análise detalhada de um escrito assinado pelo próprio Carvalho e Melo, intitulado *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça, por ocasião do terramoto do 1º de novembro de 1755*, que compõe uma parte dos manuscritos já utilizados sob o título de *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*.

Devemos considerar ainda que o documento em si não é datado. Contudo, alguns indícios apontam para uma data aproximada de sua transcrição. O primeiro deles, é que teria sido encontrado na biblioteca pessoal do desembargador de Gamboa, em Cabo Verde, no ano de 1783, um ano após a morte de Pombal.²⁶¹ Além disso, Sebastião José de Carvalho e Melo assina o documento como *Marquês de Pombal*, o que indica que o discurso foi proferido entre 1769 e 1777, quando enfim deixa a política portuguesa.²⁶²

²⁶⁰ FRANÇA, José-Augusto. Reflexão sobre a Lisboa de Pombal. **Camões** – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, p. 119-127, 2003, p. 120.

²⁶¹ Essa informação está contida no preâmbulo do documento. Cf. MELO, 1861, Tomo II, p. 97.

²⁶² CORREIA, 2003, p. 215. Em 6 de Junho de 1759, Carvalho e Melo recebe do rei D. José I o título de Conde de Oeiras. No ano de 1769, é outorgado a Sebastião José o título de Marquês de Pombal, sua maior titulação nobiliárquica.

3.2 PARA ALÉM DAS COMPETÊNCIAS – A APROXIMAÇÃO DE CARVALHO E MELO COM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO REINO

No capítulo anterior, demonstramos algumas visões e algumas medidas práticas providenciadas pelo monarca e seus ministros frente ao Grande Terremoto de 1755. Como visto, a configuração das secretarias de Estado era a seguinte: Pedro da Mota e Silva na Secretaria de Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo na Secretaria de Negócios do Estrangeiro e da Guerra, e Diogo Mendonça Corte-Real²⁶³ para a Secretaria da Marinha e Ultramar.²⁶⁴

No entanto, ainda em 1750 o monarca já enfrentava problemas com tal formação. O secretário responsável por auxiliar diretamente o monarca, Pedro da Mota e Silva, encontrava-se doente e impossibilitado de exercer efetivamente as funções de seu cargo:

Pedro da Mota era homem de idade provecta [avançada], cansado de trabalhos, enfraquecido pela doença pertinaz, que durante os últimos 10 anos lhe não consentia sair de casa. A sua cooperação no gabinete era por isso quase nulla [...].²⁶⁵

Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo se aproximou significativamente de Pedro da Mota, buscando seus conselhos e assumindo muitas vezes suas funções, como comenta o historiador João Lúcio de Azevedo:

A mesma devoção [...], Carvalho demonstrava agora ao inválido Pedro da Mota. Com ele se desvelava em manifestações de respeito e carinho. Destas foi o elegê-lo padrinho de um filho, no batismo. Afetava consulta-lo em tudo; e sob pretexto de o aliviar de trabalho, excessivo

²⁶³ As informações sobre seu nascimento e morte são extremamente difusas, já que é homônimo de seu pai, que atuou como Secretário de Estado do Reino, entre 1704 e 1736, quando faleceu. Cf. GARCIA, 2010, p. 98.

²⁶⁴ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 54.

²⁶⁵ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 55. No trecho “os últimos 10 anos”, os autores se referem aos anos de 1740 a 1750. Pedro da Mota e Silva, secretário do Reino no governo de D. João V, manteve seu cargo quando o filho do monarca, D. José I decidiu reformular os cargos propostos por seu pai.

para os seus anos e achaques, avocava a si as atribuições do velho ministro [...].²⁶⁶

Como é possível perceber, mesmo antes do terremoto, Sebastião José vinha se aproximando do monarca gradualmente, por vezes ultrapassando suas funções oficiais. Com o terremoto de 1755, Pedro da Mota e Silva teve seu estado de saúde agravado a ponto de levá-lo a morte²⁶⁷, nos dias seguintes ao dia ocorrido. Em meio a um momento de desarticulação e caos, o cargo de primeiro ministro, que antes competia à uma pessoa pouco ativa, agora se encontrava vazio. Foi nesse contexto que Sebastião José de Carvalho e Melo assumiu a Secretaria de Negócios do Reino se consolidado, aos olhos de D. José I, como seu principal e imprescindível ministro.

O curso dos acontecimentos acabou se revelando decisivo para a trajetória política de Carvalho e Melo. A doença e posterior falecimento de Pedro da Mota e a apatia de Diogo Mendonça Corte-Real, colaboraram para que a atuação de Sebastião José ganhasse ainda mais destaque aos olhos reais. Nuno Gonçalo Monteiro descreve da seguinte forma esse contexto:

[...] do primeiro de novembro de 1755, e o que fizeram os Secretários sem pasta? Antônio da Costa Freire, foi com a sua família para a sua quinta em Santarém; Estevão Pinto abarracou-se com a sua na Quinta de Campolide [Lisboa] [...]; e Diogo Mendonça, em disposição da sua acomodação e em não faltar mandar sopas feitas pela sua Holandesa à rainha, passava o tempo deixando pouco para assistir a seu Amo. E o que faria Sebastião José? Deixou sua mulher e filhos nas Ruínas do Palácio da Rua Formosa [...] e foi por caminhos entulhados de paredes caídas ver a seus Amos, e animando-os muito, o que não acharam em outro algum Criado; ficou ao lado El-Rei, dando muitas providências.²⁶⁸

Contudo, o jogo político pela proximidade e influência real continuou em movimento. Se entendermos as cortes como nos propõe o historiador Marcos

²⁶⁶ AZEVEDO, 2004, p. 132.

²⁶⁷ PINTO CARDOSO, 2013, p. 38.

²⁶⁸ MONTEIRO, 2006, p. 107. A expressão “Secretários sem pasta” se refere a homens importantes ou influentes na corte portuguesa, que até poderiam ter alguma proximidade do Rei, mas que não exerciam oficialmente cargos públicos, ou que naquele momento já haviam passado o cargo adiante.

Antônio Lopes como sendo um cenário de maquinações e conflitos constantes, ou seja, um ambiente dinâmico²⁶⁹, as atitudes seguintes de Diogo de Mendonça são condizentes com o jogo político da época. Corte-Real passou a ocupar-se em diversos jantares pessoais em que se dedicava a lamentar os erros de administração que El-rei cometia em virtude das orientações equivocadas de Carvalho e Melo e, conversa após conversa, deixava claro a sua preferência de que seu colega fosse substituído por outro de maior competência.²⁷⁰

Assim, quando passou a ser discutido nas cortes lusitanas quem deveria assumir oficialmente as funções de Pedro da Mota, Corte-Real teria sugerido e apoiado o nome de Antonio Freire de Andrade Encerrabodes²⁷¹, o que manteria um aliado político ao seu lado e sua própria secretaria intactos, além de afastar Carvalho e Melo das pastas oficiais. Somava-se também ao posicionamento de Corte-Real, o apoio do comerciante Martinho Velho da Rocha Oldenburg (c. 1720 – 17--) filho de Félix Oldenburg, a quem havia sido concedido o exclusivo de transporte para o Oriente, em 1753²⁷², bem como de outros nomes, como nos revela o historiador Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda:

O primeiro passo no sentido de garantir uma alternativa ao poder de Carvalho e Mello acabou sendo dado pelo desembargador e conselheiro da fazenda António da Costa Freire. Com a ajuda dos Duques de Aveiro e de Lafões, Marqueses de Angeja, de Marialva e do Conde de São Lourenço [...] traçou um plano emergencial de governo. Curiosamente, circularam boatos de que o apresentou sob a designação de Junta da Providência.

Encarregou-se o comerciante Martinho Velho Oldemberg de expor a ideia aos pés do trono. Mais tarde, também se terão manifestado a seu

²⁶⁹ LOPES, Marcos Antônio. **O imaginário da realeza: cultura política nos tempos do absolutismo**. Londrina: Eduel, 2012, p. 86.

²⁷⁰ AZEVEDO, 2004, p. 162.

²⁷¹ MIRANDA, Tiago. António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783) no espelho de Pombal. Disponível em <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2596783.pdf>. Acesso em: 03 de fev, 2015, p. 94. Encerrabodes foi o mesmo indivíduo que substituiu Sebastião José de Carvalho e Melo na corte inglesa quando este foi mandado em missão especial para Viena em 1744, e que, ao momento do terremoto, estaria em missão nas Províncias Unidas (atuais Holanda e Bélgica). Seu sobrenome pode aparecer com e sem o hífen (Encerra-bodes ou Encerrabodes).

²⁷² CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura**, 1810-1842. Vol. I. Porto: edições eletrônicas CEAUP, 2007, p. 23.

favor Manoel de Guimarães, os barbadinhos italianos Clemente e Iluminato, assim como Manoel António de Carvalho e Albuquerque.²⁷³

D. José I, dividido entre conselhos e lamúrias, pareceu preferir manter Carvalho e Melo, um dos funcionários mais assíduos e fiéis do monarca.²⁷⁴ Mas, a decisão do rei iria além do âmbito de mera confiança. O monarca tinha clareza que só haveria alguma possibilidade de Portugal sobreviver ao caos em que fora lançado se mantivesse a exploração eficaz do Brasil. Por sua vez, Carvalho e Melo havia demonstrado preocupação com a fiscalização efetiva das riquezas da colônia desde seus primeiros dias como secretário, visando rigor no monitoramento de saída de produtos e ouro do solo brasileiro. Carvalho e Melo teria defendido que “a reconstrução de Lisboa seria muito fácil, enquanto as minas de ouro e diamantes continuassem sob domínio lusitano”.²⁷⁵

A convergência sobre a importância da colônia era, sem dúvida, mais um ponto de aproximação com o monarca.²⁷⁶ E parece ter pesado positivamente na confirmação de seu lugar político. Em 4 de maio de 1756 D. José nomeou Carvalho e Melo para sua nova função: a de Secretário de Estado dos Negócios do Reino.²⁷⁷

A chegada oficial ao cargo parece ter provocado maior rejeição a Sebastião José por parte de Diogo Mendonça Corte-Real e seus aliados que passaram a acusá-lo de agir indevidamente, se apossando de provisões da coroa, desde o período em que estivera em Londres.²⁷⁸ Contudo, o fiel da balança pendeu a favor de Carvalho e Melo e, em 30 de agosto de 1756, o monarca decretou que Diogo de Mendonça Corte Real, estava destituído da função de secretário de Estado da Marinha e Ultramar, que teria o período de três horas para sair de Lisboa e se encaminhar para a distância mínima de 40 léguas, sendo vetado seu retorno sob

²⁷³ MIRANDA, Tiago. O governo português e a companhia de Jesus no quadro da aliança com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757). In. **Lusitania Sacra**. Lisboa: 2. série, Tomo V, p. 251-297, 1993, p. 287.

²⁷⁴ AZEVEDO, 2004, p. 126

²⁷⁵ BOXER, 2002, p. 193.

²⁷⁶ CARDOSO, José; CUNHA, Alexandre. Discurso Econômico e Política Colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Revista Tempo**. v. 17, n. 31, 2012. p. 74-75.

²⁷⁷ MONTEIRO, 200X, p.110.

²⁷⁸ MIRANDA, 2004, p. 99-100.

qualquer pretexto.²⁷⁹ Exilado primeiramente em um território no interior, foi transferido para Mazagão²⁸⁰ e terminou sua vida em um mosteiro em Peniche, 100km ao norte de Lisboa.²⁸¹

Haviam agora duas secretarias vagas, a deixada por Corte-Real e a Secretaria de Negócios do Estrangeiro e da Guerra, antes ocupada por Carvalho e Melo. Foi o próprio Sebastião José quem sugeriu D. Luís da Cunha Manuel (1703-1775), sobrinho e homônimo de um dos padrinhos políticos de Carvalho e Melo. Já o cargo de Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar foi entregue a Tomás António da Costa Corte-Real.²⁸²

Com a nova composição, Carvalho e Melo alcançou um lugar de prestígio único, tornando-se o valido de D. José I. Contudo, ainda era um homem com o qual a nobreza não se identificava, seguia sendo um “comedor da broa de Soure”.²⁸³ Cabe lembrar que o cargo de Secretário do Reino não conferiu à Sebastião José qualquer título nobiliárquico, por mais que tenha adquirido certos “poderes” na política lusitana. Aos olhos de seus oponentes este ainda não dialogava em um mesmo patamar.

3.3 O REI ESCOLHE O SEU MINISTRO E A CORTE LAMENTA: O VALIMENTO DE CARVALHO E MELO E O CASO DO PORTO

A monarquia portuguesa, assim como as demais ao longo da Europa, construiu no seu em torno uma corte composta por uma seleção de indivíduos atrelados entre si e regidos por códigos próprios de convivência e civilidade.²⁸⁴ Por se tratar de grupo fechado, a convivência com indivíduos estranhos a esse universo era

²⁷⁹ BARRETO, António. **Marquês de Pombal**: catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, p. 349.

²⁸⁰ Território português na África. Atualmente, a localidade fica na cidade de El Jadida, no Marrocos.

²⁸¹ AZEVEDO, 2004, p. 164.

²⁸² MATTOSO, José. **História de Portugal**: O Antigo Regime (1620-1807). Vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 160.

²⁸³ Sobre expressão, Cf. p. 32, nota 80.

²⁸⁴ ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 8

algo pouco tolerado. Do ano de 1756 em diante, a nobreza portuguesa se viu obrigada a conviver com Sebastião José de Carvalho e Melo, alguém externo ao grupo, contudo, o mais importante ministro aos olhos do rei. A imagem do monarca estava amplamente conectada ao de seu ministro. Sebastião José tinha se tornado um *Valido*.

Sobre esse tipo de funcionário régio, o historiador Ricardo de Oliveira explica que, na verdade, o valido compunha um outro organismo dentro da dinâmica cortesã característica do Antigo Regime. Segundo o pesquisador,

[...] o valimento pode ser considerado um fenômeno múltiplo, inerente à vida política europeia que, principalmente a partir de meados do século XVI, se generalizou e assumiu um lugar de destaque no processo de construção do Estado ao longo dos séculos seguintes. Devemos lembrar que havia naquelas sociedades, inerente à forte hierarquização social vigente, uma verdadeira gradação de validos, ou melhor, uma hierarquia dentro da hierarquia em que as possibilidades maiores ou menores de prestígio passaram a necessariamente depender da maior ou menor proximidade que se tinha em relação ao monarca.²⁸⁵

De inspiração hispânica, o valido tornou-se uma figura extremamente comum na política portuguesa da Idade Moderna.²⁸⁶ É necessário destacar que Carvalho e Melo não foi o único valido lusitano e tampouco é possível afirmar que foi o mais influente ou mais importante da história de Portugal. Além disso, a própria função de valido não garantia estabilidade plena, como foi o caso de Alexandre Gusmão e do Cardeal da Mota, ambos validos de D. João V, em momentos distintos de seu reinado²⁸⁷. Alexandre Gusmão. Entretanto, Gusmão ou o Cardeal da Mota²⁸⁸ participavam mais ativamente do ambiente cortesão, algo menos comum a

²⁸⁵ OLIVEIRA, Ricardo. Entre reis e rainhas: valimentos, favoritismos e disputas políticas na Europa do século XVII. In. **Dimensões**, vol. 26, p. 216-238, 2011, p. 218.

²⁸⁶ DANTAS, Vinícius. **O Conde de Castelo Melhor**: o valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667). 2009. 293f. Dissertação. UFF, p. 92-93.

²⁸⁷ SERRÃO, Joaquim. **História de Portugal** – 1640-1750. Vol. V. Lisboa: Editorial Verbo, 1980, p. 266-267.

²⁸⁸ Os exemplos de outros validos no Portugal pós-Restauroação são muitos. Contudo, a escolha por essas duas figuras se deu ao fato de ambos já terem sido citados anteriormente neste trabalho. Cf. cap.1, p.18.

Sebastião José, o que tornava sua presença ainda menos apreciada pelas tradicionais famílias lusas.

De fato, é essencial compreender que o valimento era dinâmico e diferente da posição de Secretário de Estado. Ele simbolizava aquele que tinha mais confiança e despachava diretamente junto ao rei. Suas atribuições superavam em muito àquelas dos processos regulares dos conselhos e secretarias. Ademais, é destacável o fato de que, geralmente, poderiam operar fora dos mecanismos institucionais estabelecidos, o que explica o lugar de destaque que assumem na política local.²⁸⁹

A oposição a Carvalho e Melo parece ter ganhado corpo no levante na cidade de Porto, em 1757, em virtude do estabelecimento da Companhia de Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro (1756). Desde a Idade Média, os vinhos da região do Douro (norte de Portugal) já eram notáveis no cenário lusitano.²⁹⁰ De fato:

Entre 1700 e 1730 cresce a exportação para Inglaterra. É no século XVIII, que o tratado de Methuen celebrado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, ajuda esse fluxo mercantil [...]. A produção, estimulada pela crescente procura e pelos altos preços praticados tenta acompanhar as exigências do mercado. A mira de mercados fáceis levou os durienses a eliminar outras culturas e dedicar-se quase exclusivamente ao cultivo da vinha. Começou aqui a monocultura do Douro.²⁹¹

Não apenas os vinhos comuns, como aqueles fortificados com aguardente (o *Vinho do Porto*) passaram a dominar os portos do norte de Portugal e tornaram-se a principal produção da região.²⁹² O cenário seria alterado no final da década

²⁸⁹ OLIVEIRA, 2009, p. 211. Deixando claro que são situações distintas na prática, o valimento não constituía nenhum tipo de cargo oficial dentro da burocracia lusitana. Sebastião José de Carvalho e Melo despachava como Secretário de Estado, por mais que todos na corte soubessem que sua função extrapolava os limites que o cargo definia. Sendo assim, na continuidade deste trabalho, válido e Secretário de Estado serão sinônimos ao se tratar de Sebastião José pois, oficialmente, era o cargo possuía.

²⁹⁰ GONÇALVES, Acélia. Murmúrios do Douro. In. **Estudos & Documentos**. Douro nº 22,p.312-343, 2007, p. 313.

²⁹¹ GONÇALVES, 2007, p. 315.

²⁹² MARTINS, João. **O prazer do vinho do porto**. Alfragide: Livros d'Hoje, 2001, p. 70.

de 1730 e início da década de 1740, quando os vinhos portugueses começaram a sofrer alguma resistência na corte britânica, fazendo as exportações caírem de maneira contínua ao longo dos anos seguintes.²⁹³

O pesquisador luso António Barros Cardoso aponta que o mercado britânico reclamava, em particular da queda de qualidade dos vinhos portugueses, justificando a procura pelo produto em outros mercados da Europa. Segundo ele,

A partir daí [1739], nota-se um certo decréscimo nas importações londrinas, compensado pelas importações através de outros portos das ilhas britânicas que, a partir de 1752, igualaram e por vezes ultrapassam mesmo as descargas de vinho do Porto no cais londrino. Fica claro que o exigente mercado da capital britânica foi o primeiro a acusar alguma perda de qualidade aos vinhos do Douro, funcionando o crescimento das importações por parte dos outros portos ingleses como compensação de tais perdas²⁹⁴.

Carvalho e Melo se envolveu pessoalmente na tentativa de restaurar o outrora lucrativo comércio anglo-lusitano, apresentando ao monarca as diversas petições de *homens bons* e até mesmo de comunidades religiosas que solicitavam a D. José I que olhasse a região e os ajudasse a recuperar a monocultura da vinha e as exportações.²⁹⁵

Em seguida, encaminhou as petições para a Câmara do Porto, recebendo como resposta que, de maneira geral, os principais problemas do comércio eram os seguintes: excesso de produção e plantio, fator que afetava diretamente os lucros obtidos pelos lavradores; segundo, a competição de transporte com os navios ingleses, que aportavam e levavam o produto sem se valer de mão de obra local; e por fim, constatam que a Coroa deveria ter mais vigilância sobre a

²⁹³ SOUSA, Fernando. O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757). In. **Camões**. Lisboa, n.15-16, p. 42-52, 2003, p. 44.

²⁹⁴ CARDOSO, António. O porto e o comércio do vinho – dos alvares de Setecentos à instituição da Real Companhia (1756). **Revista faculdade de Letras**. Porto, Série III, Vol. 2, p.107-128, 2001, p. 118.

²⁹⁵ CARDOSO, António. A normalização do comércio de vinhos do Douro - da "crise" comercial de 1754 à Instituição da Companhia dos Vinhos. In. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, III série, vol. 3, p. 63-95, 2002, p. 68.

região, plantio e confecção dos vinhos para que voltassem a ser atraentes ao mercado internacional.²⁹⁶

De posse das demandas, em 1756 o ministro decidiu instaurar a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, buscando com ela intensificar a regulamentação dos preços, organização de alguns processos da produção, da demarcação correta das terras, com vistas à proteção econômica da região do Douro, evidenciando uma intensa intervenção do Estado:

Ela foi uma companhia tipicamente pombalina: monopolista e com estatutos semelhantes aos das outras companhias criadas e o vinho era o artigo mais importante do comércio português do século XVIII, não contando os produtos coloniais, representando 80% das exportações do país. Além disso, a cultura e o transporte do vinho do Porto envolviam muitos outros setores da população²⁹⁷

A Companhia foi implementada no dia 10 de setembro de 1756 e que, ao contrário de outras empreitadas, não foi completamente pacífica.²⁹⁸ O congelamento de preços, a demarcação imposta das áreas que seriam produtoras, o exclusivismo de vendas saindo das tabernas e dos produtores para o Estado e o aumento substancial da fiscalização das ações comerciais foram executadas de forma pragmática, dura e em certa medida até severa.²⁹⁹

Excluída do processo, a aristocracia local observou com desconfiança as atitudes de Carvalho e Melo e viram seus principais interesses passarem todos para a mão do Estado. Concomitantemente, comerciantes locais, armazenistas, consumidores e tabernistas também viram seus interesses afetados, culminando na instauração de um motim contra a Companhia de Comércio. O pesquisador português Francisco Ribeira da Silva descreve o cenário da seguinte forma:

²⁹⁶ CARDOSO, 2002, 69-72.

²⁹⁷ JÚNIOR, Leovigildo. Pombal e o negócio do vinho do Porto. In. **Leituras de Economia Política**. Campinas, n.9, 149-174, dez. 2001, p. 152.

²⁹⁸ Como a instauração da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão no Brasil, que foi posta em vigor sem que houvesse nenhum levante, apenas algumas reclamações quanto a condução da mesma. Cf. SOUSA, 2003, p. 45-46.

²⁹⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 139

Sinal inequívoco das oposições crescentes foi o eclodir do motim de 23 de fevereiro de 1757 que, no fundo, não passou de uma marcha de protesto, violenta mais de palavras e ameaças do que de ações concretas. Mas o Poder classificou-o implacavelmente como crime de lesa-majestade e fê-lo punir como tal. Em consequência, os dirigentes da plebe portuense foram eliminados e a cidade foi colocada em estado de sítio [...]³⁰⁰.

A despeito das oposições, a Companhia de Comércio continuou a existir e centralizar os negócios do vinho do Porto até 1838.³⁰¹ Assim como no episódio que envolveu Corte-Real, graças a confiança do rei, Carvalho e Melo saiu fortalecido e vitorioso contra a aristocracia local tradicional que se opôs à Companhia. Em Lisboa, sua figura ganhava mais destaque e, o quanto ainda fosse possível, era mais e mais associada à de D. José I.

3.4 SALVE O REI! O ATENTADO ARISTOCRÁTICO E O PROCESSO DOS TÁVORAS

As atitudes consideradas autoritárias na região do Porto com outros aristocratas e crescente confiança de D. José I em seu principal ministro começavam a ameaçar os interesses de outros membros da nobreza lusitana. Tal cenário, aliado com uma série de boatos sobre o envolvimento amoroso do rei com a filha e herdeira dos Távoras foram fatores decisivos para tornar a situação entre monarca e nobreza ainda mais complicada. É o que vai ser brevemente discutido nesta seção do trabalho.

³⁰⁰ SILVA, Francisco. Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna. In. **Revista Douro, Estudos & Documentos**, Porto, nº 4, GEHVID, p. 167-192, 1997, p. 190.

³⁰¹ SOUSA, Fernando. **O Vinho do Porto em Gaia e Companhia**. Porto: CEPSE, 2005, p.15.

3.4.1 A força da boataria: Os rumores sobre Carvalho e Melo e a opinião da Corte

Como visto, desde a nomeação do novo secretário do reino em meados da década de 1750, D. José I convivia em um cenário de descontentamento por parte da corte portuguesa. Por outro lado, os jesuítas cobriam o ministro com olhares de desconfiança, principalmente após a instauração e práticas da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756). Os objetivos principais dessa empresa eram o desenvolvimento de uma classe mercantil competitiva na região e a concessão da exploração e comércio local para grupos escolhidos ou indicados por Carvalho e Melo. *Grosso modo*, a exploração da região passou das mãos dos jesuítas para as mãos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José.³⁰²

Além disso, os jesuítas também se mostravam incomodados com a presença de um ministro cético e pragmático orientando as ações de D. José I, sugerindo de maneira velada que o monarca repensasse sua escolha e deflagrando discursos religiosos contra Carvalho e Melo que foram gradualmente tornando-se mais agressivos.³⁰³

Se não era possível ir diretamente contra o ministro, graças a proteção real, era necessária uma outra ferramenta. A nobreza então se utilizou de algo comum no Antigo Regime: os rumores. Era preciso depreciar Carvalho e Melo e enfraquecer sua relação com o monarca, e a corte era um ambiente propício à propagação de suposições. Respeitando o ambiente cortesão e seus rituais, os boatos atuavam reforçando a integridade do grupo nobiliárquico e a coesão deste

³⁰² MAXWELL, 1996, p. 59-60.

³⁰³ DOMINGUES, 1963, p. 193-194.

grupo³⁰⁴ frente ao secretário de estado, até que sua situação se tornasse insustentável.

Dentre os diversos rumores que tinham como alvo Carvalho e Melo, dois podem ser apontados como os principais entre os jesuítas: por um lado, ele era acusado de possuir uma postura de pragmatismo e mesmo de ateísmo, por ter impedido a igreja de enterrar os mortos no período pós-terremoto desrespeitando os rituais fúnebres que consideravam adequados. Por outro lado, o ministro era visto como a figura que desencorajava o monarca a conceder o auxílio e as penitências públicas que a Companhia de Jesus buscava implementar na sociedade.³⁰⁵

Já entre os cortesãos, acusavam-no de ter forjado sua fidalguia enganando simultaneamente a corte e D. José I. Acusavam o avô de Carvalho e Melo teria se apoderado de bens e fortunas alheias se aproveitando de heranças incertas e manobras jurídicas para transformar a família em fidalga³⁰⁶, reforçando ainda mais que o ministro não merecia a confiança da qual era agraciado, tampouco a parca fidalguia que detinha à época.

Essa acusação é reproduzida pelo advogado lusitano Francisco Xavier Teixeira de Mendonça em um manuscrito intitulado *Carta que de Portugal se escreveu a um grande de Espanha* no ano de 1756, da qual o pesquisador Nuno Gonçalo Monteiro traz à luz um interessante trecho que exemplifica a questão:

Para este Ministro melhor enganar e persuadir ao Rei, de que em tudo obra desinteressado, buscou a ideia de fazer juntas sobre a maior parte dos negócios [...], e sucedendo manda-lo Sua Majestade ouvir alguns Ministros determinados, que não são da sua facção, ou se não subordinavam a votar como ele deseja, introduz arrazoados contra os seus votos feitos à revelia para os conhecer e capitular com sua Majestade de ignorantes [...]. Sua intenção é, e foi sempre senhoriar-

³⁰⁴ O sociólogo alemão Norbert Elias, ao trabalhar sobre fofoca presente em um ambiente de status diferentes, afirma que isso tornaria seus membros mais integrados quando precisassem afirmar ou negar algum tipo de informação, no caso aqui descrito, informações depreciativas contra Carvalho e Melo. Diz que "O grupo mais bem integrado tende a focar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas reforçam a coesão existente nesse ambiente" (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 129).

³⁰⁵ DOMINGUES, 1963, p. 174, 193 e 194.

³⁰⁶ AZEVEDO, 2004, p. 158-159.

se de todos os negócios, introduzindo-se nos das outras secretarias, para que todos lhe digam dependência³⁰⁷.

É importante destacar que o mais importante não era exatamente a veracidade das acusações. O objetivo parecia ser pura e simplesmente denegrir a imagem de Carvalho e Melo.³⁰⁸

Fato é que os boatos envolvendo Carvalho e Melo e sua integridade começaram da sua nomeação como enviado especial e foram paulatinamente se intensificando e tomando ares cada vez mais agressivos. E na maior parte do tempo, Sebastião José assumiu uma postura defensiva, já que não era prudente enfrentar a corte. Conseguia ora ou outra obter um resultado a seu favor contra um ou outro nobre, como foi o caso de Diego de Mendonça Corte-Real, mas não era forte o suficiente para combater ao mesmo tempo em tantos *fronts*. Ele teria que esperar um momento propício para agir.

3.4.2 Os Távoras conspiram contra o rei

Endossando o coro de críticas ao válido do rei, estava a família Távora, uma das mais tradicionais e poderosas da história de Portugal. Suas raízes genealógicas são extremamente complexas e que se dividem entre Portugal e Espanha, cuja referência mais antiga é a concessão de territórios e benesses à família pelo monarca D. Afonso Henrique (D. Afonso I, 1109 –1185)³⁰⁹. Contudo, a primeira menção ao “Marquês de Távora” data de 1699.³¹⁰

³⁰⁷ MONTEIRO, 2008, p. 113. Em um trecho posterior, o jurista ainda acusa Sebastião José de separar os principais nomes da época (como o Inquisidor-geral Nuno da Silva Teles) e os colocar em serviços de desentulho ou outras coisas menos importante para que se distanciassem uns dos outros e não conseguissem fazer nada além de cumprir as ordem do rei enviadas via Carvalho e Melo.

³⁰⁸ OLIVEIRA, Pedro. Sociologia da fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano. In. **Anais ANPOCS**. Caxambu-MG, 2010, p.15.

³⁰⁹ TÁVORA, Pinheiro. Távora e Cunha na Península Ibérica e na Antiga América Portuguesa - roteiros genealógicas. In. **Revista do instituto do Ceará**. ANNO LXXXV, p. 11-96, 1971, p. 15.

³¹⁰ TÁVORA, 1971, p. 16-17. A família dos Távoras geralmente se valia de outras titulações, mas mantinha nome da família. A casa foi transformada em título pelo monarca D. Pedro II, avô de D. José I.

Na década de 1750, os marqueses de Távora eram três: D. Francisco de Assis (1703-1759), D. Leonor Tomasia de Lorena (1700-1759) e sua nora, D. Maria Teresa de Távora e Lorena (1723 17--)³¹¹. Descrevendo-os de maneira sucinta, Manuel Benavente Rodrigues relata que o marquês de Távora era

Homem culto e inteligente, bom pai, usa de alguma brandura na educação dos filhos, ao contrário de sua mulher, mais inflexível [...]. Em 1744, com a morte do pai Bernardo de Távora, a situação financeira da família degrada-se, dado a herança estar muitíssimo onerada [...] e só reúne os dotes para o casamento das duas filhas graças a magnanimidade do rei D. João V. Em 1750 [...] é nomeado Vice-Rei da Índia³¹².

Sobre a *Marquesa Velha*, Camilo Castelo Branco não mede elogios ao se referir a sua figura, descrevendo Leonor Tomasia como sendo mulher de extrema distinção na corte de D. João V, além de extremamente agradável e culta.³¹³ Manuel Benavente reforça os comentários sobre a marquesa, descrevendo-a como

Uma mulher de grande beleza e carácter, culta, altiva, caridosa, entendia sua condição como necessariamente luxuosa e obviamente gastadora [...], educada na corte do rei magnânimo [D. João V]. Quando sua vida social lhe permita [...], era uma excelente administradora dos bens da família.³¹⁴

Além de figuras tradicionais na corte lusa, os Távoras ocuparam-se de cargos importantes no ultramar português, o que garantia mais status para os marqueses. Além de vice-rei da Índia, Francisco de Assis ainda apresentava importantes possessões na região de Trás-os-Montes (nordeste de Portugal),

³¹¹ MARQUES, José. Voltaire e um episódio da história de Portugal. In **Mediações**: Revista de Ciências Sociais. Londrina, vol. 9, n.2, p.37-52, 2004, p. 44. D. Maria Teresa, casada com o filho dos Távoras D. Luiz Bernardo era chamada de “nova marquesa” ou apenas “a nova” para se distinguir de sua sogra.

³¹² RODRIGUES, Manuel. Grandes de Portugal no século XVIII. Inventários da casa de Távora, Atouguia e Aveiro (1758-1759). In. **Pecúnia**. León, núm. 11 (julio-diciembre), p. 27-59, 2010, p. 30.

³¹³ BRANCO, 1882, p. 4.

³¹⁴ RODRIGUES, 2010, p. 29.

eram completamente administradas pela família, já que construíram uma rede matrimonial segura e estável. O respeito adquirido por eles na corte era tamanho que as outras famílias por vezes evocavam seus nomes como símbolo de tradição e solidez.³¹⁵

Em um de seus últimos atos, D. João V teria enviado os marqueses como Vice-Reis aos territórios indianos³¹⁶, onde realizaram pomposas cerimônias em homenagem a coroação do monarca D. José I que assumiu enquanto estavam longe de Lisboa, e sobre as quais nunca se pronunciou, mesmo sabendo das homenagens feitas.³¹⁷ Tal silêncio havia gerado certo descontentamento entre a família e o monarca. O que cresceu ainda mais com o fato de D. José I não lhes reservar nenhum destaque ao retornarem ao Reino. Segundo Camilo Castelo Branco, o rei não teria ido receber seus ilustres súditos pois já havia sido envenenado por Sebastião José de Carvalho e Melo.³¹⁸ Entretanto, não encontramos indícios de que, até aquela data, o ministro conhecesse a família.

O fato é que enquanto Carvalho e Melo iniciava sua ascensão a ministro, ganhava fôlego o romance entre D. José I e a *Marquesa Nova* de Távora, D. Maria Teresa, ato considerando indigno e reprovável pela família da marquesa³¹⁹. Contudo, enquanto cortesãos e súditos, os Távoras pouco podiam fazer contra seu rei. Outro fator que distanciava a família e o monarca dizia respeito a *Marquesa Velha*, D. Leonor, principal crítica do romance e que tinha como confessor o padre Gabriel Malagrida³²⁰, já citado anteriormente, crítico voraz de Carvalho e Melo, graças à suas atitudes frente ao terremoto de 1755.

³¹⁵ ALVES, Patrícia. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)**. 2011. 320f. Tese. ICHF, Universidade Federal Fluminense, p. 157.

³¹⁶ BRANCO, 1882, p.10.

³¹⁷ BRANCO, 1882, p. 11; ALVES, 2011, p. 159.

³¹⁸ BRANCO, p. 14-15.

³¹⁹ ALVES, 2011, p. 151.

³²⁰ GATZHAMMER, Stefan. Antijesuítismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780). In. **Lusitania Sacra**. Lisboa. 2ª série, Tomo V, 1993, p.174.

A situação foi se encaminhando a passos lentos até o setembro de 1758. Ali, aconteceria um segundo *ponto de virada*³²¹ na vida política do Portugal do século XVIII. Se o dia 1º de novembro de 1755 foi um momento de precipitação de práticas e políticas, o dia 3 de setembro de 1758 desempenhou papel semelhante.

Naquela noite, saiu o monarca com sua carruagem acompanhado de Pedro Teixeira, o mordomo-mor de D. José I, enquanto Sebastião José de Carvalho e Melo ficava em seu gabinete, trancado e sozinho para que a rainha pensasse que estavam em reunião, dedicados a resolver assuntos de estado, como era costume, e então a carruagem onde estava foi atacada à tiros.³²² O relato mais próximo que se tem do evento é o da rainha Mariana, esposa de D. José I em carta enviada para sua mãe Isabel de Farnésio, na qual relata o ocorrido em detalhes. Em suas palavras:

Minha muito querida mãe enganaram-me e eu vos enganei, já três ou quatro dias que sei a verdade daquilo que vos vou dar parte [...] na noite de 3 de Setembro regressando [o Rei] da casa de um dos outros senhores, que é tão próxima daqui que eu a vejo perfeitamente das minhas janelas atiraram sobre a sua carruagem dois golpes de fogo quase à queima roupa [...], não se sabe dizer se foi [o rei] ferido dos dois lados ou somente um [...] a ferida no braço direito foi terrível porque toda a carne do interior do braço ficou exposta [...] eu vi as cicatrizes, e são verdadeiramente grandes [...] deve-se prender uma família quase inteira e algumas outras pessoas todas de primeira qualidade que são aquelas das quais mais se suspeita, porque com

³²¹ A historiadora Fernanda Cláudia Pandolfi define ponto de virada como sendo "um acontecimento que nos adverte contra simples conexões lineares e nos lembra da importância das contingências e os acontecimentos imprevistos na reconstituição de transformações importantes.". No exemplo dela, a "Noite das Garrafadas" serviu como o ponto de partida para as reflexões sobre os rumores e boatos sobre a recolonização brasileira em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, no começo do século XIX. Em outras palavras, é a partir de um evento aparentemente imprevisto e pontual (o terremoto de 1755 ou a tentativa de regicídio em 1758) faz com que todo o comportamento após ele altere o que seria seu rumo comum. Cf. PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. In. **História** (São Paulo. Online), v. 33, p. 307-329, 2014, p. 310.

³²² BARROS, 1882, p. 52. O autor deixa claro que, tanto Pedro Teixeira quanto Carvalho e Melo tinham plena consciência e eram coniventes com as escapadas amorosas do monarca, afirmando na mesma página que "ambos lucravam com as aventuras do monarca". Sebastião José ficaria trabalhando nos despachos que lhe convinham enquanto o monarca estava fora, e Pedro Teixeira ficava blindado frente a outros nobres da corte dada a proximidade dele com o monarca.

certeza nada se sabe, e eu não sei quais horríveis descobertas se poderão vir a fazer.³²³

Não se sabia ao certo e tampouco se podia provar coisa alguma, mas o rumor da corte era que os ataques tinham como alvo Pedro Teixeira, talvez pelos Távoras como forma de afrontar o monarca por seu comportamento indevido. Contudo, o caso entre D. José I e Maria Teresa era conhecido pela corte desde quando os Távoras assumiram o vice-reinado da Índia, em 1750, logo não parecia haver motivo imediato para um crime de lesa-majestade. A versão bastante aceita é a de que os ataques teriam partido do duque de Aveiro, por uma série de desavenças entre ele e Pedro Teixeira. O objetivo, assim, nunca tinha sido atacar o rei.³²⁴

Contudo, alguns autores levantam a hipótese de que opinião pública culpabilizou diretamente os Távoras pelo ocorrido, tornando o atentado um crime de lesa-majestade. Francisco Lobo Correia de Barros indica que a ideia parecia ser eliminar a influência política de Carvalho e Melo, algo que só poderia ser findado com a morte do monarca.³²⁵ Nuno Monteiro coaduna com a suposição e a completa, ao dizer que

[...] não oferece dúvidas que, depois de se conhecer o facto extraordinário de se terem dado tiros no rei, a hipótese de uma vasta conspiração de fidalgos, organizada em torno do Távora e inspirada pelos diretores espirituais jesuítas aparecia como algo de perfeitamente plausível. A generalidade dos representantes diplomáticos estrangeiros e dos governos europeus acreditou sem grandes reservas nessa versão dos acontecimentos, assim que soube da tese oficial do atentado. Como antes se disse, é provável que o próprio rei e outros intervenientes no processo lhe dessem inteiro crédito.³²⁶

Não temos fontes suficientes para confirmar essa suposta conspiração de fidalgos. Todavia, não podemos ignorar o ambiente de tensão que cercou o

³²³ MONTEIRO, 2008, p. 132.

³²⁴ ALVES, 2011, p. 171; AZEVEDO, p. 175; CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, p.192.

³²⁵ BARROS, 1882, p. 52.

³²⁶ MONTEIRO, 2006, p.166.

evento e colaborou para que uma parcela significativa da sociedade fosse tomada pelo temor de um golpe de estado, ou talvez, o que poderia ser identificado como um *complô aristocrático* contra o rei.³²⁷

Os desdobramentos sobre como o processo de investigação e acusação são tantos que exigiriam um trabalho à parte e fugiria de nossos objetivos. Cabe apenas destacar que no dia 12 e 13 de setembro de 1758 os principais suspeitos foram sendo presos e a sentença e execução dos supostos envolvidos ocorreu em 13 de janeiro de 1759.³²⁸

As pessoas nas quais recaíram condenações foram as seguintes: José Mascarenhas (Duque de Aveiro), Francisco de Assis (Marques de Távora), Leonor Tomásia (Marquesa de Távora, a marquesa velha), Luiz Bernardo e José Maria (filhos dos marqueses de Távora), Jerônimo de Ataíde (Conde de Atouguia), Antônio Alvares Ferreira (criado de Jerônimo), José Polycarpo de Azevedo (cunhado e sócio do Conde de Atouguia), Manuel Alvares Ferreira (familiar do Duque de Aveiro), João Miguel (amigo de Manuel Alvares) e Braz José Romeiro (cabo da esquadra da companhia de Luiz Bernardo).³²⁹

Importante destacar ainda que, além dos nobres, oito jesuítas foram acusados de envolvimento no crime de lesa-majestade. Segundo consta, o duque de Aveiro José Mascarenhas, considerado o idealizador da tentativa de regicídio afirmou em depoimento aos juízes que toda a ideia de conspiração contra o regime de D. José I e até mesmo a tentativa de assassinato teriam vindo da Companhia de Jesus.³³⁰ Destes oito, devemos destacar a presença de Gabriel Malagrida, preso e acusado também de lesa-majestade, teria sua sentença de

³²⁷ O historiador Josemar Machado de Oliveira, ao analisar a Revolução Francesa, utiliza o termo *complô aristocrático* para descrever o clima de crescente tensão presente nos meses anteriores a tomada da Bastilha em 1789 (maio e julho) em que a atuação aristocrática converteu-se em um precipitador para a desarticulação política que se segue. Seu objetivo principal seria enfraquecer o terceiro estado, minando o apoio progressivo do povo e por consequência sua força política. Se utilizarmos essa mesma lógica para pensar os eventos em torno da questão dos Távoras, podemos inferir que esse *complô aristocrático* não envolvia o povo, porém teria uma finalidade semelhante, ou seja, desarticular politicamente o rei e seu gabinete que vinha desagradando e desmerecendo a aristocracia local. Cf. OLIVEIRA, Josemar. A teoria das quatro revoluções de Georges Lefebvre. In. **Dimensões**. Vitória. Vol. 33, p.402-428, 2014, p. 422-423.

³²⁸ AZEVEDO, p.190; BARROS, p.58-59.

³²⁹ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 189.

³³⁰ DOMINGUES, 1950, p. 267.

morte por garrote e fogueira em 1761.³³¹ Curioso destacar que a última morte na fogueira individual que a inquisição executou em Portugal foi exatamente a de um padre da Companhia de Jesus, uma das congregações que ajudou a consolidar o tribunal em Lisboa.³³²

Se os embates anteriormente destacados, como no caso de Corte-Real e da Companhia do Vinho do Porto, Sebastião José havia saído fortalecido, o massacre dos Távoras pode ser considerado um novo *ponto de virada* em sua trajetória política. A partir daí tanto a corte quanto a igreja se viram silenciadas frente a um golpe tão devastador. A Companhia de Jesus teve seus bens confiscados em 19 de janeiro de 1759 e no dia três de setembro do mesmo ano, banidos completamente do império português.³³³ Ao passo que os nobres envolvidos diretamente com o atentado foram mortos de maneira tão violenta, que chamaram a atenção de seus contemporâneos.³³⁴

Destaca Nuno Gonçalo Monteiro que depois da sentença realizada, o rei decretou que *nenhuma pessoa de qualquer estado, ou condição que seja possa da publicação desta em diante usar o apelido de Távora*.³³⁵ Da família, os únicos que conseguiram escapar do infortúnio foram D. Maria Teresa e D. João de Távora, bispo de Leiria. O destino da *marquesa nova* não se sabe ao certo, mas há indícios de que viveu reclusa em algum convento. Quanto ao bispo, foi poupado principalmente por ter escrito ao rei repudiando os atos de seus parentes e renegando o nome da sua família, passando a chamar-se Cunha.³³⁶

³³¹ É preciso destacar que Gabriel Malagrida foi membro da Companhia de Jesus e, por tratar-se de um eclesiástico, não podia ser julgado em tribunais seculares. Contudo, o tribunal do Santo Ofício estabelece um processo inquisitorial contra o padre Malagrida. Após instauração de inquérito contra o Padre, teve sua vida investigada e por fim, foi deposto de suas funções e considerado herege pela inquisição portuguesa, e então entregue à justiça secular e condenado a morte. Para mais informações, Cf. MONTEIRO, p. 186-188; João Lúcio de Azevedo assevera a situação dizendo que: "O jesuíta [Malagrida] esteve na Inquisição nove meses. A ninguém surpreendeu vê-lo sahir no auto da fé, a 20 de setembro de 1761, de mordação na boca; e com a fatal e ridícula carocha, signal da ultima pena." (AZEVEDO, 2004, p. 207.)

³³² MAXWELL, 89-92.

³³³ TRIGUEIROS, António. O Negócio jesuítico: o papel da política regalista portuguesa. In. **Brotéria – Cristianismo e Cultura**. Vol. 169, p.149-167, ago/set. 2009, p. 161.

³³⁴ ALVES, 2011, p. 153.

³³⁵ MONTEIRO, 2008, p. 135.

³³⁶ DOMINGUES, 1950,p. 300.

Foi assim, com pesados golpes na oposição que esse ciclo se fechou. Os jesuítas que tanto haviam censurado Carvalho e Melo foram banidos. A alta nobreza, que havia criticado tão duramente o rei e seu valido, se viu duramente golpeada. Ao passo que o ministro recebeu do monarca o título de *Conde de Oeiras* como forma gratificação pelo trabalho executado, em especial, no rápido andamento do processo contra os supostos conspiradores, em 6 de junho de 1759.³³⁷ É importante destacar que a concessão de títulos nobiliárquicos por serviços prestados à coroa foi algo usual do século XVIII português, sendo uma ferramenta utilizada pelo monarca para contrabalancear as forças aristocráticas.³³⁸

Assim, a concessão do título de *Conde de Oeiras* à Carvalho e Melo pode ser interpretada como um reconhecimento régio ao ministro por seus feitos. Ao longo da década seguinte, Sebastião José alcançou ainda mais destaque aos olhos do monarca, pois este lhe concedeu em 1769, o título de Marquês de Pombal.³³⁹

Tratando sumariamente da política pombalina neste último período, podemos identificar uma intensa atividade legislativa e financeira orientada pelo secretário de estado, entre as quais, destaca-se a criação do Erário Régio, cujo objetivo principal seria o controle de finanças do Estado e da monarquia. Sua outra função era assegurar recursos para a reestruturação do exército português, frente a Guerra dos Sete Anos.³⁴⁰

Ainda no período que se estende de 1759 a 1769 tiveram início uma série de reformas nos estatutos de ensino, que tinham três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar o ensino e padronizar os currículos.³⁴¹ A criação do Colégio dos Nobres em 1761 e das aulas de comércio correspondiam também a essa tentativa de transformação intelectual pretendida

³³⁷ CORREIA, 2003, p. 215.

³³⁸ MONTEIRO, Nuno. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In. **Almanack brasileiro**. São Paulo. nº 02, p.4-20, Dez. 2005, p. 19. Ao passo que o monarca concedia determinados cargos à determinadas famílias ou criava novas casas, os conflitos entre monarquia e corte se equilibravam, tornando-se essa concessão de mercês uma ferramenta importante da política moderna portuguesa, principalmente durante o governo de D. José I.

³³⁹ CORREIA, 2003, p. 216.

³⁴⁰ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1885, p. 278.

³⁴¹ MAXWELL, 1996, p. 104.

por Carvalho e Melo.³⁴² É válido ainda destacar também o incentivo à indústria local e ao comércio, que, segundo Kenneth Maxwell, correspondiam a uma continuação de um processo iniciado na década de 1750 e que no decorrer da década seguinte ganharam contornos mais claros.³⁴³

3.5 RENASCER DAS PRÓPRIAS CINZAS: O DISCURSO POLÍTICO SOBRE AS VANTAGENS QUE PORTUGAL PODE TIRAR DO TERREMOTO DE 1755

É de um novo patamar simbólico que se inscreve o discurso político escrito por Sebastião José de Carvalho e Melo intitulado *Discurso político sobre as vantagens que Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do Terramoto do 1º de Novembro de 1755*, compilada no II Tomo do livro *Cartas e Outras Obras Selectas do Marquez de Pombal*, publicada pela primeira vez em 1861 e digitalizado pela Universidade de Toronto.

Como destacamos no início do capítulo, não se tem a data precisa de quando o discurso foi escrito. Contudo, é possível que tenha sido produzido no início da década de 1770 - por conseguinte, após o recebimento do título de Marquês e no auge de sua trajetória política. De maneira geral, o texto demonstra uma maturidade nas conclusões resultantes das abordagens que examinam as causas políticas, econômicas, sociais e intelectuais do atraso português frente aos demais países da Europa. Esses aspectos se revelam fundamentais para a composição do diagnóstico pombalino sobre o reino e as medidas que deveriam ser tomadas para reverter tal quadro.

Cabe lembrar que as reformas pombalinas se constituíram no plano econômico, especialmente, sob a forma de legislação e regimentos que controlavam a

³⁴² CRUZEIRO, Maria Eduarda. A reforma pombalina na Universidade. In. **Análise social**. Lisboa. vol.24, p. 165-210, 1998, p. 174. É preciso destacar que a reforma da Universidade de Coimbra só foi concluída de fato em 1772. Contudo, os estatutos de ensino precisaram ser revistos em 1759 pois, neste ano, os jesuítas foram expulsos de todo o território português, e eram eles os ocupantes principais das cadeiras de Gramática latina, grego e retórica. Para maiores informações, Cf. CARVALHO, Flávio Rey. **Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.

³⁴³ MAXWELL, 1996, p. 96.

produção e o comércio, já na área social representou uma tentativa de organizar o desenvolvimento, ordenando a conduta do indivíduo no projeto de modernização do Estado. Buscaremos por meio da análise pormenorizada da referida fonte, dialogar com a historiografia sobre o tema, apontando as reflexões do ministro que se coadunam com esse corpo de reformas posto em movimento nos seus anos à frente da Secretaria do Reino.

3.5.1 Os primeiros balanços: Carvalho e Melo discursa sobre a política em Portugal

*A política não é sempre a causa das revoluções dos Estados.*³⁴⁴ Foi com essa frase que Sebastião José de Carvalho e Melo começou seu discurso. Para tratar dos destinos políticos do Reino, o ministro, ao longo de todo o documento se preocupa em observar com cuidado que a tragédia é algo que não pode ser alterada, por isso o trauma jamais deixaria a mente lusa, apesar de parecer ser algo que o secretário absorveu sem grandes percalços, mesmo tendo vivido o período. Na verdade, já que não era possível escapar à tragédia, a ideia era tirar algum proveito do evento:

Pode dizer-se, que estes descartes da natureza são algumas vezes necessários; porque eles podem mais, do que qualquer outra cousa, contribuir para aniquilar certos systemas, que se encaminham a invadir o universal império³⁴⁵.

O terremoto converteu-se, certamente em um divisor de águas na memória portuguesa. Tratando sobre o tema os pesquisadores lusitanos Helena Águeda Marujo e Luis Miguel Neto destacam os efeitos traumáticos na formação da identidade nacional de Portugal, em especial, do Terremoto de 1755, que associado a fatores posteriores contribuiu para construir uma unidade nacional diferenciada a partir do século XVIII, das quais o ponto de partida seria a

³⁴⁴ MELO, 1861, Tomo II, p. 97.

³⁴⁵ MELO, 1861, Tomo II, p. 97.

hecatombe, seus desdobramentos e as atitudes de Sebastião José de Carvalho e Melo.³⁴⁶

Contudo, para o ministro o trauma não deveria amedrontar o Estado português, pois isso levaria a sua ruína, já que um estado fraco seria completamente engolido pelos seus irmãos europeus. Segundo pondera

[...] independentemente das causas extraordinárias, é incontestavelmente verdadeiro, que um Estado, sobre quem outro adquiriu superioridade, não se levanta mais. Isto nasce de se elevar sempre o systema geral da Europa, sobre a vantagem, que já tem, e de se pôr o Estado, que a tem adquirido, augmentando com ella suas forças reaes, relativamente em estado de a não perder jamais³⁴⁷.

Outro ponto de destaque nas observações de Carvalho e Melo dizia respeito as relações de interdependência que caracterizava a política internacional:

[...] depois da liga da Europa, quero dizer, depois que os interesses políticos de um Estado, vieram a ser interesses políticos de outro Estado, todos os governos teem os olhos abertos, sobre a mudança que se medita naquelles que o cercam; e como os vícios dos mais fracos entram precisamente na composição das cousas que contribuem para formar os mais fortes, não se lhes permite trabalharem para ser melhores; porque da mediocridade daquelles, depende a grandeza destes.³⁴⁸

Sem dúvida, sua experiência a serviço da coroa em outras cortes havia dado a Carvalho e Melo condições de observar os meandros da política e das disputas que eram características das relações entre estados. No plano geral, o discurso político de Pombal era redundante na afirmação de que existia um “sistema geral da Europa”, no sentido de que “... todos os Estados se interessam em entreter [manter] o equilíbrio porquê disso depende a sua segurança, [...] a distribuição geral do poder político interessa [a] todos os reinos e repúblicas da Europa”³⁴⁹

³⁴⁶ MARUJO, Helena;NETO, Luís. Das consequências psicológicas do Terramoto de 1755 em Lisboa a uma abordagem psico-histórica positiva e integradora. In **ECOS**. Rio de Janeiro. Vol. 3, n.2, p.247-266, 2013, p. 259.

³⁴⁷ MELO, 1861, p. 98.

³⁴⁸ MELO, 1861, p. 101.

³⁴⁹ MELO, 1861, p.110.

Isso implicava a consciência de que, apesar de serem países distintos, estavam entrelaçados por questões econômicas, políticas, religiosas e culturais que, para bem ou mal, se um deles fosse afetado por algum tipo de problema, também os demais o seriam.

Nesse novo cenário político, um Estado não poderia mais depender de apenas um homem notável como em outros tempos. Sua vivência internacional, além dos diversos conflitos vivenciados com seus pares, outros nobres e principalmente com a Ordem dos Jesuítas, parece ter contribuído para que ele desenvolvesse a convicção de que a política dependia da interação de diversas pessoas, e que golpes de Estado se tornaram impensáveis em tempos civilizados. Segundo ele:

O que se chama grande golpe de estado, não é já para este tempo. Sim algum extraordinário acontecimento; uma monarchia abatida o fica sendo sempre. Cromwell, e Richelieu, com toda a sua capacidade ver-se-hiam embaraçados hoje, aos primeiros golpes, que quizessem dar. Por mais que elles ruminassem seus projectos, e preparassem suas machinas, seus desígnios seriam hoje descobertos. Lerse-hia sinistramente na sua politica desde as suas primeiras tentativas; tudo se levantaria para lh'as as fazer inúteis, e estes grandes génios seriam hoje pouco próprios para os gabinetes dos reis³⁵⁰.

Outra possibilidade interpretativa é que Carvalho e Melo fizesse aqui menção indireta ao suposto golpe contra o rei que resultou na morte dos Távoras, cujos *desígnios* acabaram descobertos. Ao passo, por outro lado, que justifica seu lugar ao lado do rei, não como os grandes gênios que seriam *inúteis aos gabinetes dos reis*, mas como colaborador fiel de sua majestade.

Apesar de parte da historiografia apresentar o reinado Josefino como uma ditadura pessoal de Pombal que teria utilizado o monarca como uma espécie de fantoche de suas vontades³⁵¹, estudos mais recentes apontam para uma relação mais complexa entre o ministro e o rei. Nuno Gonçalo Monteiro, tratando sobre os primeiros anos de atuação política de D. José I até o terremoto de 1755 e o

³⁵⁰ MELO, 1861, p. 102.

³⁵¹ BOXER, 2002, p. 202.

vigor com o qual respondeu ao atentado de 1758 não condizem com uma pessoa que aceitaria ser conduzido pura e simplesmente por um secretário. Segundo Monteiro:

[...] há traços conhecidos da personalidade de D. José que permitem afirmar que boa parte das opções políticas que em seu nome se fizeram, se não partiram da sua iniciativa, ao menos contaram claramente com a sua conviência. As afinidades electivas com Sebastião José construíram-se, em primeiro lugar, a partir de uma vontade explícita de romper com o anterior reinado [...]. Porém, D. José [...] não tinha nenhuma inclinação para dirigir, até o ínfimo detalhe, as mil e uma matérias que faziam o cotidiano da grande política [...]. Depois, a afinidade com o valido fez-se, como é bem conhecido, a partir dos vínculos duráveis que se fortaleceram em alguns momentos decisivos [...].³⁵²

Nesse entendimento, as práticas pombalinas podem ser interpretadas como parte do fortalecimento do gabinete real, e não com a tentativa de usurpação do poder. Novamente podemos apontar para a experiência anterior de Carvalho e Melo, especialmente na corte austríaca, onde pode observar o início do movimento de consolidação de uma burocracia especializada a serviço da imperatriz Maria Teresa e sua contribuição à centralização do poder nas mãos reais³⁵³, já que todas as escolhas passavam por sua aprovação.

Cabe lembrar que o processo de concentração régia pautado em uma burocracia especializada vivenciado na Áustria por Carvalho e Melo foi um movimento característico da modernidade europeia³⁵⁴, tendo sido a França o principal

³⁵² MONTEIRO, 2008, p.284-285.

³⁵³ CARDOSO, José; CUNHA, Alexandre. Discurso econômico e política colonial no império Luso-brasileiro (1750-1808). In. **Tempo**. Niterói, vol. 17, n.31, p.65-88, 2011, p. 72.

³⁵⁴ O aumento sistemático da burocracia ao longo da época moderna é objeto de estudo de diversos autores. Podemos citar como obra central dessa discussão os estudos do sociólogo alemão Norbert Elias, em especial: ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Além dele, podemos citar como trabalhos periféricos os escritos de: BELINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. In. **Tempo**. Niterói. n.º. 7, p.01-18, 1997; FLOREZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no ocidente. In. **Luz Nova**. São Paulo, n.º 71, p.11-37, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>>. Acesso em: 28 de março; GUEDES, Roberto. **Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

modelo.³⁵⁵ O cardeal Richelieu converteu-se em exemplo, pois enquanto funcionário régio operava dentro da burocracia da coroa servindo principalmente como um mediador entre as vontades do monarca e os conflitos da nobreza local, o que contribuiu em muito para a consolidação da centralização do poder na França, impedindo conflitos diretos entre ambos.³⁵⁶ Foi na posição de *valido* que conseguiu instaurar sua política ministerial no reinado de Luís XIII.³⁵⁷ À Richelieu e seu sucessor Mazarino ficou atribuído o início do chamado *Regime dos Ministérios*, onde ocorreram uma maior especialização dos conselhos (ou secretarias) e atribuições de novas funções dentro da monarquia, mas que possuíam como ponto de partida a vontade do Rei.³⁵⁸

A influência dos franceses no pensamento pombalino é destacada também por Lúcio de Azevedo, especialmente as proposições políticas do próprio Richelieu.³⁵⁹ Tal informação que confirmada por Nuno Monteiro que explica que

[...] num contexto europeu no qual o estatuto "ministerial", e sobretudo "primo-ministerial", estavam longe de se encontrar claramente tipificados, o paradigma seiscentistas do "valido" se revela essencial para entender a personagem, as suas relações com o rei e, por fim, o período histórico que deixou associado ao seu nome. Ora, foram precisamente esses modelos, retirados da história francesa do século XVII, que, mais do que quaisquer outros, lhe serviram de referência. [...] Carvalho [...] tinha na sua biblioteca o testamento político de Richelieu³⁶⁰.

Dentro desse quadro de referências, Carvalho e Melo procurou ver no terremoto de 1755 a oportunidade de uma mudança ímpar no contexto luso:

³⁵⁵ HESPANHA, António. A note on to recent books on the patterns of portuguese politics in the 18th century. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3844.pdf>. Acesso em: 21/03/2016, p.2.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. **O príncipe pacífico**: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira. 2009. 411 f. Tese. Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 91.

³⁵⁷ OLIVEIRA, Ricardo. Entre reis e rainhas: valimentos, favoritismos e disputas políticas na Europa do século XVII. In. **Dimensões**. Vitória, vol. 26, p.216-238, 2011, p. 220.

³⁵⁸ SIMÓN, Marta. La Francia de Luís XIV. In. **Revista de Classes e história**, n.9 (Setembro), p.1-12, 2010, p. 5-6.

³⁵⁹ Cf. AZEVEDO, 2004, p. 98.

³⁶⁰ MONTEIRO, 2008, p. 300-301.

Da mesma forma que as inundações são necessárias aos rios extravasados, para os fazer correr no natural leito, donde tinham saído, pode haver casos onde para restabelecer um Estado, é necessário que um Estado seja em parte aniquilado, e que o seja por algum acontecimento extraordinário³⁶¹.

De fato, o secretário agiu com grande destreza para a construção de um cenário político mais eficiente e pragmático. De certa maneira, o terremoto acabou por favorecer uma série de reformas que pretenderam modernizar o reino.

3.5.2 *Uma nação ambiciosa: as complicadas relações entre Portugal e Inglaterra*

O segundo corpo de questões levantadas por Sebastião José em seu discurso, dizia respeito a relação entre portugueses e britânicos. Em suas palavras,

A monarchia estava agonizando. Os inglezes tinham peado esta nação, e a tinham debaixo da sua pendência; elles a haviam insensivelmente conquistado, sem ter provado algum dos inconvenientes das conquistas: o povo estava atado ao carro da sua politica; nao havia mais remédio, nem mais meios para quebrar as suas pensões. O Estado ligado por todas as partes, longe de poder tirar-se das cadêas, agravava sempre de mais a mais aquellas que o avassallavam ao systema da Grã-Bretanha.³⁶²

Como é possível notar, o ministro via com reservas e críticas essa relação que se revelava prejudicial a Portugal. No caso dos ingleses, Pombal via na ambição destes a fonte de inspiração para os projetos que visassem impedir o desenvolvimento de Portugal, usurpando-lhes a riqueza por meios indiretos. A propósito, é sintomático observar que na maioria das vezes em que a palavra ambição apareceu, ela esteve associada aos ingleses e aos jesuítas.

³⁶¹ MELO, 1861, p. 100.

³⁶² MELO, 1861, p. 103.

Cabe, contudo, considerar que a parceria com a Inglaterra não foi obra do século XVIII. Na verdade, suas raízes remontam ao século XIV com a assinatura do Tratado de Windsdor (1386), no qual os bretões se propunham a auxiliar a Casa de Avis nas batalhas contra Castela³⁶³, garantindo assim os interesses e supremacia portuguesa em seus territórios.

Nos séculos seguintes, a aliança anglo-lusa foi sendo escrita com cores cada vez mais fortes, mas de maneira desigual. No século XVII, em particular após a Restauração portuguesa, as relações diplomáticas de Portugal tinham como objetivos principais garantir sua supremacia nas possessões no ultramar e manter ativas suas rotas comerciais. Assim, ao longo de todo o século XVII os tratados firmados entre Portugal e Inglaterra em 1642 e 1654 garantiam, ao menos na teoria, o apoio britânico contra invasores no império luso, em troca de vantagens comerciais para os ingleses.³⁶⁴

O primeiro tratado (1642) foi firmado entre D. João IV e o inglês Carlos I garantindo benefícios e regalias para os ingleses residentes em Portugal. Contudo, com a guerra civil inglesa e consequente decapitação do rei, o acordo caiu em esquecimento, o que quase gerou uma complicação diplomática entre os dois reinos. Mas, um novo tratado em 1654, cuidou de ampliar as garantias inglesas.³⁶⁵

Carvalho e Melo parece constatar no século XVIII deu continuidade a esse cenário de crescente prejuízo português:

Ha sessenta annos, que o grande systema dos inglezes, para subjugar as nações, que deviam servir ao seu crescimento foi tel-as na dependência do necessário clinico [...].O methodo que o governo inglez empregou para este effeito, sendo dos mais simples, não encera menos, que um systema completo de tyrannia [...] Portugal cahiu logo no laço, deixou-se bastecer, e logo o seu estado político, e civil, se viu perdido, toda asua riqueza o desamparou. Daqui se segue, que esta

³⁶³ FARIA, Tiago; MIRANDA, Flávio. "Pur bonne alliance et amiste faire": diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. In. **Cultura, espaço & memória**, vol. 1, 2010, p.111.

³⁶⁴ VILLELA, André. Exclusivo metropolitano, "superlucros" e acumulação primitiva na Europa pré-industrial. In **Topoi**, v.12, n.23, jul-dez. 2011, p. 10.

³⁶⁵ CARDOSO, António. Portugal e Inglaterra nos tempos modernos. In. **Revista História**, Porto, III série, vol. 4, 2003, p. 38.

monarchia dependente de Inglaterra, pelo necessário physico, vinha a ser sua escrava natural: porque sempre o somos daquelles, que nos sustentam³⁶⁶.

E segue:

Ousei perguntar muitas vezes, donde vinha, que Portugal, com tantos meios de ser poderoso, era o Estado mais fraco da Europa. Mas não se via, que esta monarchia estava em poder de um povo, que a devorava? de um povo, que lhe embaraçava a cultura das suas riquezas naturaes, para a fazer correr detraz de uma riqueza fingida, de que elle tirava toda a vantagem?³⁶⁷

Como é possível perceber Carvalho e Melo via na Inglaterra a causa da supressão do potencial que Portugal tinha para investir em seu império ultramarino. Ao passo que a Inglaterra favorecida por acordos político-econômicos incentivava a sua produção interna, garantindo o desenvolvimento de suas indústrias e a venda de seus produtos. De fato, Portugal e o Brasil auxiliaram amplamente o desenvolvimento comercial e industrial da Inglaterra, que terminava por suprimir com seus produtos a promoção de manufaturas nacionais no império lusitano.³⁶⁸ Os danos se estendiam a todo comércio no entendimento de Carvalho e Melo:

Os inglezes vinham até dentro a Lisboa roubarlhe o commercio do Brazil. A carga das frotas era sua, as riquezas que ellas traziam de volta pertenciam-lhes: não havia cousa portugueza neste commercio mais que o nome; não obstante, no meio deste immenso negocio, que se fazia no seu seio, o Estado desfallecia, porque os inglezes sós, tiravam todo o proveito[...]. Nisto não ha meio, nem temperamento; as nações ou destroem, ou se destroem pelo commercio, com outra nação só.³⁶⁹

Para o ministro o ponto essencial desse processo havia sido o tratado de Methuen:

³⁶⁶ MELO, 1861, Tomo II, p. 103.

³⁶⁷ MELO, 1861, Tomo II, p. 104.

³⁶⁸ VILLELA, 2011, p. 12.

³⁶⁹ MELO, 1861, Tomo II, p. 105.

este tractado se fez entre os dous Estados [...].Nelle foi estipulado, que a Inglaterra forneceria os vestidos a Portugal, por aqui este famoso usurpador, cortando o nervo do systema politico desta monarchia, arruinou este governo com o primeiro golpe [...].A protecção, que o governo deu sempre aos inglezes, recebendo os seus pannos, desanimou a actividade natural dos portuguezes. A nação cahiu em uma espécie de frio letárgico [...].³⁷⁰

Firmado em 1703 durante o reinado de D. Pedro I (1683-1706) o tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra continha basicamente três artigos: o primeiro definia a admissão perpétua dos lanífcos ingleses em solo lusitano; o segundo; a redução perpétua de um terço dos direitos que incidissem sobre os vinhos franceses a favor dos vinhos portugueses e, o terceiro, às ratificações pelos respectivos ministros plenipotenciários D. Manuel Teles da Silva, o Marquês de Alegrete, e o britânico John Methuen³⁷¹.

A maior parte da historiografia retrata de maneira negativa para Portugal o tratado de Methuen. Charles Boxer em seu livro *O Império Marítimo Português (2003)*, destaca que poucos anos depois de ser pactuado pelos dois governos, o mesmo acordo foi estendido pelos ingleses a outras nações, como por exemplo Holanda e Espanha, demonstrando que, na verdade, não havia dependência alguma por parte dos britânicos dos vinhos portugueses e tendo sido o tratado fruto de desavenças com o reino de França, principal fornecedor de vinhos para Inglaterra à época.³⁷²

Kenneth Maxwell, em seu trabalho *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (1996)* ressalta que o tratado era amplamente favorável aos ingleses, já que as exportações de tecidos representavam cerca de dois terços da de produtos ingleses, garantindo lucro bastante elevado, o que se intensificou ainda mais com a descoberta do ouro brasileiro.³⁷³ Portugal parece ter se beneficiado por um curto período de tempo, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1762), que

³⁷⁰ MELO, 1861, Tomo II, p. 106-107.

³⁷¹ ALMADA, José. **A aliança inglesa**: subsídios para o seu estudo. vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1946, p. 73

³⁷² BOXER, 2002, p. 181.

³⁷³ MAXWELL, 1996, p. 42.

resultou em um substancial crescimento da exportação de vinhos portugueses para a coroa do Jorge I, o que implicou na diminuição da produção de gêneros alimentícios naquela região.³⁷⁴

O pesquisador português António Barros Cardoso no artigo intitulado *Portugal e Inglaterra nos Tempos Modernos (2003)*, argumenta que o tratado de Methuen, na verdade, foi algo completamente dispensável para ambas as partes, visto que a conjuntura internacional europeia contribuiria para o sucesso dos vinhos portugueses em solo britânico, perdendo apenas para os franceses quando as duas nações se encontrassem em paz.³⁷⁵

O historiador Felipe de Alvarenga Batista, à luz de reflexões sobre a economia portuguesa do século XVIII, indica que tal acordo como algo bilateral foi resultado, em grande medida, da pressão portuguesa. Em seu trabalho, ele aponta que as exportações inglesas de tecidos com destino a Portugal representavam 11% do total desse produto, montante suficientemente alto para que se tornasse essencial sua manutenção no comércio britânico. Contudo, a pressão governamental portuguesa para garantir uma “balança favorável” exigia que, de alguma maneira, a Inglaterra criasse uma compensação para algum produto português, no caso o vinho.³⁷⁶

Por fim, deve-se destacar os estudos organizados por José Luís Cardoso, Leonor Costa e Nuno Monteiro de título *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*, observam que o mesmo teria sido firmado tanto por necessidades políticas portuguesas, quanto pelo anseio comercial das duas coroas. Assim, o tratado estaria inserido em um processo de

³⁷⁴ MAXWELL, 1996, p.43.

³⁷⁵ CARDOSO, 2003, p. 49. Os conflitos internacionais aos quais o autor se refere são a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1762), no qual os sistemas de aliança formados geralmente uniam Espanha e França do mesmo lado. Assim, dois importantes exportadores de vinhos para a Inglaterra, cabendo à Portugal suprir a demanda de vinhos deixada por estes dois reinos. O autor realça que o único benefício real de tal acordo para os portugueses foi uma expansão ainda maior da cultura vinícola em solo lusitano.

³⁷⁶ ALVARENGA, Felipe. **Os tratados de Methuen em 1703: guerra, portos, panos e vinhos**. 2014. 127f. Dissertação. PEPI/IE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 30. Deve-se destacar que, de início, o tratado versava principalmente sobre os vinhos doces produzidos em Lisboa, sendo posteriormente expandidos aos vinhos do Porto, em particular após a instauração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, em 1756, e o aumento da qualidade dos mesmos.

alinhamento diplomático de cooperação e paz entre os dois Estados, algo que iria muito além do âmbito econômico puramente.³⁷⁷

De todo modo, Carvalho e Melo procura apontar em seu discurso a dimensão do prejuízo luso:

Os inglezes tinham mais de cem grossos navios destinados só para o commercio de Lisboa e Porto; isto era um fundo de dezeseis milhões, cujo interesse pagava Portugal, sobre o total do seu commercio, á Inglaterra, a razão de trinta por cento cada anno; O frete das mercadorias, deduzido o interesse dos navios, com o salário dos marinheiros, passava de quatro milhões.[...]. A commissao da venda, que se fazia em Portugal, andava por um milhão e duzentos mil cruzados; porque os que sabem do commercio desta monarchia, sabem bem, que nenhum portuguez recebia nada em direitura da Gra-Bretanha, e que, como já disse, os inglezes vinham ate dentro de Lisboa, roubar aos porluguezes a commissao. Junctas estas sommas todas, se achará mais de doze milhões de cruzados, que Portugal pagava todos os annos á Inglaterra, de alguma forma gratuitamente: o que aumentava mais de trinta e cinco por cento, as cousas que lhe eram necessárias³⁷⁸.

Quem sabe sua preocupação em apresentar de maneira tão viva o cenário tivesse como finalidade justificar suas iniciativas quando colocou em prática a tentativa de centralização política que passava pelo saneamento das contas do Estado³⁷⁹, e que dependeu, em larga medida, de uma revisão das relações comerciais com a Inglaterra.

De fato, as reformas pombalinas voltadas para o fortalecimento do comércio português resultaram em dificuldades para comerciantes de outras origens, em especial os ingleses. O ministro tinha o claro objetivo de melhor preparar a camada local para assumir os negócios que estavam, quase sempre, nas mãos dos ingleses e, segundo sua interpretação, acabavam por retirar parte expressiva dos lucros que deveriam sustentar a economia do reino. Nesse prisma, a Junta de Comércio aumentou a fiscalização dos produtos,

³⁷⁷ CARDOSO, José; COSTA, Leonor; MONTEIRO, Nuno. **O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia** Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 27

³⁷⁸ MELO, 1861, TOMO II, p. 173.

³⁷⁹ ASSUNÇÃO, Paulo. O "terremoto" provocado por Sebastião José de Carvalho. In Lusitânia Sacra, 2ª série, n.18, p. 335.

comerciantes e negócios que se faziam nos portos lusos³⁸⁰. Luís Nuno Madureira comentando sobre a criação e atribuições da Junta de Comércio durante o período pombalino afirma que:

[...] reprimia o contrabando; intervinha na importação de produtos manufaturados; inspecionava a atividade das alfândegas; aprovava abertura de lojas em Lisboa; concedia licenças para o exercício de atividades fabris; autorizava o estabelecimento na mesma cidade de negociantes; e superintendia na partida de frotas para o Brasil.³⁸¹

Já que seria impossível impedir o acesso britânico aos portos lusos, graças aos diversos acordos firmados entre as duas coroas, o secretário buscava através do aparelhamento do Estado minimizar a hegemonia britânica no sistema econômico de Portugal.³⁸² Além disso, Carvalho e Melo buscou fortalecer os comerciantes locais com o alvará de 1762 que concedia aos locais uma série de privilégios fiscais, demonstrando sua preocupação com o tema.³⁸³

No que se refere a presença inglesa no império ultramarino lusitano, pode-se dizer de maneira geral que Carvalho e Melo buscou reorganizar as estruturas políticas e administrativas das colônias para que fossem atendidas as necessidades econômicas de Portugal. No caso do Brasil merecem destaque a instauração da Companhia de Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), a Companhia Geral da Paraíba e Pernambuco (1759), o desenvolvimento de novas culturas diversificando a agricultura, a instauração das mesas de Inspeção

³⁸⁰ PEREIRA, Álvaro. The Opportunity of a Disaster: The economic impact of the 1755 Lisbon Earthquake. In. **Journal of Economic History**. nº 69, December, p. 466-499, 2009, p. 28. Disponível

em: <<http://www.york.ac.uk/media/economics/documents/cherrydiscussionpapers/Alvaro3.pdf>>.

Acesso em: 29 mar. 2016. A Junta de Comércio foi um tribunal criado no século XVII. Em 1756, teve seus estatutos regulamentados D. José I e seu ministro, e tornou-se um órgão administrativo de suma importância para a política econômica idealizada por Carvalho e Melo.

³⁸¹ MADUREIRA, Luís. A sociedade civil do Estado: instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). In. *Análise Social*. Lisboa. Vol. 32, nº 142, p.603-624, 1997, p. 614.

³⁸² FRANCO, Sandra. Reformas Pombalinas e o iluminismo em Portugal. In. **Revista Fênix**. Uberlândia. vol. 4, nº 4, p. 1-14, dez. 2007, p. 11.

³⁸³ PEDREIRA, Jorge. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do Século XVIII. In. **Análise Social**. Lisboa. Vol. 27, p. 407-440, 1992, p. 414.

e a eliminação de comissários volantes que tinham como objetivo garantir que a arrecadação colonial seguisse direto para Portugal sem intermediários.³⁸⁴

As Companhias de Comércio, que como mencionado, predominavam no além-mar, eram, *grosso modo*, sociedades econômicas anônimas que, por um período de tempo definido pela coroa, detinham o monopólio de exploração de uma determinada região. As chamadas *Companhias Pombalinas* tiveram por objetivo eliminar a concorrência e, para isso, recebiam da Coroa armazéns, incentivos fiscais e navios de guerra para sua proteção e transporte de produtos.³⁸⁵ Em geral, se mostraram eficientes no desenvolvimento da produção local enquanto estiveram em atuação (A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi de 1755 a 1777 e a Companhia Geral da Paraíba e Pernambuco foi de 1759 a 1780). Na região nordeste do Brasil, por exemplo, o preço pago aos produtores de açúcar e couro aumentou e o número de engenhos ativos passou de 80 para 390 ao término das atividades da Companhia.³⁸⁶

Contudo, ao passo que aumentaram investimentos nas regiões em que foram estabelecidas, as *Companhias Pombalinas* foram alvos de pesadas críticas, sendo as principais o aumento do preço de escravos e o constante prejuízo sofrido pelos pequenos produtores causando seu endividamento em relação à Companhia, aumentando assim a concentração de renda na mão de alguns latifundiários.³⁸⁷

Por fim, é preciso destacar que Carvalho e Melo se preocupou com a presença britânica nos portos de Lisboa. As iniciativas da *Junta* e das *Companhias Pombalinas*, tinham como foco o combate ao contrabando e a presença de

³⁸⁴ PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro - 1750-1800. In. XXXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2006, p. 4. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016

³⁸⁵ OLIVEIRA, José Miguel. **A contabilidade e o equilíbrio de interesses**: o caso da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826). 2013. 327f. Tese. FEP, Universidade do Porto, 2013, p. 82.

³⁸⁶ BRAGANÇA, Ana Carolina. As companhias de Comércio no Brasil Colonial: monopólio e concentração de renda. In. **Direito e Pobreza**, vol.1, n. 1. IDCI: São Paulo, 2008, p. 24.

³⁸⁷ BRAGANÇA, 2008, p.28.

estrangeiros, transformando a relação econômica entre as duas coroas em uma discussão diplomática de extrema relevância.³⁸⁸

3.5.3 As riquezas imensas do Brasil: reflexões no Discurso sobre o império ultramarino português.

De todas as possessões do império lusitano, o Brasil era sem dúvida a colônia que mais contribuíam para a manutenção da metrópole. A dependência metropolitana era tamanha que D. Luís da Cunha, em finais do século XVII já teria sugerido a D. João V que escolhesse como sede de sua corte o Brasil, transferindo toda a administração de Lisboa para o Rio de Janeiro.³⁸⁹

Carvalho e Melo compartilhava dessa visão sobre o Brasil, considerando a colônia como um fator de que poderia mudar o equilíbrio de forças dentro da própria Europa:

cada governo entretém poderosas armadas; declara-se a guerra, faz-se a paz, principia-se a guerra, torna-se a fazer a paz; combinasse sem cessar o poder dos Estados, calcula-se sua potencia, decide-se, por assim dizer, a força politica de cada governo ; nao obstante, não se acha ponto fixo de potencia geral. Mas nao vêem, que quando as riquezas do Brazil se inclinarem para um lado, o poder politico da Europa, cahirá todo para essa parte da balança?

³⁸⁸ FONSECA, Teresa. O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa. In. Cadernos do Arquivo Municipal. Lisboa. 2ª série, nº3, p.179-200, jan-jun. 2015, p. 189,190. O artigo ainda trabalha o caso de um comerciante, o *Caso Connel*, *Grosso modo*, o comerciante irlandês Denis Connel foi preso em 1770 por se recusar a assinar verbas de registro dos itens que vendia. Em 4 de agosto deste ano foi preso e a comunidade britânica se manifestou a favor do irlandês, exigindo que ele fosse levado para Inglaterra e julgado por um tribunal inglês. Denis Connel foi solto em data indefinida, mas não por pressão dos comerciantes bretões, uma mostra internacional de como Carvalho e Melo defendia os interesses locais acima dos de outras nações.

³⁸⁹ BICALHO, Maria. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de Luís da Cunha à sede do vice-reinado. In. **História(São Paulo)**, v. 30, n.1, 2011, p. 40.

De fato, o potencial brasileiro era motivo de orgulho entre os portugueses. A colônia era vista, desde D. João IV como a “vaca leiteira”³⁹⁰ de Portugal, colocando-a em situação de destaque frente aos demais domínios ultramarinos, em particular no período pós-Restauração. Esse fascínio pode ser explicado pelo fato de que, ao longo de todo aquele século, as possessões orientais de Portugal foram progressivamente tornando-se cada vez mais insustentáveis. Entre os fatores que explicam a contração imperial na região estava a competição com Holanda e Inglaterra, a formação de novos e poderosos Estados na Ásia e a sistemática expulsão dos lusitanos de territórios estratégicos na Península Arábica, Índia e Japão.³⁹¹

Assim, Portugal viu na sua possessão atlântica uma alternativa lucrativa às perdas que havia sofrido e, aproveitando dos avanços que os luso-brasileiros haviam feito na região americana, buscaram aumentar oficialmente o território do qual tinham posse. O tratado firmado no século XV sobre as possessões portuguesas na América já não fazia sentido, pois os portugueses haviam avançado em muito para além do território acordado com a Espanha.³⁹² As negociações e disputas territoriais em torno da questão tomaram a primeira metade do século XVIII e resultou em 1750 no *Tratado de Madrid*, acordo que redefinia as possessões portuguesas e castelhanas na América.³⁹³

³⁹⁰ LUIZ, Marco. **Agadá: dinâmica da/ civilização africano-brasileira**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2013, p.282

³⁹¹ BETHENCOURT, Francisco; RAMADA, Diogo. **A expansão marítima portuguesa (1400-1800)**. Lisboa: Edições 70, p.32

³⁹² BRAZIL, Maria. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. In **IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUC, 2000, p.13.

³⁹³ Finalizado pelos monarcas D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, o tratado buscou corrigir abusos cometidos por ambas as partes na América e na Ásia. Assim, o território de Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul) ficou sob posse de Portugal e a Colônia de Sacramento (Uruguai) passou a ser propriedade da Espanha. Com isso, a Espanha garantiria o domínio sobre o Rio da Prata e Portugal passaria a ter um território cultivável consideravelmente superior ao outrora. Para mais informações, Cf. CORTESÃO, Jaime. **Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953; FERREIRA, Mario. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid - a cartografia a serviço da diplomacia. In. **Varia história**. Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p. 51-69, Jan/Jun, 2007.

MAURER, Rodrigo. Tratado de Madrid: novos episódios para uma negociação oculta. In. **XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo: USP, 2011.

Sem dúvida, a colônia brasileira se tornou ainda mais atraente para Portugal quando no começo do Dezoito o fluxo de ouro nas minas do Brasil apresentou um crescente considerável, como mencionado anteriormente. Contudo, o mesmo ouro que contribuiu para a opulência da corte portuguesa, era visto por Carvalho e Melo reserva:

As minas de ouro. Vede aqui qual é ha sessenta annos, a única fonte das riquezas de Portugal. Não é necessário ser politico, basta valer-se da arithmetica, para mostrar, que um Estado, que inclina toda a sua administração para as minas, deve perecer necessariamente, o ouro, e a prata, são uma riqueza de ficção . Estes signaes teem muita duração, e se destroem pouco, quanto mais se multiplicam, quanto menos preço teem, porque representam menos cousas³⁹⁴.

E segue nessa reflexão, afirmando que

Se um monarcha, que descobrisse abundantes minas, quizesse reter no seu domínio, todo o ouro que deilas tirasse, sem o repartir com os demais soberanos, como elle podia então ter mais riquezas só, que todos os outros príncipes junctos, e como estas riquezas o podiam conduzir ao universal império, succederia, que toda a Europa se ligasse contra elle, para o destruir, antes que elle mesmo podesse destruir tudo. Se para evitar sua ruína, meditada por todos os Estados, elle reparte com elles, o producto das suas minas, cahe por outra parte no inconveniente que quiz evitar, porque quanto fizer passar aos outros governos, augmentando continuamente a massa das suas riquezas, diminuirá necessariamente o seu poder³⁹⁵.

Como é possível observar, Pombal procura apresentar reflexões sobre a política internacional e os desafios que precisam ser encarados pelos que participam do jogo político. Nesse contexto, a posse do ouro, ao mesmo tempo que garantia a riqueza, era também motivo de disputas e rivalidades.

Já no cenário interno, a questão para o ministro passava por equacionar o ouro e outros aspectos da economia. De fato, segundo ele, enquanto houvesse ouro para suprir as necessidades que Portugal, a agricultura e o comércio estariam

³⁹⁴ MELO, 1861, Tomo II, p.110.

³⁹⁵ MELO, 1861, Tomo II, p.111.

fadados a não ter um lugar de destaque.³⁹⁶ A importância do nobre metal não é ignorada pelo ministro, contudo, sua preocupação era que seu destino se revelasse inócuo:

Digo que isto não pode ser mais, que pelo preço dos utensílios e da manobra, que se pode conjecturar o aumento do ouro na Europa, independentemente do commercio das índias, que é o grande mausoléu das riquezas. Se o ouro do Brazil, nao fazia mais do que passar para a Europa[...], isto formaria um equilíbrio inalterável no preço da manobra. A industria nao augmentaria, nem diminuiria jamais³⁹⁷.

A principal crítica do ministro era quanto ao uso do ouro no projeto de entesouramento da coroa portuguesa que teria ocorrido durante o reinado de D. João V, no qual o ouro brasileiro teria sido utilizado como um incremento às artes, bem como para a realização de diversas obras como o Palácio de Mafra, reforma de conventos. Mas, não teria tido o mesmo empenho para investir na produção de bens ou melhorias nas manufaturas, o que tornou a partir dali o comércio lusitano deficitário.³⁹⁸ Sobre essa política de entesouramento, comenta o secretário que

O inconveniente do luxo em um Estado, não é que elle se introduza no príncipe, e nos grandes, o mal ó que o contagio passe a ser geral[...]. Quando o luxo se senhora de uma nação[...] vem elle a ser um mal quasi incurável. Como a exorbitante authority envenena os reis, o luxo envenena uma nação. Costumam-se a ter por cousas necessárias, as mais supérfluas. Cada dia se inventam novas necessidades. Assim se arruinam as famílias, e os particulares se põem na impossibilidade de contribuir para despesas necessárias do publico³⁹⁹.

Frente a tal cenário, o ministro considera que a mesma colônia que garantia o ouro farto, também produzia com suas terras consideráveis lucros, como era o

³⁹⁶ MELO, 1861, Tomo II, p. 131.

³⁹⁷ MELO, 1861, Tomo II, p. 147.

³⁹⁸ MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia: prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). In. **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n.1, p. 3-22, 2013, p. 16.

³⁹⁹ MELO, 1861, Tomo II, p. 158.

caso do açúcar. Assim, vista em um plano maior, a fertilidade da terra poderia auxiliar sistematicamente para que a dependência portuguesa frente às outras nações europeias paulatinamente diminuísse.⁴⁰⁰ O desinteresse luso em produzir parece muitas vezes incomodar o ministro:

Desde que por arte se achou meio de suprir a natureza [...], todos os paizes do mundo podem vir a ser ferieis no mesmo grão. Um Estado, onde o terreno é inferior três vezes a outro, porá seu produeto em nivel com o melhor[...]. Quantos Estados há na Europa, menos férteis do que Portugal, e não obstante isso subministram aos seus habitantes abundante subsistência⁴⁰¹?

Quiçá, buscando formas de sanar essa realidade, é que Sebastião José de Carvalho e Melo buscou a implementação das *Companhias de Comércio*. É importante lembrar que sua finalidade era a propagação do comércio e desenvolvimento local e, conseqüentemente o incremento da independência da coroa em relação de produtos de outras nações. Para tanto, foram concedidas a elas o monopólio sobre regiões e gêneros alimentícios na tentativa de desenvolver sua produção.⁴⁰²

Durante o reinado de D. José I foram fundadas no Brasil as Companhias Geral do Grão-Pará (1755), Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). Em Portugal também buscou-se implementar diversas companhias de comércio, com destaque para a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto-Douro (1756), a Real Fábrica das Sedas (1757)⁴⁰³, além de diversas outras ao longo do império ultramarino português.

⁴⁰⁰ GLIELMO, Gustavo. **O projeto Português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759)** - reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial. 2010. 230f. Dissertação. PPGHIS-Unb, Universidade de Brasília, 2010, p. 79. É preciso destacar que não há qualquer indício de que o propósito fosse alterar o sistema de *Plantation*. A ideia, a princípio, era suprir o mercado interno português e, caso houvesse excedente suprir a necessidade da própria colônia, para que não fosse necessária a compra de produtos de outras nações.

⁴⁰¹ MELO, 1861, Tomo II, p. 138.

⁴⁰² BRAGANÇA,,p. 24

⁴⁰³ A Companhia havia sido criada em 1734 e era, em suma, um conglomerado de produtores de fios e tecidos que, apesar do nome, não produziam apenas itens de seda. Seu objetivo, à sua data de criação era incentivar o setor têxtil de Portugal. Carvalho e Melo observou, de acordo com a demanda de peças de vestuário que chegavam por exportação da Inglaterra, o quanto era

De fato, o incremento do comércio parece ter sido a grande preocupação econômica de Carvalho e Melo, como já mencionado. Na transcrição do discurso, que conta com o total de 90 páginas, a palavra *comércio* aparece em 62 diferentes referências.⁴⁰⁴ De maneira geral, o ministro apresenta uma visão naturalizada do comércio e do trabalho agrícola enquanto vocações de Portugal que foram sendo esquecidas por conta do ouro:

Pode vir ao sentido que Deus, que deu braços aos portuguezes, como a todos os mais do universo, fizesse com tudo isso um decreto particular, para que elles se não servissem dos que lhes tinha dado? Não tendo Portugal, antes de se descobrir as minas, outro soccorro mais que o seu commercio, e a cultura das terras, seus habitantes eram laboriosos, e industriosos; não se tracta pois hoje mais, que de estimular a sua emulação. Então ordenava a providencia, que elles trabalhassem⁴⁰⁵.

Aparentemente, imbuído por tal convicção foi que o ministro colocou em vigor no dia 1º de setembro de 1759 a primeira escola pública de comércio, que contava com dois eixos principais: a aritmética e a contabilidade⁴⁰⁶. No âmbito de centralização e burocratização do poder que guiaram a política de Carvalho e Melo no reinado de D. José I, as aulas de comércio parecem ter correspondido a uma tentativa de qualificação da classe mercantil lusa. O que tornaria o comércio mais eficiente, mais organizado e passível de controle.

Essa inserção de uma *escola técnica* em Portugal correspondeu em grande medida para o projeto de revitalização comercial no período pós-terremoto, buscando o que a coroa considerava *o negociante perfeito*.⁴⁰⁷ E, aos olhos de

necessário um novo incentivo da tecelagem lusitana à fim de cortar gastos com exportação de produtos que poderiam ser manufaturado em solo português. Para mais informações, Cf. MAGALHÃES, Alberto. **A Real Fábrica das sedas e o comércio têxtil com o Brasil (1734-1822)**. 2010. 174f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010.

⁴⁰⁴ A palavra aparece grafada tanto como *Commercio* ou como *Comércio*.

⁴⁰⁵ MELO, 1861, Tomo II, p. 165.

⁴⁰⁶ GONÇALVES, Miguel. Evolução do ensino da contabilidade em Portugal na segunda metade do século XIX: uma análise histórica, 1844-1886. In. **Pecunia**. Coimbra, nº 13, p. 201-220, 2011, p. 203

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Luiz. **Gramatização e escolarização**: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827). São Cristóvão: UFS, 2010, p. 61.

Carvalho e Melo, o ambiente adequado para a aplicação desses conhecimentos deveria ser a principal colônia de Portugal:

Sendo pois necessário, que neste grande aperto se recorresse ao arbítrio de fazer nascer novos fundos, que se podessem aplicar á desejada applicação, e reedificação, com o menor gravame possível de um povo, que se achava na maior indigência, e consternação; e considerando-se na real presença do dito senhor, que o coimercio é a fonte mais perenne, e copiosa de todas as riquezas, e que as do Brazil deveriam suprir as que faltavam na sua metrópoli⁴⁰⁸.

Ao longo do discurso é possível perceber que a colônia tem uma importância indispensável na avaliação pombalina para o sistema econômico português. Entretanto, para que o usufruto das riquezas fosse pleno, era preciso que os portugueses assumissem efetivamente o controle sobre os portos brasileiros e, ao mesmo tempo, que seus portos recebessem diretamente da colônia o que fosse necessário para sua sobrevivência. E esse processo de controle passaria, obviamente, por uma presença mais intensa do Estado não só de Portugal, mas de toda a extensão ultramarina do império português, como procuramos demonstrar ao tratar da questão inglesa anteriormente

3.5.4 As ciências entram no plano – as reformas pombalinas e a reforma educacional

A parte final do *Discurso* dedica-se a questões relacionadas mais diretamente ao ideário das *Luzes*, sobretudo no que tange à educação e suas finalidades. Pombal parecia preocupado em introduzir em Portugal novos padrões que permitissem o reconhecimento de si próprios na comunidade europeia. Assim,

⁴⁰⁸ MELO, 1861, Tomo II, p. 259. É importante frisar que esse trecho não faz parte diretamente do *Discurso Político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do terremoto de 1755*, e sim de uma apologia posterior dentro do documento. É, contudo, possível dizer que mesmo que as preocupações dos dois escritos fosse diferente, Carvalho e Melo imputava ao Brasil incomensurável importância ao afirmar no *Discurso* que *se se remonta ao princípio de todas as nossas guerras [...] se descobrirá a fonte nas riquezas do Brazil*. (MELO, 1861, Tomo II, p. 153).

ao contrário de se erigirem linhas demarcatórias, o Ministro desejava que as reformas derribassem as fronteiras intelectuais, cuja finalidade seria eliminar o "atraso", sinônimo de tradicionalismo, arcaísmo e imobilidade. Segundo ele:

Os conhecimentos abriram caminho por toda a parte, e as artes liberaes penetraram por todas as nações do mundo, só, não o poderam fazer em Portugal. Este ficou sendo, em poucos dias, o paiz bárbaro dos povos polidos da Europa.⁴⁰⁹

Frente a tal diagnóstico, o Estado ganhava importância, mais por servir de veículo e de força motriz às mudanças empreendidas, do que, propriamente, por sua estruturação, uma vez que não constituía um fim em si mesmo. Na verdade, a exemplo das outras nações, Pombal tinha a pretensão de fazer do Estado o difusor dos valores ocidentais, e isto, não apenas na política desenvolvida para aporuguesar os índios, mas também para promover, por meio da intelectualidade, a difusão dos valores europeus entre os súditos.⁴¹⁰ Assim, aponta Pombal:

Ha uma progressão contínua no systema da Europa, que toma seu principio nas bellas-artes. Se um Estado, se nao sustem continuamente no nivel com os outros, nesta parte, fica sempre atrazado.⁴¹¹

Cabe considerar que Carvalho e Melo não foi pioneiro em apontar que, frente a outras nações europeias, Portugal havia seguido por uma linha de ensino que gerou resultados diferentes. Em 1746, o oratoriano Luís Antônio Verney já defendia a mudança na forma de ensino baseada no modelo jesuíta.⁴¹² De maneira geral, o trabalho de Verney contemplavam as diversas formas de se

⁴⁰⁹ MELO, 1861, Tomo II, p. 181.

⁴¹⁰ CARVALHO, Lígia. Os **pressupostos ideológicos das reformas pombalinas do Estado português (1750-1777)**. 2003. 119f. Dissertação. FCHF-UFG, Universidade Federal de Goiás, 2003, p.10.

⁴¹¹ MELO, 1861, Tomo II, p. 183.

⁴¹² ATALLAH, Cláudia Cristina A. Luis Antônio verney e as reformas culturais portuguesas: uma questão pedagógica. In. **Vértices**. Campos dos Goitacazes. v. 8, p. 55- 66, 2007, p. 57.

ensinar desde os estudos das primeiras letras até a universidade, propondo uma completa reformulação na forma e no conteúdo de ensino em Portugal.⁴¹³

Para o padre, o sistema educacional jesuítico impregnado pela escolástica teria sido o principal responsável pela estagnação do processo de ensino e progresso científico dos portugueses.⁴¹⁴ Contudo, a ordem continuaria suas atividades de ensino regularmente até 1759, quando foram oficialmente expulsas de todo território de Portugal. Somente com a expulsão dos jesuítas do ensino, tornou-se possível uma reformulação do sistema em vigor.

Ao que indica em seu texto, o ministro entendia que seria necessário, assim como o processo de centralização política e reforma nas estruturas administrativas, também uma completa modificação no ensino:

O governo civil caminha sempre a igual passo com as sciencias. Estas, sem que ninguém o perceba, dirigem todos os princípios d'elle. Supponha-se isto em uma nação inteira, onde não haveria alguma ordem no governo politico e civil.⁴¹⁵

De fato, o período Josefino foi marcado por um incentivo ao desenvolvimento das ciências e da filosofia⁴¹⁶ Carvalho e Melo estava envolto nas ideias ilustradas e parecia buscar o que Vovelle chamou de *homem ideal*⁴¹⁷, fosse para os negócios ou para a filosofia. Ao que parece, sua pretensão não era apenas rejeitar a precariedade do sistema de pensamento fundamentado na escolástica, mas também, orientar-se rumo a “um ideal de reforma da vida do homem em sociedade” que encontraria na educação e na política os “canais privilegiados”.⁴¹⁸

⁴¹³ Cf. BOTO, 2010, p.290-292.

⁴¹⁴ MERLO, 2013, p. 8.

⁴¹⁵ MELO, 1861, Tomo II, p. 181.

⁴¹⁶ Cf. MAXWELL, 1996, p.14; MARTINS, João Paulo. **Política e História no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777)**. 2008. 178f. Dissertação. PPGH-UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 92; SANTOS, Antonio. Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do reformador. **Topoi**. Rio de Janeiro. Vol. 12, n.22, p.75-95, jan-jun. 2011, p.80

⁴¹⁷ VOVELLE, 1997, p.12.

⁴¹⁸ CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Caminho, 2001, p. 13.

Dentre as reformas implementadas pelo ministro, devemos destacar brevemente a consolidação de um corpo docente universitário submetido ao Estado a partir de 28 de junho de 1759,⁴¹⁹ além da abertura de concursos para preenchimentos das vagas deixados pelos jesuítas.⁴²⁰ Em 1761, sob influência das ideias de *Ribeiro Sanches*, foi criada a *Escola dos Nobres*, que buscava formar um grupo de nobres úteis as funções burocráticas e ao serviço da coroa.⁴²¹

Imerso nessa perspectiva de transformação do ensino, Carvalho e Melo buscou implementar as já citadas *Aulas de Comércio* em 1759, que correspondiam ao primeiro curso técnico profissionalizante da Europa e perduraram até 1844 em Lisboa e foram implementadas no Brasil a partir de 1808, com a chegada da família Real ao Rio de Janeiro.⁴²² Além do ensino de contabilidade e estatística, o ensino das Aulas de Comércio, visava a qualificação progressiva dos *Guarda-livros* das grandes casas comerciais lusas, que em geral eram estrangeiros.⁴²³

Ainda no campo das reformas educacionais, no dia 23 de dezembro de 1770, D. José I instaura a *Junta de Providência Literária*, com o objetivo de fazer um levantamento das causas da insuficiência do ensino universitário até o momento, e as opções para que fossem pensadas soluções e tomadas providências, que resultou no Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra em 1771, tendo sido Sebastião José de Carvalho e Melo a figura principal.⁴²⁴

No ano seguinte, ocorreu a reinauguração da Universidade de Coimbra (1772) com novos e modernos estatutos, que representavam em essência, as propostas reformistas de Carvalho e Melo, dividindo os estatutos em três frentes principais:

⁴¹⁹ CARVALHO, Laerte. **Reformas Pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978, p.79.

⁴²⁰ FONSECA, Thais. Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial. In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**, Lisboa, p. 2011, p.2.

⁴²¹ MARTINS, 2008, p.92.

⁴²² CHAVES, Cláudia Maria. As aulas de comércio no império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In. **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2008, p. 268.

⁴²³ González, Miguel. Das las escuelas de comercio de Oporto (1803) y Lisboa (1759): Comparación crítica y resumen comparativo. In. **VIII Encuentro de trabajo sobre historia de la contabilidad**, Soria, noviembre, 2012, p. 11. O Guarda-Livros era o responsável por controlar o livro de finanças das casas de comércio, atuando como uma espécie de contador.

⁴²⁴ CARVALHO, 2007, p. 35.

Curso teológico, Curso Jurídicos e Cursos das Ciências Naturais e Filosofias⁴²⁵. Francisco Falcon defende que Pombal teve como marca nesse processo o "ecletismo" e almejou conciliar coisas praticamente inconciliáveis nessa reforma: fé e ciência, tradição filosófica e religiosa e inovação racional e experimental.⁴²⁶

Ao que parece, a intenção de Pombal era a de moldar um novo tipo de português, consciente de sua responsabilidade para com seu país e conectado às ciências que melhoravam a existência dos indivíduos e a produção, promovendo, ainda a riqueza do Estado.

⁴²⁵ PEREIRA, João; CRUZ, Ana Lúcia. Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772. In. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa. v. 14, p. 7-48, 2009, p. 13.

⁴²⁶ FALCON, Francisco. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 430.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a história de um determinado período ou local através da trajetória de um indivíduo é uma ferramenta usual nos estudos históricos. Contudo, atualmente, a perspectiva deixou o foco meramente biográfico passando a refletir sobre os indivíduos dentro de todo um conjunto de experiências, deslocamentos e escolhas, observando de maneira conjunta as articulações, contextos e espaços sociais ocupados pelo sujeito e o grupo ao qual ele pertence. A narrativa saiu de um campo da análise individual para o exame das relações que se consolidaram entre o indivíduo e a sociedade do qual fez parte.

Foi com esse entendimento que buscamos reconstruir, ao menos em parte, a trajetória de um ícone da historiografia portuguesa do Setecentos, Sebastião José de Carvalho e Melo, até o recebimento do título de Marquês de Pombal (1769). Procuramos recuperar as relações que marcaram esse processo, tanto de apoio quanto de crítica em sua ascensão na política lusa. Interessava-nos acompanhar de que forma um fidalgo de pouca expressão conseguiu alcançar o ponto máximo, convertendo-se em *valido* do rei, e, assumiu o lugar central nas discussões políticas em Portugal na segunda metade do século XVIII.

Através do cruzamento de diversas obras de apoio, foi possível observar o contexto luso responsável pela formação intelectual de Carvalho e Melo. Na construção do Estado Moderno português do período pós-Restauração (1640), gradualmente foi se consolidando o sistema de *crystalização da elite aristocrática*, que propiciava àqueles que se aproximavam do monarca maiores benesses e cargos, e aos que o desagradavam de alguma maneira, o risco do desterro em regiões remotas das possessões ultramarinas, enfrentando toda sorte de dificuldades desde a exploração até a resistência local.

Outra característica do século XVIII foi a propagação das ideias ilustradas pela Europa, sendo incorporadas ao cotidiano das Coroas de acordo com as necessidades locais. Para o caso português, se destacaram dois monarcas

como sendo divulgadores da Ilustração: de D. João V (1689-1750) e seu filho D. José I (1714-1777), que, contudo, apresentaram projetos diferentes para as Luzes.

D. João V buscou a introdução das ideias da Ilustração em Portugal amparadas pela Igreja Católica, representada pela Companhia de Jesus e com presença significativa dos *estrangeirados*, homens que viveram em territórios fora de Portugal e, sob um ângulo diferenciado, realizavam reflexões sobre a situação econômica, cultural e social do Reino. Assim, na primeira metade do século XVIII é possível afirmar que Portugal apresentou uma espécie de *Ilustração Católica*. Sob a tutela da Companhia de Jesus, as Luzes penetravam em Lisboa com uma série de ressalvas.

D. José I, sob os auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo, percebeu a Ilustração de uma maneira diferente de seu pai. Sem a participação direta da Companhia, intensificaram-se as medidas de cunho reformista, tais como o fortalecimento real frente à outras esferas de poder, a diminuição da influência temporal nos diversos setores da sociedade, a orientação dos saberes e o incentivo aos estudos das ciências e filosofia para a produção de um corpo intelectual lusitano foram, em linhas gerais, características da Ilustração Portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII.

A frente desse processo esteve, como visto, o marquês de Pombal, responsável pela aceleração das reformas implementadas no reinado de D. José I. Procuramos destacar que suas experiências anteriores que compusera sua formação como estadista, foram essenciais à sua atuação política. Como visto, ainda no reinado anterior, Carvalho e Melo viveu na Inglaterra como diplomata e depois em Áustria, como enviado extraordinário. Cada uma dessas vivências contribuiu significativamente para a formação de nosso personagem.

Da Inglaterra, aproveitou o cenário para escrever suas primeiras impressões sobre a economia e as formas pelas quais Portugal deveria proceder na realização de negócios com outras cortes. Graças à convivência com o parlamento britânico Sebastião José observou como as relações anglo-lusitanas

se apresentavam desfavoráveis para os portugueses, algo que, como visto, procurou combater a partir do momento que se tornou ministro.

Na corte de Viena, passou a conviver no ambiente cortesão de maneira mais intensa, um cenário que seria comum a Carvalho e Melo quando de seu retorno a Lisboa em 1748. Na Áustria, ele pode observar uma corte mais receptiva às ideias ilustradas, assim como o processo de centralização política promovido pela imperatriz Maria Teresa. Dessa experiência, vemos reminiscências nas reformas arquitetônicas e do ensino, que Sebastião José colocou em prática a partir de 1759.

Retornando a Lisboa em 1750, teve atuação modesta como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, até a eclosão da hecatombe do dia 1º de novembro de 1755. Em um cenário de confusão e desorientação geral, tornou-se o principal homem do Rei. Foi durante o terremoto de Lisboa que Sebastião José de Carvalho e Melo se destacou de maneira singular, mesmo não sendo o único a agir de maneira vigorosa. Como buscamos demonstrar, esteve o mais próximo possível do monarca, atuando conforme o mesmo precisasse, figurando sua dedicação e pragmatismo entre as virtudes que o promoveram.

Como procuramos demonstrar, o cismo foi um *ponto de virada* na história lusa, não apenas pela destruição que provocou e pela atuação do ministro Carvalho e Melo. Na verdade, a partir do próprio terremoto uma série de fatores foram repensados em Lisboa. A começar, pela posição da Igreja frente ao reinado de D. José. O clero aproveitou o momento para tornar públicas suas críticas ao monarca e seu governo, o que se tornou razão de um crescente embate e resultou na ruptura com a Companhia de Jesus em 1759 e na subordinação da Igreja ao Estado.

Ao lado da presença de interpretações de raiz escatológica acerca do evento de 1755, foram ganhando espaço outras explicações que, inicialmente apenas em termos retóricos, procuravam apresentar outras razões para o terremoto, como a própria natureza, que resultariam posteriormente num maior experimentalismo.

O pragmatismo de Pombal parece ter influenciado as ações tomadas frente à catástrofe, procurando escapar ao discurso religioso. Nesse sentido, o pragmatismo pombalino parece ter sido uma resposta às observações de Voltaire no *Poema sobre o desastre de Lisboa*.

Grosso modo, Voltaire buscou refletir sobre a onda de otimismo pairava sobre Portugal, sobre *viver o melhor dos mundos possíveis*. Na verdade, a não interpretação positiva dessa assertiva trazia consigo a reflexão de que o mundo é composto do melhor jeito possível, o que poderia trazer consigo um certo estágio de acomodação. Assim, o poema representava uma visão possível de como se encarar o cismo: como um fenômeno natural que precisava de medidas racionais para sua resolução, algo que representou em grande parte as práticas pombalinas durante e após o terremoto. Sua leitura pelos lusos teria ainda uma grande influência no imaginário português, já que ao negar a existência de um mundo dos homens em harmonia, tornava o cenário propício a modificações. Foi nesse contexto geral que se inscreveram as principais reformas pombalinas, conforme buscamos demonstrar.

A peça que melhor pareceu traduzir o conjunto de reformas que marcaram o período foi o *Discurso Político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar de sua desgraça*. Esse discurso produzido no período áureo da vida política de Carvalho e Melo, após o título de Marquês de Pombal, parece apresentar mais que um panorama luso do período após terremoto. Na verdade, ao longo de suas quase 100 páginas, podem ser evidenciados fragmentos que justificam o amplo processo político em curso empreendido pelo ministro. Partindo do evento de 1755, Carvalho e Melo expõem em detalhes um diagnóstico sobre a situação do Reino.

Das andanças pelo estrangeiro, assimilou a ideia negativa que se fazia de Portugal, sendo que, para isso, corroboraram as interpretações da realidade que viam a situação do país como sendo vítima de uma decadência crônica que se estendia ao âmbito moral, intelectual religioso e econômico. Imbuído da missão de redimir seu país da inanição à qual havia sido relegado, estabeleceu um ambicioso programa de reformas, cuja legitimação exigiu a utilização do discurso

que tanto servia de instrumento de denúncias quanto de divulgação do ideário governamental. Pombal parte da assertiva de que sua missão era promover o bom governo, devendo, portanto, denunciar e combater os vícios sociais, bem como evidenciar as virtudes que servissem aos interesses do Estado.

Entre as denúncias estava a necessidade do afastamento da Inglaterra das finanças portuguesas, o combate vigoroso ao contrabando, o maior controle do fisco e das contas da Coroa. Só assim seria possível averiguar a real dimensão dos rendimentos público e definir onde poderiam ser aplicados, fortalecendo gradualmente a economia do império português.

Outro aspecto que ganhou destaque dizia respeito a reformulação do ensino. Influenciado pelos ideais ilustrados do século XVIII, a educação é apresentada no *discurso* como uma ferramenta de formação de um novo *tipo ideal de homem*, úteis ao comércio e a pátria.

Nesse sentido, o maior investimento nas universidades portuguesas teria por finalidade a construção de uma classe intelectual mais integrada ao sistema europeu de novos eruditos. A intenção não parecia apenas a de rejeitar a precariedade do sistema fundamentado na escolástica, mas a modificação de toda sociedade através da educação, inserindo nesse contexto o *ecletismo*, característica pouco usual no ensino jesuítico, mas recorrente no pensamento de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Portanto, como procuramos demonstrar, o Marquês de Pombal viu no terremoto a possibilidade de uma completa reformulação do reino. A oportunidade para que Portugal se reerguesse e voltasse a figurar como uma nação protagonista no cenário europeu. Sob essa reflexão, é fundamental observar o *discurso* não como uma exaltação da habilidade de se contornar o cismo, mas sim com mote para uma exposição de ideias que, graças a tragédia, poderiam alterar o status de Portugal de maneira significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, nº 5, p. 149 -172, 2007.

ALBUQUERQUE, Luís de (ed.). **Portugal no Mundo**. Vol. IV. Lisboa: Alfa, 1990.

ALEGRETE. In. DICIONÁRIO histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. s/d. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/alegrete4m.html>>. Acesso em: 5 de Ago. 2015.

ALMADA, José. **A aliança inglesa**: subsídios para o seu estudo. vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1946.

ALVARENGA, Felipe. **Os tratados de Methuen em 1703**: guerra, portos, panos e vinhos. 2014. 127f. Dissertação. PEPI/IE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

ALVES, Patrícia. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras**: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802). 2011. 320f. Tese. ICHF, Universidade Federal Fluminense, 2011.

AMARAL, Manutel. Ratton (Jácome). Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/ratton_jac.html>. Acesso em 02 ago. 2015.

ANDRADE, António. **Verney e a projecção de sua obra**. Amadora: Biblioteca Breve, 1980.

AQUINO, Jefferson. Leibniz e a Teodicéia: O problema do mal e da liberdade humana. **Philosophica**, Lisboa, vol. 28, p. 49-66, 2006.

AROUET, François. **Poeme sur le désastre de Lisbonne**. Londres: las éditions de Londres, 2011. Disponível em: <http://livre.immateriel.fr/fr/read_book/9781909053182/#pct0> Acesso em 15 ago. 2015.

ASSUNÇÃO, Paulo. O "terremoto" provocado por Sebastião José de Carvalho. **Lusitânia Sacra**, Lisboa. 2ª série, n.18, 2006.

ATALLAH, Cláudia Cristina A. Luis Antônio verney e as reformas culturais portuguesas: uma questão pedagógica. **Vértices**. Campos dos Goitacazes. v. 8, p. 55- 66, 2007.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**. Vitória, vol. 24, p. 157-172, 2010.

AZEVEDO, João. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, António. **Marquês de Pombal**: catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

_____ **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

BARROS, Francisco. **Altos Feitos do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

BATISTA, Felipe. **Os Tratados de Methuen de 1703**: Guerra, portos, panos e vinhos. 2014. 127f. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BECKER, Edvaldo; BECKER, Michele. Contribuições de Rousseau ao entendimento dos desastres socioambientais contemporâneos. **Trans/form/ação**, Marília, v.37, n.2, p. 111-126, mai/ago., 2014.

BELINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. **Tempo**. Niterói. nº. 7, p.01-18, 1997.

BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa**. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco; RAMADA, Diogo. **A expansão marítima portuguesa (1400-1800)**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BICALHO, Maria. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de Luís da Cunha à sede do vice-reinado. In: **História (São Paulo)**, v. 30, n.1, 2011.

BORGES, Alexandre; ROSA, Hugo. **Histórias secretas de reis portugueses**. Lisboa: ed. Oficina do Livro, 2012.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 282-299, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGANÇA, Ana Carolina. As companhias de Comércio no Brasil Colonial: monopólio e concentração de renda. **Direito e Pobreza**, vol.1, n. 1. IDCI: São Paulo, 2008.

BRANCO, Camilo. **Perfil do Marquez de Pombal**. Porto: L.Couto & Ca., 1882.

BRAZIL, Maria. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. In **IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUC, 2000.

CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Caminho, 2001.

CANAVEIRA, Manuel. Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou. **Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa, nº 15-16, p. 128-140, 2003.

CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura**, 1810-1842. Vol. I. Porto: edições eletrônicas CEAUP, 2007.

CARDOSO, António. A normalização do comércio de vinhos do Douro - da "crise" comercial de 1754 à Instituição da Companhia dos Vinhos. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, III série, vol. 3, p. 63-95, 2002.

CARDOSO, António. O porto e o comércio do vinho – dos alvores de Setecentos à instituição da Real Companhia (1756). **Revista Faculdade de Letras**. Porto, Série III, Vol. 2, p.107-128, 2001.

CARDOSO, António. Portugal e Inglaterra nos tempos modernos. **Revista História**, Porto, III série, vol. 4, 2003.

CARDOSO, José; COSTA, Leonor; MONTEIRO, Nuno. **O tratado de Methuen (1703)**: diplomacia, guerra, política e economia Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CARDOSO, José; CUNHA, Alexandre. Discurso Econômico e Política Colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Revista Tempo**. Niterói. v. 17, n. 31, p.65-88, 2012.

CARDOSO, José; CUNHA, Alexandre. Discurso econômico e política colonial no império Luso-brasileiro (1750-1808). In. **Revista Tempo**. Niterói, vol. 17, n.31, p.65-88, 2011.

CARVALHO, Flávio. **Um iluminismo português?** A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, Joaquim. **Recordações de Jacome Ratton** – sobre a ocorrência do seu tempo de maio de 1747 a setembro de 1810. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920.

CARVALHO, Laerte. **Reformas Pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CARVALHO, Lígia. Os **pressupostos ideológicos das reformas pombalinas do Estado português (1750-1777)**. 2003. 119f. Dissertação. FCHF-UFG, Universidade Federal de Goiás, 2003.

CATALÁN, Rócio. Voltaire - Voltaire: una reflexión filosófico-literaria sobre el terremoto de Lisboa de 1755. **Revista de Filología Románica**, vol. 26. p.187-204, 2009.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Cláudia Maria. As aulas de comércio no império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. **Temas setecentistas**: governos e populações no império português. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2008.

CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. **O marquês de Pombal** – Obra comemorativa do centenário de sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). **Camões** - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, 2003.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953; FERREIRA, Mario. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid - a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia história**. Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p. 51-69, Jan/Jun, 2007.

COSTA, André. **Os secretários e o Estado do Rei**: luta de corte e poder político sécs. XVI-XVII. 2008. 319f. Dissertação. FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. A reforma pombalina na Universidade. **Análise social**. Lisboa. vol.24, p. 165-210, 1998.

CUNHA, Luís. Testamento político. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos/downloads/luisdacunha.pdf> >. Acesso em: 08 de Abril, 2015.

CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010.

DANTAS, Vinícius. **O Conde de Castelo Melhor**: o valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667). 2009. 293f. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **O mal sobre a terra**: uma história do terremoto de Lisboa. Rio de Janeiro: ed. Toopbooks, 2003.

DELUMEAU, Jean. **Civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DOMINGUES, Beatriz. O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano. **Revista da ANPOCS**. São Paulo, n.º 20, 195-216, novembro, 1997.

DOMINGUES, Mário. **O Marquez de Pombal**: o homem de sua época. Lisboa: Romano Torres, 1955.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALCON, Francisco. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

FARIA, Miguel. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio** - História de um espaço urbano. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012.

FARIA, Tiago; MIRANDA, Flávio. “Pur bonne alliance et amiste faire”: diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. **Cultura, espaço & memória**, vol. 1, 2010.

FERREIRA-ALVES, Joaquim. Formas de arte efêmera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, I série, vol. III, p. 95-108, 2004.

FERRO, Carolina. **Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia**: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa (1755-1757). 2009. 200f. Dissertação. PPGH, Universidade Federal Fluminense, 2009.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira. **Elogio dos reis de Portugal**. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785

FLOREZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no ocidente. **Luz Nova**. São Paulo, nº 71, p.11-37, 2007.

FONSECA, Teresa. O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa. **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa. 2ª série, nº3, p.179-200, jan-jun. 2015.

FONSECA, Thais. Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial. **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**, Lisboa, p. 2011.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, José-Augusto. Reflexão sobre a Lisboa de Pombal. **Camões** – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, p. 119-127, 2003.

FRANCO, José, O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p. 147-218, 2006.

FRANCO, Sandra. Reformas Pombalinas e o iluminismo em Portugal. In. **Revista Fênix**. Uberlândia. vol. 4, nº 4, p. 1-14, dez. 2007.

FRANÇOIS MARIE AROUET (Voltaire). Disponível em <http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=825261>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FURTADO, Júnia. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da sucessão espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'anville. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p. 66-83, jul-dez, 2011.

GAMA, Maria Luísa. **O conselho de estado no Portugal restaurado** - Teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706). 2011. 235f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa.

GARCIA, José Manuel. **Dicionário Essencial de História de Portugal**. Bacarena: Editorial Presença, 2010.

GATZHAMMER, Stefan. Antijesuítismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780). **Lusitania Sacra**. Tomo V Lisboa. 2ª série, 1993.

GLIELMO, Gustavo. **O projeto Português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759)** - reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial. 2010. 230f. Dissertação. PPGHIS-Unb, Universidade de Brasília, 2010.

GONÇALVES, Acélia. Murmúrios do Douro. **Estudos & Documentos**. Douro nº 22, p.312-343, 2007.

GONÇALVES, Miguel. Evolução do ensino da contabilidade em Portugal na segunda metade do século XIX: uma análise histórica, 1844-1886. In. **Pecunia**. Coimbra, nº 13, p. 201-220, 2011.

GONZÁLES, Miguel. Das las escuelas de comercio de Oporto (1803) y Lisboa (1759): Comparación crítica y resumen comparativo. **VIII Encuentro de trabajo**

GUEDES, Roberto. **Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

HESPANHA, António. A note on to recent books on the patterns of portuguese politics in the 18th century. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3844.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

HEYNEMANN, Cláudia. O tribunal das letras: Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 191-208, jul/dez, 2003.

JÚNIOR, Leovigildo. Pombal e o negócio do vinho do Porto. **Leituras de Economia Política**. Campinas, n.9, 149-174, dez. 2001.

KIRSCHNER, Tereza. **Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

KOROBTCHENKO, Julia. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa.

LIMA, Maria Luísa. Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755. **Análise Social**. Lisboa, vol. XLIII, 7-28, 2008.

LOPES, Marcos Antônio. **O imaginário da realeza: cultura política nos tempos do absolutismo**. Londrina: Eduel, 2012.

LOPES, Marília. Os descobrimentos portugueses e a Europa. **Mathesis**, n.9, p.233-241, 2000. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria & BICALHO, Maria (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUIZ, Marco. **Agadá: dinâmica da/ civilização africano-brasileira**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MADUREIRA, Luís. A sociedade civil do Estado: instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). **Análise Social**. Lisboa. Vol. 32, nº 142, p.603-624, 1997.

MAGALHÃES, Alberto. **A Real Fábrica das sedas e o comércio têxtil com o Brasil (1734-1822)**. 2010. 174f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010.

MALAGRIDA. In. DICIONÁRIO histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. s/d. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/malagrída.html>>. Acesso em 8 de Ago. 2015.

MARQUES, Adílio. **O Iluminismo no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Separe, 2012.

MARQUES, João. A acção da Igreja no terramoto de 1755 – ministério espiritual e pregação. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p.219-329, 2006.

MARQUES, José. Voltaire e um episódio da história de Portugal. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**. Londrina, vol. 9, n.2, p.37-52, 2004.

MARTINS, João Paulo. **Política e História no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777)**. 2008. 178f. Dissertação. PPGH-UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MARTINS, João. **O prazer do vinho do porto**. Alfragide: Livros d’Hoje, 2001.

MARUJO, Helena; NETO, Luís. Das consequências psicológicas do Terramoto de 1755 em Lisboa a uma abordagem psico-histórica positiva e integradora. **ECOS**. Rio de Janeiro. Vol. 3, n.2, p.247-266, 2013.

MATTOSO, José. **História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)**. Vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

MAURER, Rodrigo. Tratado de Madrid: novos episódios para uma negociação oculta. In. **XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo: USP, 2011.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELO, Sebastião. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Lisboa. Tomo I. Livraria Universal, 1861

_____. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 5.ed. Tomo II. Lisboa. Livraria Universal, 1861.

MERLO, Patrícia. A Obra de Luís Antônio Verney: aspectos da ilustração portuguesa. In **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/Ufes, p.1-12, 2013.

MIDÕES, Miguel. Comunicação de crise no terramoto de 1755. **Biblioteca online de ciências da comunicação**. 2009, p. 8. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-comunicacao-da-crise-no-terramoto.pdf>>. Acesso em: 30 Jul. 2015.

MIRANDA, Tiago. António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783) no espelho de Pombal. Disponível em <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2596783.pdf>. Acesso em: 03 de fev, 2015

_____. O governo português e a companhia de Jesus no quadro da aliança com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757). **Lusitania Sacra**. Lisboa: 2. série, Tomo V, p. 251-297, 1993.

MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

_____. Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período Joanino. **Análise Social**, n. 35, p.961-987, 2001.

_____. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack braziliense**. São Paulo. nº 02, p.4-20, dez. 2005.

_____; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia: prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n.1, p. 3-22, 2013.

MUÑOZ, Evaristo. Leibniz damnificado por el terremoto de Lisboa. **Cuadernos Dieciochistas**, Salamanca, n.6, p. 187-201, 2005.

MURY, Paulo. **História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus**. Lisboa: Ed. Mattos Moreira, 1875.

OLIVEIRA, José Miguel. **A contabilidade e o equilíbrio de interesses**: o caso da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826). 2013. 327f. Tese. FEP, Universidade do Porto, 2013.

OLIVEIRA, Josemar. A teoria das quatro revoluções de Georges Lefebvre. In. **Dimensões**. Vitória. Vol. 33, p.402-428, 2014.

OLIVEIRA, Luiz. **Gramatização e escolarização**: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827). São Cristóvão: UFS, 2010.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. **O príncipe pacífico**: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira. 2009. 411 f. Tese. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Pedro. Sociologia da fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano. **Anais ANPOCS**. Caxambu-MG, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo. Política, Diplomacia e o Império no Portugal da Primeira Metade do Século XVIII. **História. Questões e Debates**, Paraná, v. 19, n.36, p. 251-278, 2002.

_____. Entre reis e rainhas: valimentos, favoritismos e disputas políticas na Europa do século XVII. In. **Dimensões**. Vitória, vol. 26, p. 216-238, 2011.

PAICE, Edward. **A Ira de Deus**. A incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

PANDOLFI, Fernanda. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. **História** (São Paulo. Online), v. 33, p. 307-329, 2014.

PEDREIRA, Jorge. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do Século XVIII. **Análise Social**. Lisboa. Vol. 27, p. 407-440, 1992.

PEREIRA, Álvaro. The Opportunity of a Disaster: The economic impact of the 1755 Lisbon Earthquake. In. **Journal of Economic History**. nº 69, December, p. 466-499, 2009. Disponível <<http://www.york.ac.uk/media/economics/documents/cherrydiscussionpapers/Alvaro3.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PEREIRA, João; CRUZ, Ana Lúcia. Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa. v. 14, p. 7-48, 2009.

PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro - 1750-1800. **XXXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016

PIMENTEL, Antonio Filipe. Os Pintores de D. João V e a Invenção do Retrato da Corte. **Revista de história da arte**. nº 5, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO CARDOSO, Arnaldo. **O Terrível Terramoto da Cidade que Foi Lisboa: Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivos Secretos do Vaticano)**. 1.^a ed. Óbidos: Alêtheia Editores, 2013.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, (1998).

RODRIGUES, Manuel. Grandes de Portugal no século XVIII. Inventários da casa de Távora, Atouguia e Aveiro (1758-1759). **Pecunia**. León, núm. 11 (julio-diciembre), p. 27-59, 2010.

SANTOS, Antonio. Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do reformador. **Topoi**. Rio de Janeiro. Vol. 12, n.22, p.75-95, jan-jun. 2011.

SCHEIDL, Ludwig. Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1744-1749). **Revista de História das Ideias**. Lisboa. Vol.4, p. 19-27, 1982.

SCHMIDT, Benito. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 19, 1997.

SERRÃO, Joaquim. **História de Portugal – 1640-1750**. Vol. V. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

SILVA, Francisco. Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna. **Revista Douro, Estudos & Documentos**, Porto, nº 4, GEHVID, p. 167-192, 1997.

SILVA, Iverson. **Verney e a ilustração católica: Uma modernidade singular**. 2008. 94f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

SIMÓN, Marta. La Francia de Luís XIV. In. **Revista de Classes e história**, n.9 (Setembro), p.1-12, 2010.

SOARES, Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília, ed: UnB, 1983 p. 78.

SOUSA, Fernando. O Marquês de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757). **Camões**. Lisboa, n.15-16, p. 42-52, 2003.

_____. **O Vinho do Porto em Gaia e Companhia**. Porto: CEPSE, 2005.

SOUZA, Maria. **Ilustração e história**. São Paulo: Fapesp, 2001.

TÁVORA, Pinheiro. Távora e Cunha na Península Ibérica e na Antiga América Portuguesa - roteiros genealógicos. **Revista do instituto do Ceará**. ANNO LXXXV, p. 11-96, 1971.

TEIXEIRA, Ivan. Ressonâncias de John Locke na ilustração portuguesa: Luís Antônio Verney e Francisco José Freire. **Revista USP**, São Paulo, v. 34, p. 108-124, junho/agosto, 1997.

TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.112.

TRIGUEIROS, António. O Negócio jesuítico: o papel da política regalista portuguesa. In. **Brotéria – Cristianismo e Cultura**. Vol. 169, p.149-167, ago/set. 2009.

TUMA, Sofia. **A neutralidade Portuguesa no século XVIII: De Hugo Grócio à acção política e diplomática**. 2010. 490f. Tese. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010.

VALE, Teresa Leonor. **A cidade pombalina: História, Urbanismo e Arquitetura**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009, p. 18

VIANA JÚNIOR, Fernando. **Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780**. 2015. 194f. Dissertação. PPGHIS, Universidade Federal do Espírito Santo.

VILLELA, André. Exclusivo metropolitano, "superlucros" e acumulação primitiva na Europa pré-industrial. **Topoi**, Rio de Janeiro. v.12, n.23, jul-dez. 2011.

VOVELLE, M. (Org.). **O homem do iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.

ZELDIN, Theodor. (1991). "História pessoal e história das emoções". **História: Questões & Debates**. Curitiba, ano 12, nr. 22/23, jun./dez.